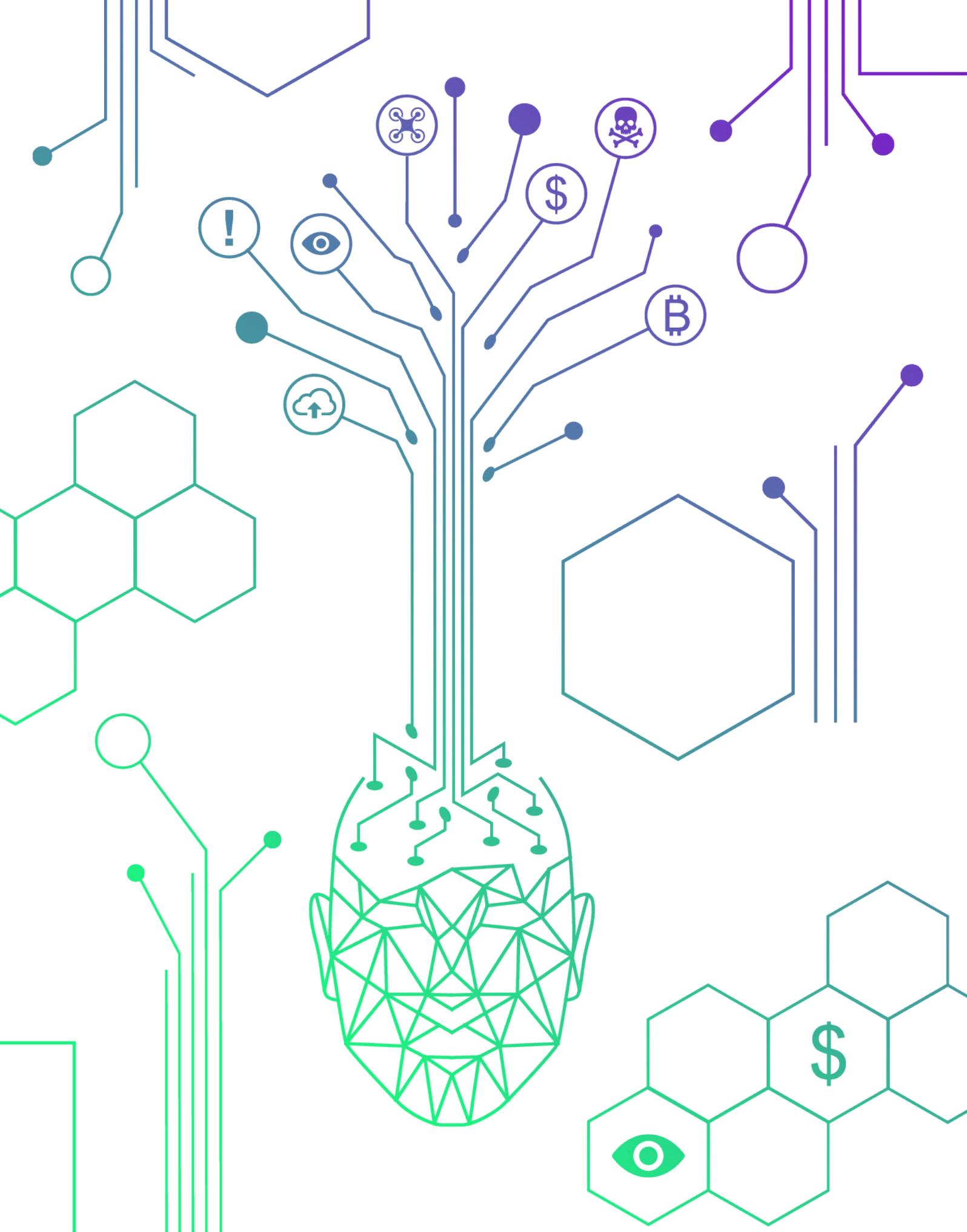




**O BRASIL NA  
RETOMADA VERDE:  
INTEGRAR PARA  
ENTREGAR**



# FICHA TÉCNICA

## Organização:

Camila Moreno, Fábio Pacheco, Larissa Packer, Marcela Vecchione, Mariana Campos, Maureen Santos.

## Autores/as:

Andrei Cornetta, Camila Moreno, Gabriela Junqueira, Junior Aleixo, Mariana Reinach.

## Revisão técnica:

Larissa Packer (Grain)

## Projeto Gráfico:

Coletivo Piu (@coletivopiu)

Você tem a liberdade de compartilhar, copiar, distribuir e transmitir esta obra, desde que cite a autoria e não faça uso comercial

**Como citar:** MORENO, Camila et. al. *O Brasil na retomada verde: Integrar para entregar*. Brasília: Grupo Carta de Belém, Dezembro 2021.

---

## Realização:



---

## Apoio:

HEINRICH BÖLL STIFTUNG  
21 ANOS no BRASIL

ISBN: 978-65-993952-2-2



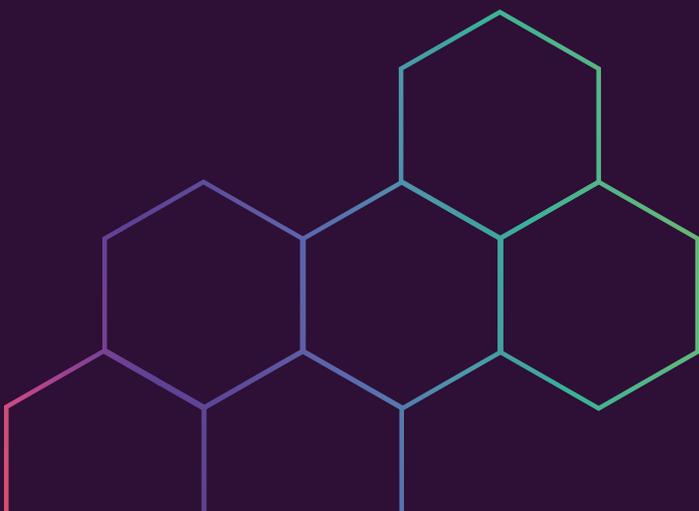
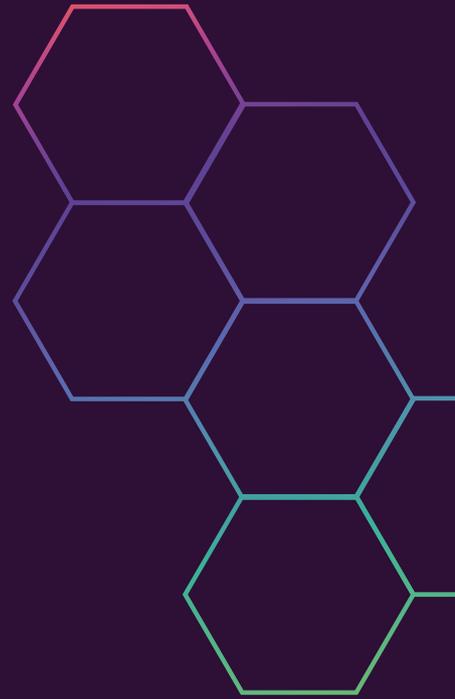
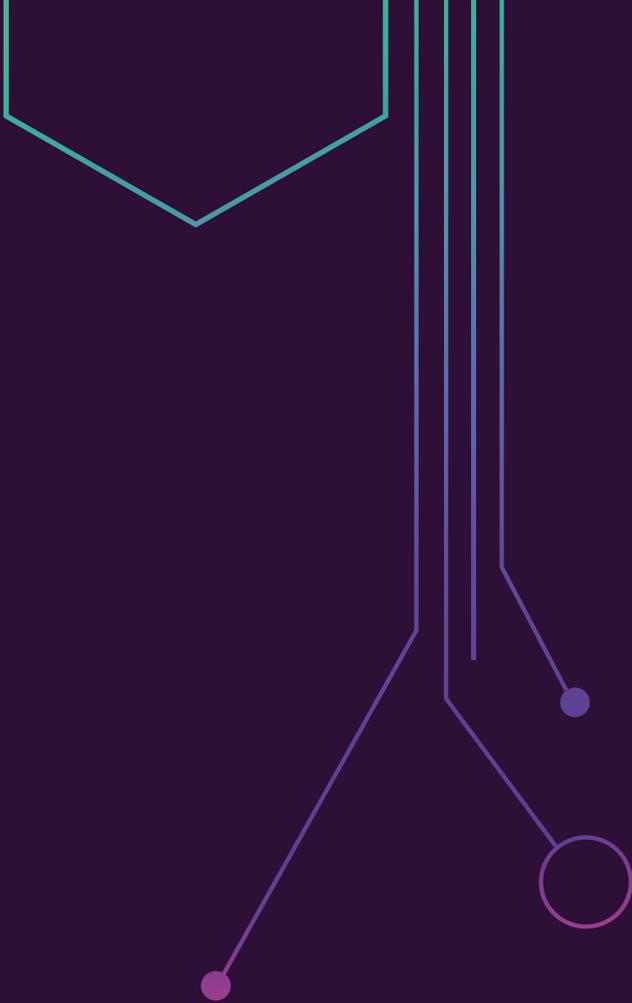


**P**ara além do que cabe em uma ficha catalográfica, este material é de autoria coletiva. É resultado da reflexão que viemos amadurecendo e do trabalho que fazemos como Grupo Carta de Belém há mais de uma década. As vozes e contribuições de todos os membros e dos diversos territórios em que estamos se somam e se fazem presentes aqui. Nesta caminhada juntos, construímos um ambiente político e intelectual instigante que nos estimula a avançar e aprofundar um pensamento crítico, comprometido e sobretudo coerente. Agradecemos a cada um e a cada uma por seguirmos juntos e acreditando em outros mundos possíveis.

Agradecemos, ainda, à Fundação Heinrich Böll Brasil, pelo apoio ao Grupo Carta de Belém nesta jornada e para a realização deste material.

Grupo Carta de Belém.

Dezembro de 2021.



# Autores



**Camila Moreno** é graduada em Filosofia (UFRGS) e Direito (PUC-RS). É mestre e doutora em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Atualmente é pesquisadora de pós-doutorado na Universidade Humboldt, Berlim, Alemanha. Pesquisa a interface entre a ecologização do capitalismo e a governança ambiental global. Membro do Grupo Carta de Belém.



**Andrei Cornetta** possui graduação (2006) em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado (2010) doutorado (2017) em Geografia Humana pela mesma universidade. Pós doutor (2019) pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG/Unicamp), desenvolvendo pesquisa sobre as dinâmicas da fronteira agrícola na Amazônia mato-grossense.



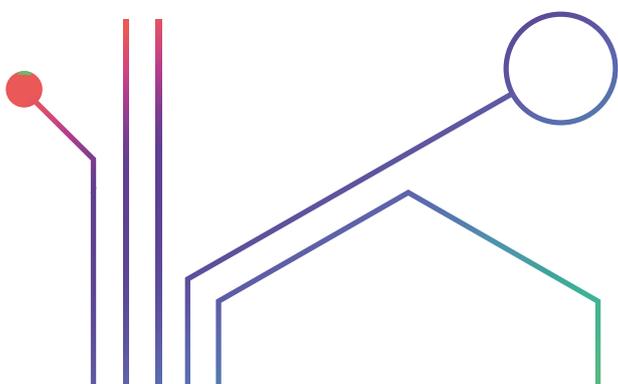
**Gabriela de Oliveira Junqueira** é bacharel pela Faculdade de Direito da USP, doutoranda na mesma instituição pelo Departamento de Direito Comercial. Atua como pesquisadora no Projeto “Finanças Verdes e a Transformação da Propriedade no Brasil”, cooperação acadêmica entre USP, UNIFESP, Universidade de Bristol e Universidade da Antuérpia. Desenvolve projetos de consultoria e atividades de assistência acadêmica.



**Orlando Aleixo de Barros Junior** é bacharel em Relações Internacionais, doutorando de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - UFRRJ. Pesquisador do Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas - GEMAP/CPDA/UFRRJ. Atua como consultor junto a organizações e movimentos sociais nacionais e internacionais. Desenvolve projetos de pesquisas e consultoria nas áreas de financeirização da terra e do agronegócio, atores políticos e sociais transnacionais, land grabbing e mercado de terras.



**Mariana Homem de Mello Reinach** é graduada em Ciências Sociais (USP), doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) e mestre pela mesma instituição. Pesquisadora do Núcleo de Estudos do Poder (NEP/CPDA), integra o projeto “Ecologia social dos recursos naturais: biodiversidade, território e autonomias no capitalismo extrativo”. Pesquisa e trabalha com agroecologia, povos e comunidades tradicionais, ecologia social e movimentos sociais do campo.





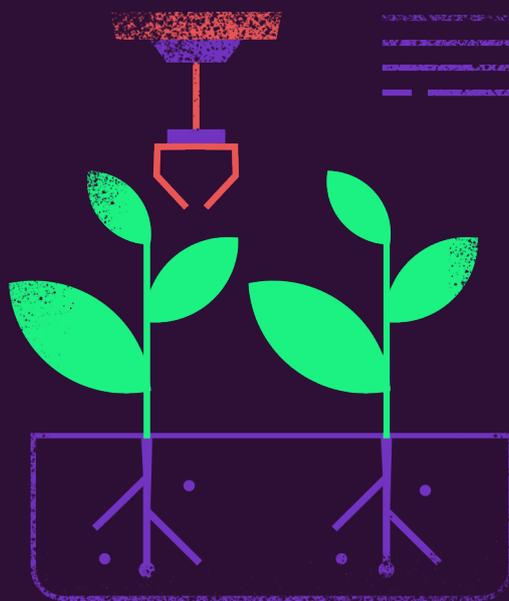
# Sumário

<b>1. Introdução:</b> Retomada verde e financeirização 4.0 - o lugar do Brasil	<b>10</b>
1.1 Pressupostos da análise: arquitetura climática e equações coloniais	<b>14</b>
1.2 Síntese do mapeamento - Desmonte e Remonte: a destruição criadora na política ambiental brasileira	<b>18</b>
1.3 Agenda ESG e o novo espírito inclusivo do capitalismo	<b>21</b>
1.4 Curto circuito das alianças. Pacto verde com o ambientalismo de mercado	<b>22</b>
<b>2. Capítulo 1:</b> Os títulos verdes e a financeirização da transição verde no Brasil	<b>24</b>
<b>3. Capítulo 2:</b> O “ecossistema” financeiro de um agronegócio verde facilita a captura de terras e bens comuns no Brasil	<b>40</b>
<b>4. Capítulo 3:</b> A arquitetura da “economia verde” nas políticas ou programas dos estados da Amazônia Legal	<b>54</b>
<b>5. Capítulo 4:</b> Economia verde e sociedade civil: o capitalismo inclusivo sob a égide do mercado financeiro	<b>67</b>
<b>6. Conclusão:</b> Retomada Verde, integração digital e acoplamento 4.0 dos territórios: um debate sobre soberania	<b>84</b>
6.1 Como o Brasil entra neste processo de retomada verde?	<b>87</b>

# 1. Introdução: Retomada verde e financeirização 4.0

## O lugar do Brasil

Camila Moreno<sup>1</sup>



1. Graduada em Filosofia (UFRGS) e Direito (PUC-RS). É mestre e doutora em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Atualmente é pesquisadora de pós-doutorado na Universidade Humboldt, Berlim, Alemanha. Pesquisa a interface entre a ecologização do capitalismo e a governança ambiental global. Membro do Grupo Carta de Belém.

**A** possibilidade de aproveitar a crise sanitária global instaurada pela Covid-19 como uma oportunidade única - e *positiva* - para implementar profundas e abrangentes transformações na economia e na sociedade foi instalada no debate público desde os primeiros meses de pandemia e incorporada por atores de todo o espectro político ao longo de 2020. A discussão de ideias e programas para promover uma 'retomada verde' da economia ocupa um lugar de destaque na agenda política global. Para recuperar as economias devastadas, surgiram propostas e programas com distintos graus de elaboração e especificidade, formulados e debatidos por países, organismos chave do sistema multilateral, atores financeiros e corporativos, sindicatos, academia, partidos políticos, movimentos sociais e outros setores da sociedade civil. Foram formuladas propostas no Norte e no Sul global.

Um marco decisivo no avanço dessa agenda foi a aprovação, em junho de 2020, do "Acordo Verde" ou "Pacto Verde" (*Green Deal*) da União Europeia. Lançado inicialmente em dezembro de 2019, o pacote europeu foi oficializado já no vigor da pandemia e trata-se do exemplo mais abrangente do que significaria - na prática - um programa de transição verde.<sup>2</sup>

Os debates na Europa apontam que não se trata apenas de um pacote de políticas públicas, mas de um novo pacto social – um novo contrato socioecológico – para enfrentar a crise climática. Com a meta de reduzir ao menos 55% das emissões até 2030, a Europa quer ser o primeiro continente a se descarbonizar e alcançar a neutralidade climática até 2050. O pacto europeu de retomada verde trata desde sistemas alimentares, biodiversidade, resíduos e estratégia de economia circular, energia renovável, mecanismos para a transição justa da força de trabalho, futuro da política industrial do bloco europeu e formas de financiamento para as políticas verdes.

O processo europeu oferece o exemplo mais concreto até agora de como este novo 'pacto' se traduz em ações e políticas de Estado, que temas e agendas são pactuadas e – mais importante – como este processo vai ser financiado.

2. [https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal\\_en](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en)

No início de outubro de 2021, a Comissão Europeia emitiu EUR \$12 bilhões de euros em títulos verdes nos mercados financeiros, a maior emissão de títulos verdes do mundo até o momento. Estes títulos representam dívida lastreada na conversão produtiva sustentável e nos novos ativos e investimentos ambientais que serão trazidos para os mercados financeiros para financiar o programa *Next Generation EU*, que visa impulsionar a recuperação do bloco após a pandemia. Em setembro, a Comissão Europeia havia anunciado sua intenção em emitir os primeiros EUR \$250 bilhões de euros em títulos verdes até 2026, valor que representa 30% do total de emissão de títulos planejado no pacote de EUR \$ 800 bilhões de euros.<sup>3</sup> Os recursos levantados com a oferta de dívida amiga do ambiente (*environmentally friendly debt*) serão destinados a financiar as partes verdes do pacote de recuperação de Covid-19.<sup>4</sup>

A criação de novas formas de endividamento e o papel do mercado financeiro estão no centro da proposta de retomada verde da Europa. Retomando ideias do final dos anos 80` e 90` de troca de

dívida por apoio para conservação ambiental, ressurgiu uma nova onda da troca de natureza por dívida (*debt for nature swaps*) promovida pelo Banco Mundial e FMI, na qual agora a troca se dá em compromissos para realizar ações climáticas, atreladas aos mecanismos de descarbonização.<sup>5</sup>

Entretanto, em um contexto extremamente adverso e diante da necessidade de apontar caminhos tão urgentemente necessários para recuperar a economia e o tecido social devastados pela pandemia de Covid-19, verifica-se que as propostas hoje empacotadas e promovidas em prol de uma retomada ou recuperação econômica 'verde' trazem muitas contradições.

Premissas e mecanismos do repertório da economia verde há mais de uma década identificados e rechaçados por grande parte da sociedade civil como parte do processo de acumulação do capitalismo com novas dinâmicas de espoliação e avanço sobre os bens comuns, reaparecem hoje travestidos e promovidos como novidade progressista. Em destaque, a insistência nos mecanismos de mercado

---

3. [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip\\_21\\_4565](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_21_4565)

4. <https://www.euractiv.com/section/economy-jobs/news/eu-launches-worlds-largest-green-bond-issuance-to-date/> A maior parte deste valor será alocado para a instalação (facility) de recuperação e resiliência (RRF); de acordo com as regras do RRF, cada estado membro deve dedicar pelo menos 37% de seus planos nacionais de recuperação da pandemia para a transição verde e em investimentos de impacto, relevantes para o clima

5. <https://www.reuters.com/article/us-imf-world-bank-climate-swaps-idUSKBN2BV2NU>

para alcançar a descarbonização através de compensações (*offsets*) e estratégias de emissões líquidas zero (*Net Zero*)<sup>6</sup>.

Velhas propostas como o REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação), monoculturas para geração de agrocombustíveis ou para reflorestamento com plantio industrial de árvores, como de eucaliptos, plantio direto do agronegócio e agricultura de baixo carbono, são recolocadas sob a nova grife das 'Soluções Baseadas na Natureza' (*Nature based solutions*, NbS).

A operacionalização de mercados de compensação massivos sobre bases naturais ainda depende da oferta e do financiamento, e para tanto a definição do novo plano estratégico de biodiversidade 2021-2030 a ser definido na Conferência das Partes da Convenção de Biodiversidade (CBD), em Kunming, China em 2022, é chave. Espera-se que 30% da superfície terrestre e 30% dos oceanos no planeta sejam colocados sob o regime de proteção ambiental, de modo a criar demanda, por um lado, e garantir lastro suficiente

sobre os quais os mercados de carbono e biodiversidade possam funcionar. Não por outro motivo, programas nos moldes do "Adote um Parque" lançado no Brasil em 2021 já dão os passos necessários para submissão de milhões de hectares de Unidades de Conservação à governança privada e corporativa, sob a legitimação do combate à crise climática.

Contudo, o esforço de vender "vinho velho em pipa nova" aparece junto com novidades importantes. Entre elas, por exemplo, a agenda das cadeias de suprimento livres de desmatamento e descarbonizadas e sua relação com os acordos de livre comércio.

Selos e esquemas de certificação com nova roupagem como "carne carbono zero" e soja "*deforestation free*", produtos "*plant-based*" ou uso de "*tecnologia de emissões negativas*" devem ser comprovados por meio da digitalização das cadeias de valor e do emprego de tecnologias de última geração como *blockchain* - para vender a rastreabilidade e a transparência vinculadas à ação

---

6. Para entender as críticas à arquitetura net zero, NBS e a captura corporativa das negociações ver, dentre outros: A grande trapaça: Como grandes poluidores estão promovendo uma agenda climática "net zero" para atrasar, enganar e negar. Amigos da Terra Internacional e Global Forest Coalition. et. al. Acesso em: [https://www.corporateaccountability.org/wp-content/uploads/2021/06/A-Grande-Trapaca\\_PT.pdf](https://www.corporateaccountability.org/wp-content/uploads/2021/06/A-Grande-Trapaca_PT.pdf); Seduções baseadas Natureza. TWN: <https://www.twn.my/title2/biotk/2020/btk200903.htm>; Contágio Corporativo: Como o setor privado está capturando as Cúpulas da ONU sobre alimentação, biodiversidade e clima. <https://globalforestcoalition.org/wp-content/uploads/2021/05/UN-corporate-capture-ES.pdf>. Ver também a página sobre net zero da aliança de organizações CLARA (Climate Land Ambition and Rights Alliance): <https://www.clara.earth/netzero>

climática – na medida em que a visibilidade do impacto ambiental em termos de carbono e emissões passam a ser condições de acesso a financiamentos e ao livre comércio. A expansão da indústria de certificação - em que as próprias corporações contratam a conformidade socioambiental de sua atividade econômica – pretende legitimar os agentes privados (em detrimento do Estado), e rerepresentar como “verde” o modo de produção extrativo baseado na produção de *commodities*, cuja escala e intensidade vem sendo denunciadas como intrinsecamente insustentável há décadas.

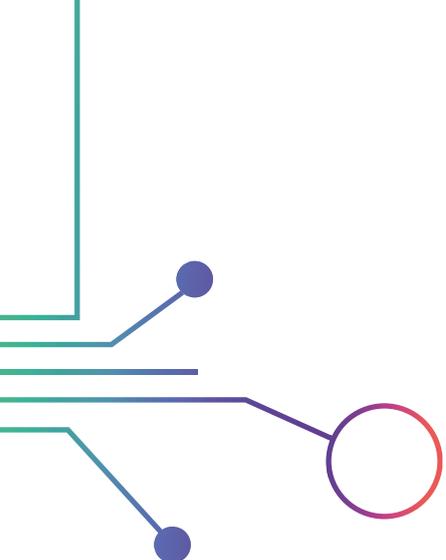
Para se manterem vivas nesta “recuperação econômica verde”, as corporações precisam ajustar suas cadeias de valor a uma governança social e ambiental corporativa (ESG, sigla em inglês), integrando o rol das empresas “do bem” e dos “investimentos de impacto”, em um movimento de reformar internamente o capitalismo, em prol de um “capitalismo consciente e inclusivo”, que beneficie todas as partes interessadas - o chamado capitalismo *multistakeholder*, em inglês - e não apenas os seus acionistas.

O Grupo Carta de Belém (GCB) identifica que, frente à crise de legitimidade do neoliberalismo como sistema político e econômico capaz de apresentar soluções à sobreposição de crises, a fórmula dos mecanismos de mercado (como os títulos verdes e os créditos de carbono) e da governança privada (desde as certificações até a gestão de ativos verdes por meio da bolsa de valores) vem sendo rerepresentada - como farsa - por investidores institucionais e corporações<sup>7</sup>. Com estes artifícios, os atores privados se apresentam como aptos a conduzir a recuperação econômica verde sem a necessidade de regulação e intervenção do estado na economia e nos negócios, de modo a manter seu controle sobre os fluxos de dinheiro ao redor do mundo.

O esforço desta pesquisa foi, portanto, compreender e integrar as propostas de “recuperação verde” em relação às dinâmicas contemporâneas de acumulação e de funcionamento do capitalismo e apontar quais as contradições e desafios estão colocados diante de nós neste momento histórico.

---

7. O Grupo Carta de Belém e mais de cem organizações da sociedade civil brasileira também rejeitam o conjunto das propostas de mercado de compensações na Convenção do Clima aqui: <https://www.cartadebelem.org.br/manifesto-rumo-a-cop-26/>



## 1.1. Pressupostos da análise: arquitetura climática e equações coloniais

**A**s considerações a seguir são um esforço de síntese política e proposta de chaves de leitura a partir do exercício de *‘Mapeamento das iniciativas de recuperação econômica e retomada verde’*. Realizada inicialmente entre outubro e dezembro de 2020, a pesquisa foi executada por uma equipe interdisciplinar de pesquisadores que se dividiram sobre quatro eixos temáticos pré-definidos: iniciativas institucionais (agências multilaterais e governos); setor privado, corporativo e financeiro; sociedade civil; partidos políticos e fundações.

A necessidade deste mapeamento surgiu como demanda prático-política das organizações e movimentos sociais que compõem o Grupo Carta de Belém (GCB), em função dos enfrentamentos cotidianos,

na diversidade de contextos do território nacional em que atuam. Nosso objetivo é contribuir com informações e análises para contextualizar e compreender a narrativa da “retomada verde” e sua tradução em agendas que vem ganhando força e espaço – inclusive passando a figurar como foco de novos discursos políticos e eleitorais - como a da bioeconomia.<sup>8</sup>

Desde a sua fundação em 2009, a trajetória do GCB enquanto sujeito coletivo, tem sido a de formulador de um contraponto crítico no debate nacional sobre os mecanismos da economia verde. Entendemos que é fundamental desmistificar o conteúdo político do que vem sendo promovido sob regulação ambiental. O grande exemplo é a centralidade da pauta do clima e da métrica do carbono

---

8. Para ilustrar este exemplo ver: Luciano Huck. <https://veja.abril.com.br/cultura/escutar-pactuar-e-agir-sugestoes-para-2021/>

De um debate acadêmico e sobre inovação, o tema surge como objeto de política e estratégias há cerca de uma década atrás. Documentos de referência que pontuam o início do processo internacional incluem o OCDE (2009) *The Bioeconomy to 2030: designing a policy agenda*; the European Commission's (2012) *Innovating for Sustainable Growth: A Bioeconomy for Europe*; e a United States' (2012) *National Bioeconomy Blueprint*. Hoje vários países já contam com estratégias nacionais e a FAO por exemplo, é forte promotora da bioeconomia, tendo desenvolvido os princípios e critérios para a bioeconomia sustentável (2021).

para entender o mundo hoje.<sup>9</sup> Esta pauta vem há muitos anos sendo apresentada e construída como agenda eminentemente ‘técnica’, baseada na ciência e na quantificação das emissões de gases de efeito estufa, unificada sob os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês).

Por ser científica e quantificável, a urgência da descarbonização se afirmaria como pauta para além das ideologias e, portanto, ofereceria um programa de consenso para dar um sentido e um mandato para a política. Em 2019 o IPCC lançou um relatório sobre a mitigação de emissões com base na terra (mudança do uso da terra e florestas). Críticas da sociedade civil sobre este relatório denunciaram o processo de espoliação das terras e territórios do sul global, que está sendo promovido em nome do clima e que se oculta sob a quantificação de carbono mistificadora que invisibiliza as relações de poder<sup>10</sup>. Neste sentido, as agendas verdes hoje respondem ao mandato da descarbonização e são profundamente políticas pois envolvem escolhas muito decisivas sobre as formas de organização e o futuro das sociedades. Mas quem decide?



É claro para nós que há uma governança transnacional, cada vez mais influenciada pelo mercado financeiro e por corporações, que por meio de acordos internacionais, e principalmente por tratados de livre comércio, vai transformando leis e políticas públicas nacionais e locais. As formas de governança da terra e recursos naturais nos países estão sendo reformuladas de forma acelerada para se adequarem a este marco geral que conjuga e repactua os interesses dominantes nesta próxima etapa de acumulação do modo de produção, e, novamente, guiados pela lógica do comércio e da produção e circulação internacional de mercadorias.

---

9. Moreno, Camila; Chassé, Daniel Speich; Fuhr, Lili. *A Métrica do Carbono: Abstrações Globais e Epistemicídio Ecológico*. Fundação Heinrich Böll, Rio de Janeiro, 2016.

10. Cerca de 260 organizações, redes e movimentos de 61 países rejeitaram as “Soluções Baseadas na Natureza” denunciando que a proposta constitui em “espoliações baseadas na natureza”. Acesse aqui: <https://greencloud.gn.apc.org/index.php/s/Z2y4YnLNoe2nrQE>

Um exemplo desse movimento foi o amplo e disputadíssimo processo no Brasil que levou ao novo Código Florestal em 2012 – o maior debate contemporâneo sobre a propriedade. Em decorrência, mecanismos da economia verde, como mercado de carbono e de pagamentos por serviços ambientais, assim como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) foram internalizados no ordenamento nacional. A pretexto de dar as bases para o financiamento e regulação de uma nova política ambiental e territorial no país e ancorar a contabilidade do carbono florestal, sua implementação vem gerando graves consequências com o avanço da grilagem digital de terras públicas e coletivas, novos cercamentos, espoliação e violação dos direitos dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares e camponeses. Na nossa avaliação, não seria possível compreender a reforma do arcabouço legal de proteção de florestas e de uso e ocupação do solo no Brasil sem incluir no horizonte a necessidade de alinhamento com a arquitetura e regime de governança internacional do clima, em especial, as projeções para os mercados de florestas para compensação de emissões, como também de uma economia da restauração florestal

de modo mais geral, associada ao papel chave do mercado financeiro para recuperar os ativos florestais, na lógica da financeirização da natureza.<sup>11</sup>

Nesta chave, temos especialmente nos dedicado a mostrar as relações de poder engendradas por uma geopolítica neocolonial, inseridas em mecanismos de submissão que são feitos em nome do clima, como os mercados de carbono e mecanismos como o de REDD+, onde vemos na prática, novas equações coloniais. No plano nacional, viemos denunciando o processo de financeirização da natureza e o cercamento dos bens comuns e o impacto das políticas de clima e biodiversidade nos territórios. Trouxemos a perspectiva crítica aos processos de reforma do Código Florestal, no tema dos pagamentos por serviços ambientais e sua regulamentação no país, na implementação do CAR, a emissão de Cotas de Reserva Ambiental (CRA),<sup>12</sup> e mais recentemente na denúncia aos programas “Floresta +” e “Adote um Parque”. Nossa crítica se soma à resistência das populações, defesa de modos de vida e afirmação de alternativas fora das formas da propriedade privada e da financeirização da vida.

---

11. <https://www.nature.org/media/brasil/economia-da-restauracao-florestal-brasil.pdf>

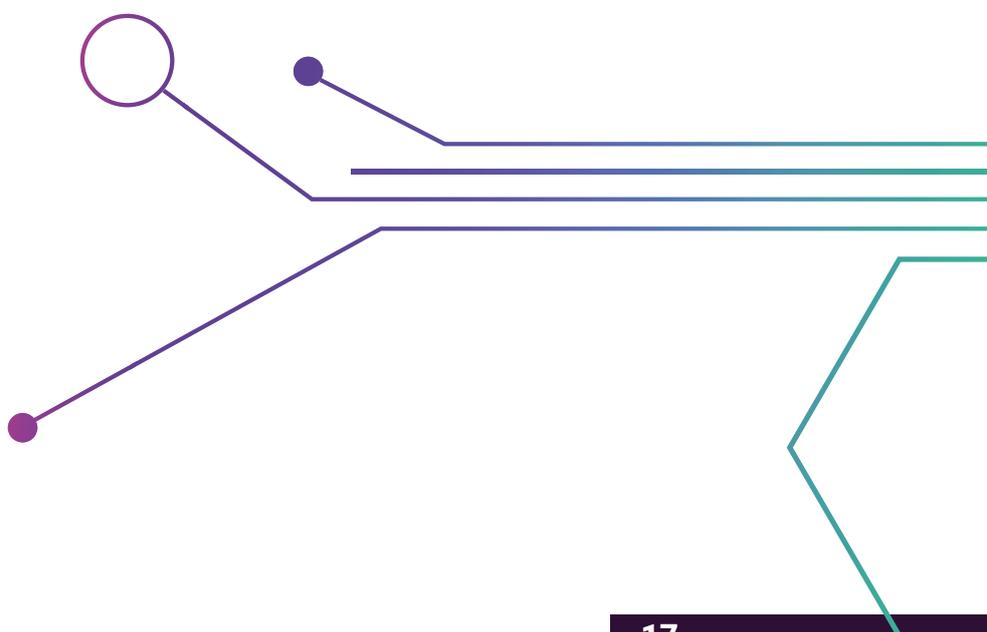
12. PACKER, Larissa A. Código Florestal e Pagamento por Serviços Ambientais: regime proprietário sobre os bens comuns. Curitiba: Juruá, 2015.

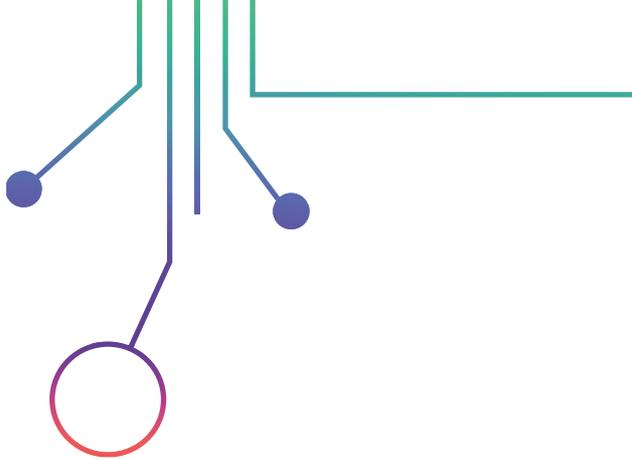
Em coerência com a trajetória e atuação do GCB, a lente utilizada nesta pesquisa sobre 'retomada verde' é política. O levantamento e sistematização em todos os quatro eixos temáticos foi orientado metodologicamente para identificar e estabelecer continuidades, rupturas e novidades – e no que estas eram convergentes e divergentes - em relação aos temas e processos estruturais que vêm pautando o acúmulo e a atuação do Grupo ao longo da última década.

Sendo assim, o olhar aqui apresentado teve como objetivo compreender as propostas de recuperação verde no contexto das novas equações coloniais que, em nome do clima, da imposição da métrica do carbono e do mandato da descarbonização, vêm submetendo terras, populações e soberanias sobre os recursos naturais. Portanto, as análises

não buscam sistematizar as propostas de retomada econômica em si mesmas ou no vácuo - mas em relação ao processo geral de avanço da financeirização da natureza e aprofundamento da financeirização das políticas ambientais e sociais. Também buscamos integrar à discussão elementos mais recentes - com foco na onipresente transformação digital – e em particular seus reflexos nas estratégias do agronegócio 4.0 e seus impactos nas dinâmicas territoriais e nas novas formas de espoliação.

Esperamos que este material contribua para chamar atenção sobre a encruzilhada que representa o momento que vivemos, tendo em vista o que está em jogo com relação às possibilidades futuras de um projeto nacional para o Brasil, das soberanias e do horizonte de lutas sociais e ecologicamente emancipatórias.





## 1.2. Síntese do mapeamento - Desmonte e Remonte: a destruição criadora na política ambiental brasileira

*“O Estado brasileiro não será o protagonista do desenvolvimento sustentável da Amazônia. Esse papel está reservado aos empreendedores amazônicos e a seus parceiros nacionais e internacionais, dispostos a investir com segurança em busca de rendimentos e sustentabilidade.”<sup>13</sup>*

General Hamilton Mourão, Vice-Presidente da República

**A**s ideias a seguir apresentam uma síntese em forma de chaves de leitura comuns e transversais, a partir dos pontos trabalhados individualmente em cada um dos capítulos temáticos de análise deste mapeamento, apresentados na sequência.

O desmonte dos mecanismos de participação da sociedade civil, de instituições e infraestruturas públicas, cortes orçamentários, a legalização e aumento da grilagem de terras e das taxas de desmatamento,

invasão de florestas públicas e terras indígenas, violação dos direitos socioambientais e o escalonamento da violência nos territórios, além do recorde dos incêndios que assolaram o Pantanal e a Amazônia causando comoção internacional, são alguns dos fatores que contribuem para a identificação do Brasil como pária no cenário internacional - caracterizado como país incapaz de gerir seu próprio território, formular um projeto nacional que dê conta da Amazônia e de promover uma retomada econômica verde.

13. <http://www.escolhas.org/edicao-especial-bioeconomia-2/>

A principal dinâmica identificada no mapeamento é o processo de construção de uma estrutura de governança e regulação privada das questões ambientais (e sociais) no Brasil. Ao “apagão ambiental”, “revogação” e *desmonte* das estruturas de participação democrática durante o governo Bolsonaro (conselhos, extinção de órgãos, etc.), vem sendo estruturado o *remonte* de uma nova forma de governança privada que atende, sobretudo, a interesses externos. A principal conclusão do exercício deste mapeamento é que em paralelo ao desmonte das políticas públicas ambientais no Brasil há um processo de remonte a pleno vapor em curso.

Este processo – que chamamos de remonte – se refere à criação de um ecossistema institucional e regulatório criado ao longo dos últimos anos para viabilizar e garantir a financeirização das políticas ambientais, ou seja, sua condução por meio de mecanismos de mercado. Estão em curso novas formas de integração e novas dinâmicas de “acoplamento” de terras e recursos naturais às cadeias globais de valor, viabilizadas, sobretudo, pela integração à infraestrutura digital e ao mercado de capitais.<sup>14</sup>

A operacionalização iminente da infraestrutura de 5G, prevista no país para 2022, é a grande questão definidora da geopolítica internacional hoje e o Brasil é palco de um capítulo fundamental no xadrez geopolítico internacional e na disputa tecnológica entre EUA e China. A malha de internet 5G é a infraestrutura necessária para fazer rodar a chamada indústria 4.0 - baseada na inteligência artificial, na robotização, digitalização e automação das cadeias de produção- e o que irá viabilizar as novas dinâmicas de acumulação baseadas em big data, internet das coisas e tecnologias digitais de vigilância.

Este processo de digitalização de diversas esferas da vida vem propiciando uma escalada financeira da economia que pode ser muito bem observada por meio da massificação das transações por meio de plataformas e moedas digitais. O PIX incluiu milhões de pessoas sem-banco no sistema financeiro. Além disso, a regulamentação da tele saúde, tele educação, tele trabalho, o aumento exponencial do comércio digital que concentra o mercado e favorece a quebra dos pequenos e médios negócios, a mudança dos padrões de alimentação com a chegada dos aplicativos de comidas e o aumento brutal de trabalho precarizado organizado por meio aplica-

14. Sobre esta análise ver os seguintes posicionamentos públicos do Grupo Carta de Belém: (23/04/2021) a propósito da Cúpula de Líderes convocada por Biden em abril 2021, Em: <https://diplomatie.org.br/mercado-financeiro-aterri-ssa-na-amazonia-em-nome-do-clima/>; Manifesto rumo à COP 26 “Em Nome do Clima, Avança a Espoliação dos Territórios”, assinada por mais de 100 organizações da sociedade civil brasileira. Em: <https://www.cartadebelem.org.br/manifesto-rumo-a-cop-26/>

tivos, vem gerando uma reorganização em todas as cadeias de valor com tendência à oligopolização, principalmente em favor das corporações de tecnologia, chamadas Big Techs. Este macroprocesso de reestruturação tecnológica da sociedade e da economia vem passando ao largo do debate democrático.

Esta transformação no modo de produção 4.0 implica na transformação de bens públicos e comuns em ativos financeiros. No Brasil, este processo chega especialmente por meio do agronegócio 4.0 e da valoração e integração de novos 'ativos' ambientais (como carbono, biodiversidade, água) às cadeias globais de suprimentos e commodities agrícolas. Movimento que ganha força com a promoção das chamadas "finanças verdes", que autoriza emissão de dívida (títulos verdes), novos financiamentos e créditos tendo como lastro recursos naturais. Através deste "acoplamento" possibilitado pelas novas tecnologias, o mundo das finanças e da especulação financeira acessa os novos ativos verdes, criando-se novas dinâmicas de controle e gestão digital dos territórios e das práticas produtivas.

Novos arranjos produtivos tomam forma e, em nome de promover uma bioeconomia, uma economia da sociobiodiversidade e dar escala à uma economia

sustentável, o que se pretende é fazer com que os recursos naturais e conhecimentos tradicionais de povos e comunidades "mudem de mãos" para serem integrados às cadeias globais de valor organizadas por corporações e investidores institucionais.<sup>15</sup>

Para fazer este movimento de forma barata e desburocratizada, é necessário integrar organizações e movimentos à esta lógica. Diante do desmonte e deterioração dos instrumentos públicos de financiamento, organizações e movimentos sociais estão sendo empurrados para estes novos mecanismos vinculados ao mercado financeiro. Isto se dá em um contexto generalizado de financeirização transversal da vida cotidiana, das políticas ambientais e sociais e dos imaginários coletivos.

No nível macro, o processo em curso aponta para uma acelerada privatização de bens comuns e da governança territorial, de financeirização das políticas públicas e de novas formas de espoliação.

Este processo responde a uma estratégia de alinhamento do marco geral ambiental no Brasil à arquitetura internacional que vem sendo criada no âmbito do que se identifica como capitalismo *stakeholder*, para beneficiar as múltiplas partes interessadas. Este processo de remonte – digital e financeiro - vem sendo financiado

---

15. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/bioeconomia-brasil-sociobiodiversidade>

e capitaneado seja por bancos de desenvolvimento e cooperação internacional, através de fundos e agências de cooperação estatais, seja por meio de fundações

estrangeiras com capilaridade no país e organizações da sociedade civil financiadas por empresas.

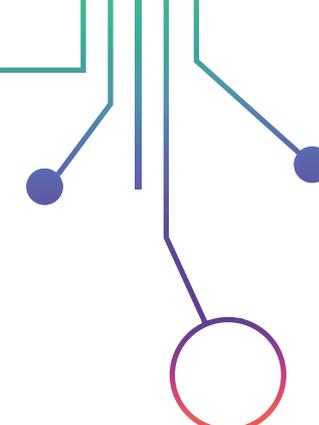
### 1.3. Agenda ESG e o novo espírito inclusivo do capitalismo

**N**o curso desta pesquisa, ficou claro que é preciso levar muito a sério a força com a qual a narrativa sobre a viabilidade de construção de um 'capitalismo sustentável' - entendido aqui como um sistema econômico no qual o setor de negócios, investidores e mercados financeiros direcionam o capital para resolver os problemas sociais, ambientais e econômicos - vem ganhando terreno entre setores sociais progressistas. Neste processo, o 'impacto' social - mensurado a partir da régua dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Agenda 2030 - se torna uma mercadoria e um ativo financializável.

A agenda de governança ambiental e social corporativa (sigla em inglês, ESG) pretende alinhar globalmente o apoio às causas sociais e ambientais como condição de acesso a fluxos de investimento e aos novos instrumentos "verdes" para alavancar dinheiro nos mercados financeiros. Este ajuste "verde" das práticas corporativas por meio do mercado e do mercado de capitais, pretende trazer um vasto portfólio de oportunidades de investimentos de 'impacto' e de novos ativos - de capital natural e capital humano - baseado em capturar e valorizar resultados ambientais

e sociais que possam ser quantificados, mensurados e transacionados. O monitoramento, reporte e verificação destes novos 'ativos' ambientais e sociais depende, por sua vez, de uma massiva digitalização dos territórios e da implementação de tecnologias de 'transparência'. Estas, na prática, se traduzem em rastreamento e controle das commodities dentro das cadeias de valor, dos serviços ambientais por elas promovidos, e, portanto, dos territórios e suas populações.

Como um fenômeno amplo e abrangente, a financeirização da vida cotidiana opera também sobre os imaginários e captura a imaginação social, normalizando a ideia que ao invés de resistir aos processo de introdução de bens comuns às formas da propriedade privada e à financeirização - e a alienação/desposseção da qual este processo depende -, seria possível democratizar os mercados (financeiros), na medida em que todos podem ser investidores e acionistas das transformações positivas que se quer ver na sociedade. Este é um traço central do discurso do novo capitalismo inclusivo, capitalismo *stakeholder* (de partes interessadas) e dos investimentos éticos.



## 1.4. Curto circuito das alianças. Pacto verde com o ambientalismo de mercado

---

*É urgente trabalhar para ser a maior potência agroindustrial sustentável do planeta. Uma economia verde admirada, capaz de produzir e preservar, mas também de extinguir a miséria e combater com rigor as nossas enormes desigualdades. Para isso, nós teremos de nos mexer, de unir favela e asfalto, campo e cidade, conectando Brasília ao mundo. Tal desafio só será possível se nossas lideranças reconhecerem a **necessidade de fazer concessões em nome do bem comum**. Pois nada acontecerá por geração espontânea.*

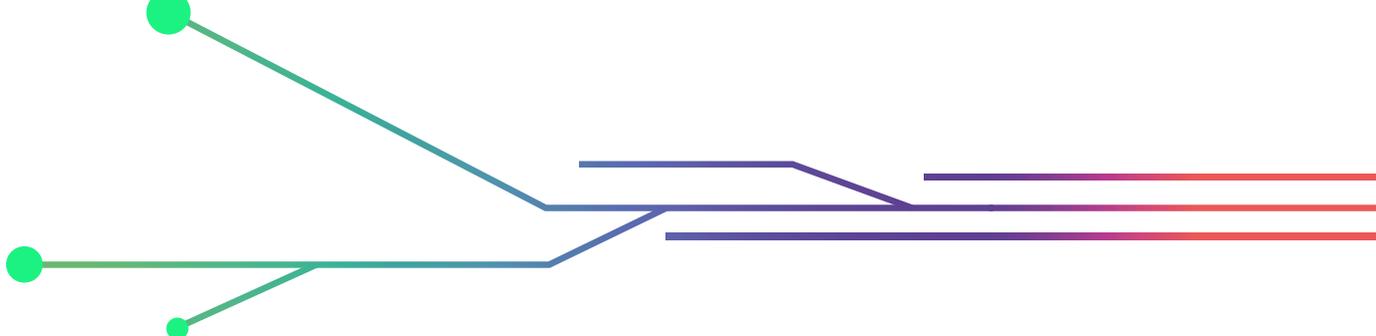
*Agora tomemos a questão da Amazônia. Qualquer programa de bioeconomia só será realmente sustentável na região das florestas quando houver um entendimento entre diferentes pontos de vista – ou seja, se for feito um encontro de ideias entre ambientalistas, produtores rurais e povos tradicionais, **sem descartar ninguém que aja no marco da lei**.*

Escutar, pactuar e agir - sugestões para 2021

Luciano Huck

**O** cenário geral identificado no decorrer desta pesquisa aponta para um grande curto-circuito que parece ter se instalado, causando uma confusão ideológica brutal junto à sociedade civil. Em vista disso, qualquer

programa de reestruturação econômica 'verde' que engendre as propostas nos moldes em que estão colocadas, ameaça consolidar uma *profunda mudança de paradigma nas lutas socioambientais no país*.



No atual contexto de polarização política no Brasil, a defesa do meio ambiente vem aproximando discursos e forjando um consenso que parece ter colocado no mesmo lado da trincheira atores que até então estavam em margens opostas do espectro político. Diante de um inimigo comum - e mal maior - sujeitos e posições que se colocavam em campos distintos, e até em disputa, aparecem forjando alianças até há pouco tempo impensáveis. Atores que estão há mais de uma década na linha de frente da promoção da economia verde e são identificados com o chamado 'ambientalismo de mercado' se promovem denunciando o escandaloso desmonte das políticas ambientais no país, enquanto grandes bancos privados nacionais e estrangeiros, empresas, fundos de investimento, atores do mercado financeiros, corporações e organizações internacionais se apresentam para salvar o meio ambiente, a Amazônia e até para garantir modos de vida, através de parcerias e negócios com comunidades tradicionais, povos indígenas e agricultura familiar e camponesa.

A vertente da parceria com empresas vinculadas à governança ambiental e social (ESG), o empreendedorismo e in-

vestimento de impacto e em negócios sociais crescem nas periferias urbanas, em temas como habitação, educação, tratamento de resíduos, etc. No campo, esta agenda se soma a da agricultura regenerativa e a economia da restauração, dos co-benefícios ao carbono gerado por boas práticas agrícolas, livre de desmatamento, etc, para assim tornar sustentáveis as cadeias agroalimentares. Nesta lógica de integrar e valorizar o meio ambiente, os critérios sociais como equidade racial e de gênero, dentre outros, às cadeias de valor, as corporações e investidores institucionais pretendem dirigir a retomada econômica verde, legitimar o modo de produção e consumo capitalista e dissolver oposições estruturais como capital x trabalho, de modo a colocar todas as partes interessadas como beneficiárias do sistema econômico. Na medida que o mundo Pós-Covid começa a tomar forma, conscientes da complexidade do momento e das profundas contradições e desafios práticos e políticos no horizonte de transformação social que está colocado à frente, este material pretende contribuir para alimentar a reflexão crítica e informar o posicionamento, as estratégias e ações dos membros do GCB e do público em geral.

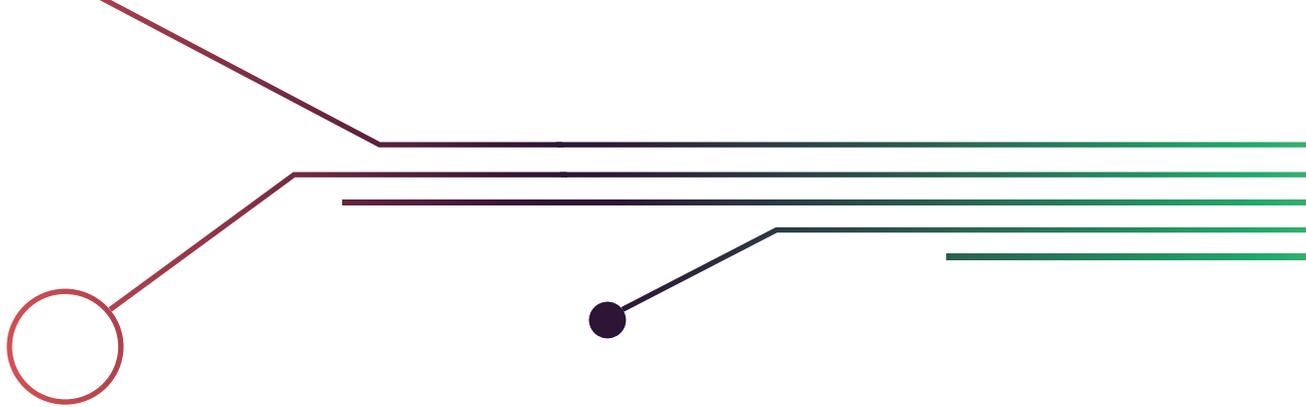
## 2. Capítulo 1:

# Os títulos verdes e a financeirização da transição verde no Brasil

Gabriela de Oliveira Junqueira<sup>16</sup>



16. Bacharel e doutoranda na Faculdade de Direito da USP. Pesquisadora no Projeto “Finanças Verdes e a Transformação da Propriedade no Brasil”, cooperação acadêmica entre USP, UNIFESP, Universidade de Bristol e Universidade da Antuérpia. Desenvolve projetos de consultoria e atividades de assistência acadêmica. Contato: [goliveirajunqueira@gmail.com](mailto:goliveirajunqueira@gmail.com).



**E**stando relativamente consolidado o consenso sobre a urgência da crise ecológica (abstratamente considerada) e sobre a necessidade de uma transformação das relações entre sociedade e natureza, abriu-se um importante espaço político, no qual se dá a disputa sobre de que forma se dará a “transição verde”.<sup>17</sup> Essas disputas se dão sobre quem são os atores que devem liderar o processo de transição; quais setores serão beneficiados; quais setores serão prejudicados; como se dará o financiamento; etc.

Nesse contexto, a via das finanças verdes vem despontando como a principal candidata a servir de “motor” da transição verde. Trata-se de uma tentativa do setor financeiro de atuar como ator fundamental nesse processo, que foi intensificado no contexto de retomada econômica verde no pós-pandemia. Através do “esverdeamento das finanças”, busca-se também conter uma eventual regulamentação estatal, reafirmando a hegemonia de pou-

cos investidores institucionais sobre os fluxos de capital no mundo. Essa tendência assume inúmeras formas: os critérios ambiental, social e de governança (com a sigla em inglês ESG); os investimentos de impacto; os índices de sustentabilidade; os mercados de carbono; a regulação bancária verde; etc.

Dentre os muitos instrumentos financeiros verdes, os “títulos verdes” (chamados em inglês de *Green Bonds*) podem ser tomados como um didático exemplo sobre as dinâmicas e contradições que marcam o universo das finanças verdes. Nos últimos 10 anos o mercado de títulos verdes se desenvolveu e se expandiu, adquirindo certa centralidade entre as ferramentas de política climática. Além disso, o instrumento representa a “nova geração” das finanças verdes e climáticas que vai muito além dos tradicionais mecanismos de flexibilização do Protocolo de Kyoto, abarcando uma diversidade grande de instrumentos “privados”.

---

17. Brand, U. 2016. “Transformation” as a new critical orthodoxy – The strategic use of the term “transformation” does not prevent multiple crises’, *GAIA* 25 (1) 23-27; Brand, U., Görg, C. & Wissen, M. 2020. ‘Overcoming neoliberal globalization: social-ecological transformation from a Polanyian perspective and beyond’, *Globalizations* 17 (1) 161-176.

## Títulos verdes e outros títulos temáticos

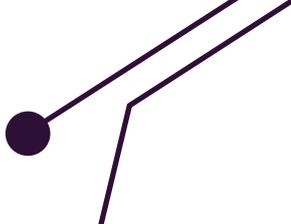
Os “Títulos Verdes”, chamados em inglês por *Green Bonds*, são títulos de dívida que destinam o dinheiro para projetos que oferecem algum “benefício ambiental”.<sup>18</sup> Estes títulos podem ser emitidos no mercado de capitais por entes públicos (governos, bancos de desenvolvimento e, em alguns países, estados e municípios) e privados (empresas e bancos privados) e são comprados por investidores. Trata-se de uma espécie de empréstimo que o investidor faz ao emissor do título e que deve ser pago com juros em um prazo estipulado. Quem emite um título verde se compromete a aplicar o dinheiro arrecadado em atividades consideradas verdes pelos emissores e investidores.

É importante dizer que esses títulos (*Green Bonds*) são diferentes de outras modalidades de títulos, por vezes também chamados de “títulos verdes”, como a Cota de Reserva Ambiental (CRA) prevista do Código Florestal brasileiro. No caso da CRA, o título representa necessariamente 1 hectare de cobertura vegetal. No caso dos Títulos Verdes aqui tratados, eles representam uma dívida: o valor em dinheiro que o investidor (comprador do Título) “emprestou” ao emissor.

Vale dizer que, no Brasil, esse esquema financeiro que caracteriza os Títulos Verdes pode assumir diferentes formas jurídicas. Isto é, diferentes instrumentos jurídicos podem ser usados para levantar o dinheiro no mercado de capitais, a depender do tipo de emissor e do projeto a ser financiado: certificados de recebíveis do agronegócio, certificados de recebíveis imobiliários, debêntures, debêntures incentivadas de infraestrutura, letras financeiras, notas promissórias, entre outros.<sup>19</sup>

18. Jones, R. et al. 2020. ‘Treating ecological deficit with debt: the practical and political concerns with green bonds’, *Geoforum* 114 49-58.

19. FEBRABAN e CEBDS. 2016. Guia para emissão de títulos verdes no Brasil 2016, disponível em [http://cebds.org/wp-content/uploads/2016/10/Guia\\_emissão\\_t%C3%ADtulos\\_verdes\\_PORT.pdf](http://cebds.org/wp-content/uploads/2016/10/Guia_emissão_t%C3%ADtulos_verdes_PORT.pdf).



O formato dos títulos verdes fez sucesso e deu origem a outros “títulos temáticos” como os “títulos sociais”, os “títulos sustentáveis”, os “títulos de transição” e, durante a pandemia, os “títulos corona”. Todos eles seguem o esquema de serem títulos de dívida em que o dinheiro arrecadado é destinado para projetos específicos. Vale destacar, em especial, o desenvolvimento recente dos Títulos SLB (*Sustainability-linked bonds*, em inglês), que podem ser emitidos mesmo sem um projeto atual considerado sustentável, mas com o compromisso de atingir determinada meta futura. Em conjunto, esses instrumentos financeiros são vistos como um meio importante para a implementação da Agenda 2030, para cumprimento das metas do Acordo de Paris, da Convenção de biodiversidade e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Os títulos verdes são um instrumento financeiro relativamente novo. Eles foram emitidos pela primeira vez em 2007, mas rapidamente ganharam popularidade e escala (ver gráfico 1), por uma série de razões. Do ponto de vista financeiro, eles representam uma forma mais barata e com prazo mais amplo para pagar a dívida do que os financiamentos bancários. Do ponto de vista da política climática, o fun-

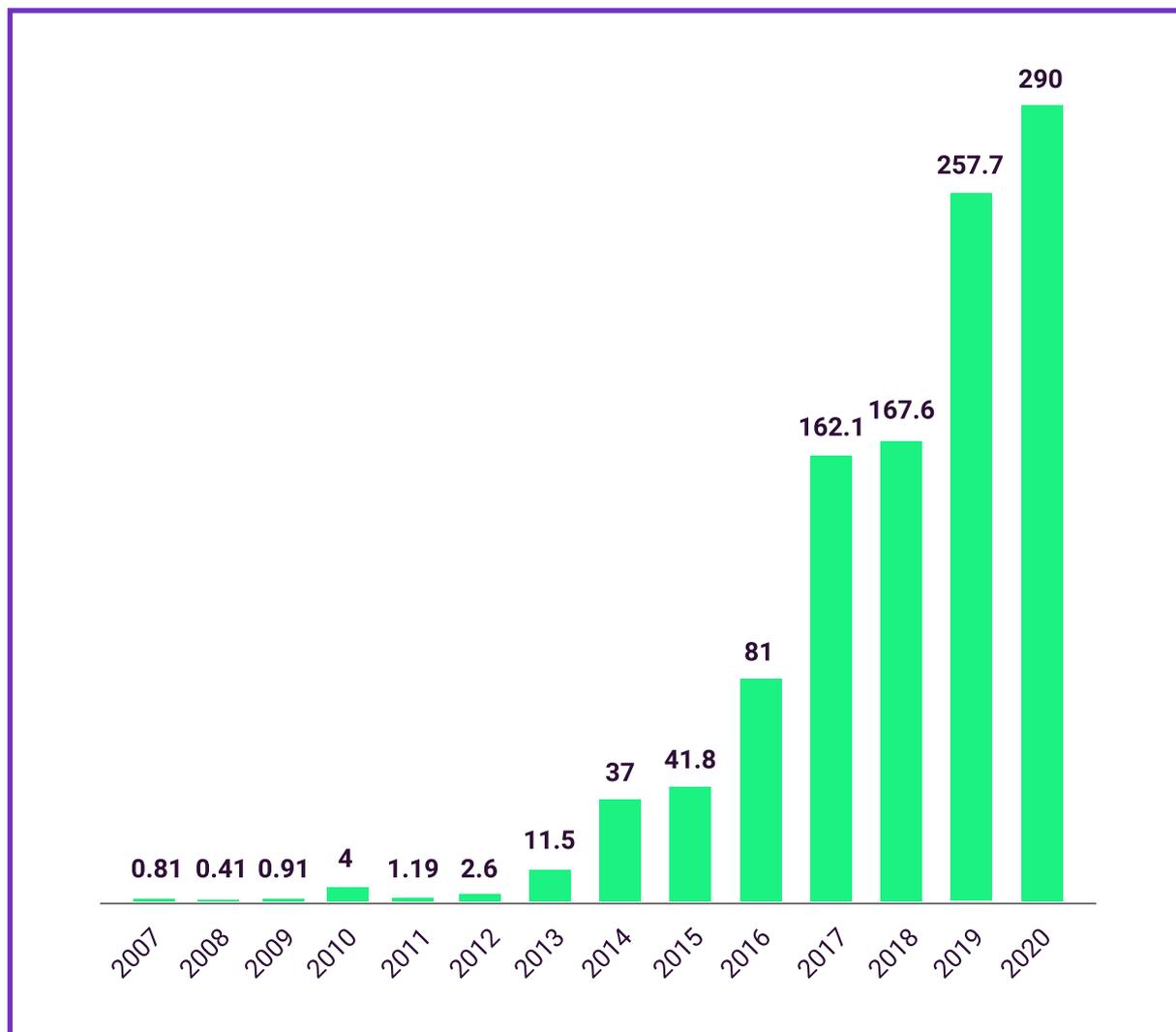
cionamento do mercado de títulos verdes é, em teoria, simples e mais fácil de ser implementado do que, por exemplo, uma política de precificação de carbono, como por meio de sua taxaço.<sup>20</sup> Por isso, os títulos verdes são divulgados como um instrumento que tem o potencial de suprir a falta de financiamento (ou disposição política) para bancar a transição para uma economia de baixo carbono.<sup>21</sup>

---

20. Heine et al. (2019). Financing low-carbon transitions through carbon pricing and green bonds, Policy Research Working Paper 8991, World Bank Group, disponível em <https://documents1.worldbank.org/curated/en/808771566321852359/pdf/Financing-Low-Carbon-Transitions-through-Carbon-Pricing-and-Green-Bonds.pdf>.

21. United Nations (UN) 2016. ‘Green Bonds a low carbon economy driver after COP21’ (July 11) *United Nations Climate Change*, disponível em <https://unfccc.int/news/green-bonds-a-low-carbon-economy-driver-after-cop21>; Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) 2017. ‘Mobilising bond markets for a low-carbon transition’, disponível em <https://www.oecd.org/env/mobilising-bond-markets-for-a-low-carbon-transition-9789264272323-en.htm>; Weber, O. & Saravade, V. 2019. ‘Green bonds – current development and their future’, Center for International Governance Information Paper n. 2010, disponível em <https://www.cigionline.org/publications/green-bonds-current-development-and-their-future>.

## Gráfico 1: Emissão global de Títulos Verdes (em bilhões de USD)<sup>22</sup>



Com a expansão internacional dos títulos verdes, é possível observar um conjunto de transformações nos marcos legais e nas políticas públicas, a fim de garantir o funcionamento deste

mercado. No Sul Global, contudo, essas mudanças assumem contornos específicos. Neste cenário, a observação do movimento de abertura e consolidação de um mercado de títulos verdes no

22. Fonte: elaboração própria a partir dos relatórios anuais da Climate Bonds Initiative (<https://www.climatebonds.net/resources/reports>).

Brasil é um bom exemplo para entender muitos processos que disputam o ‘mundo sustentável’ do amanhã.

Nesta tarefa, quatro importantes instâncias de disputa política podem ser identificadas: (i) a atuação dos fundos climáticos; (ii) as atividades de bancos de desenvolvimento; (iii) a infraestrutura institucional para o financiamento da ‘transição verde’; e (iv) a competência para a definição dos critérios sobre o que é ‘verde’ para habilitar os projetos a serem financiados. Estas são detalhadas abaixo.

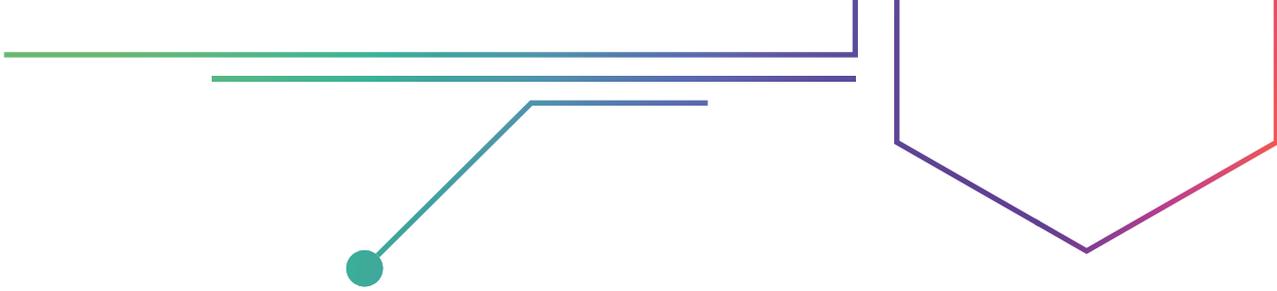
Primeiramente, quanto à atuação dos fundos climáticos, aponta-se que o rápido crescimento do mercado de títulos verdes está associado a incentivos sendo promovidos no âmbito das regras da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Clima. Diante da insuficiência do capital público, esses fundos buscam promover incentivos para atrair o capital privado e alcançar os objetivos climáticos.<sup>23</sup> Isso é feito por meio de iniciativas que mitigam os riscos dos investimentos privados, como por exemplo, através do financiamento misto (*blended finance*, em inglês). Os ‘instrumentos financeiros verdes’ aparecem aqui como importantes mecanismos para essa tarefa.

Essa conexão é bastante explícita na construção do mercado brasileiro de títulos verdes desde 2015, ano da primeira emissão no país. Nesse sentido, é elucidativa a criação da Plataforma de Financiamento Verde para a América Latina e Caribe pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (“BID”), que responderia a uma demanda por apoio técnico de bancos de desenvolvimento, instituições financeiras e atores do mercado de capitais na região. A iniciativa tem como origem um financiamento concedido ao BID pela International Climate Initiative (“IKI”), instrumento do governo alemão para a atuação no âmbito do clima e da biodiversidade.

Em diferentes graus, muitos dos atores que avançam na construção do mercado de títulos verdes no Brasil se relacionam com essa Plataforma do BID e com outros projetos diretamente financiados pelos fundos climáticos multilaterais ou estatais. Assim, através de redes formadas nesses espaços, as ideias se propagam, e são formadas coalizões que realizam um trabalho “quase invisível” de divulgação dos novos instrumentos financeiros verdes. Para isso, há a propagação de um determinado conhecimento técnico, o convencimento de novos

---

23. Green Climate Fund, 2021. ‘GCF means business: how the world’s largest climate fund works with the financial sector to drive global change’, disponível em <https://www.greenclimate.fund/document/gcf-means-business>.



emissores e investidores, assim como a proposição de ajustes legislativos e nas políticas públicas de países, entre outras atuações que buscam impulsionar as emissões destes títulos.

Em segundo lugar, além dos fundos climáticos, os bancos de desenvolvimento são importantes atores para a propagação das inovações financeiras verdes, como os títulos verdes. Aqui, podem ser distinguidas as instituições (internacionais) que atuam como importantes divulgadores e fomentadores, e instituições (nacionais) que são objeto dessas ações. Essas instituições nacionais têm se valido dos novos instrumentos financeiros verdes e sustentáveis para captar recursos no mercado e financiar a continuidade de suas operações. Isso também em razão das mudanças no sistema nacional de fomento, que teve redução drástica dos repasses públicos aos bancos e agências de desenvolvimento.

A emissão internacional de um título verde feita pelo BNDES ainda em 2017 representou um importante marco para estimular o nascente mercado brasileiro. Em

2020, o banco voltou a utilizar o instrumento, valendo-se de “letras financeiras verdes”. Em ambas as oportunidades, os recursos arrecadados foram destinados ao já existente programa de apoio a energias renováveis. Em 2021, com a cooperação técnica do BID, o BNDES lançou um Sustainability Bond framework, sinalizando sua intenção de expandir a suas ‘operações de crédito sustentáveis’, diversificando suas emissões de títulos temáticos (ver quadro explicativo, acima).

Quanto à terceira das instâncias políticas, relacionada à infraestrutura institucional, cabe destacar que a “preparação do terreno” para a chegada dos títulos verdes no Brasil tem envolvido a abertura de novas fronteiras para as finanças privadas. Com isso, essas tendências se somam a outros processos de financeirização da economia, à semelhança do que já se observou em outros contextos do Sul Global.<sup>24</sup> Apoiando-se na referida agenda de atração do capital privado, o setor financeiro vem ganhando força e aderindo à ideia de financiar o “crescimento verde”, mas de acordo com a sua própria lógica e apetite para risco.

---

24. Hilbrandt, H. & Grubbauer, M. 2020. ‘Standards and SSOs in the contested widening and deepening of financial markets: the arrival of green municipal bonds in Mexico City’, *Environment and Planning A: Economy and Space* 52 1415-1433.

Um caso ilustrativo pode ser visto no sistema de financiamento da agricultura brasileira. Há alguns anos já se encontra em curso um processo de fomento do financiamento privado do agronegócio,<sup>25</sup> ao qual os títulos verdes vieram a se somar,<sup>26</sup> e que tem no ‘selo verde’ um facilitador no processo de atração de novos investidores privados, em especial, estrangeiros.<sup>27</sup> De fato, os novos títulos de crédito do agronegócio, introduzidos pela Lei 11.076/2004, funcionam como a infraestrutura institucional necessária para a emissão de títulos verdes pelo setor (destaca-se aqui o certificado de recebíveis do agronegócio), permitindo alavancar recursos no mercado financeiro.<sup>28</sup> E, por sua vez, o agronegócio e as terras sob seu controle, passam a servir de lastro

para emissão destes novos títulos, servindo como novos ativos financeiros para rentabilidade do capital financeiro.

Vale apontar que, de acordo com as médias globais, o setor energético, de transportes e de uso de água são os principais destinatários dos recursos dos títulos verdes.<sup>29</sup> Diferentemente, no Brasil o setor de uso da terra se destaca.<sup>30</sup> Em número de emissões, o setor tem 31 das 91 catalogadas,<sup>31</sup> atrás apenas do setor energético, que conta com 48 emissões<sup>32</sup>. Em volume de recursos, no entanto, o setor de uso da terra assume o primeiro lugar, com predominância nas grandes emissões internacionais. Essa especificidade aponta para a tendência de os títulos verdes representarem uma nova forma de pressão

---

25. Buranello, R. 2014. ‘Regime jurídico dos certificados de recebíveis do agronegócio: direito e economia dos sistemas agroindustriais’, *Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais* 64 313-339.

26. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) 2018. ‘Guia dos títulos do agronegócio’, disponível em <https://www.cnabrazil.org.br/boletins/guia-dos-titulos-do-agronegocio>.

27. Sá, L. F. 2021. ‘A conexão verde de Wall Street, Faria Lima e o agronegócio brasileiro ganha força’ (22 de Março), disponível em <https://neofeed.com.br/blog/home/a-conexao-verde-de-wall-street-faria-lima-e-o-agronegocio-brasileiro-ganha-forca/>.

28. No mesmo sentido, a promoção das debêntures incentivadas no setor de infraestrutura (Lei 12.431/11), que consistem no instrumento mais utilizado nas emissões brasileiras de Títulos Verdes.

29. Climate Bonds Initiative, 2021. Sustainable debt – Global state of the Market 2020, disponível em [https://www.climatebonds.net/files/reports/cbi\\_sd\\_sotm\\_2020\\_04d.pdf](https://www.climatebonds.net/files/reports/cbi_sd_sotm_2020_04d.pdf).

30. Os dados foram retirados da base de dados de Operações de Crédito Sustentáveis da Sitawi, disponível em [https://docs.google.com/spreadsheets/u/1/d/e/2PACX-1vRDp7Z82Qovj9VuupGGQGSiBi66hQPdRL5ucb6kZ80HyjtQtVjtf7Qekh99\\_DVs2FRG-8ADHE05ASP/pubhtml](https://docs.google.com/spreadsheets/u/1/d/e/2PACX-1vRDp7Z82Qovj9VuupGGQGSiBi66hQPdRL5ucb6kZ80HyjtQtVjtf7Qekh99_DVs2FRG-8ADHE05ASP/pubhtml) (atualização de 19/10/2021).

31. Considerando as categorias “Florestas”, “Agropecuária” e “Bioenergia”.

32. Considerando as categorias “Armazenamento”, “Energia renovável” e “Transmissão”.

fundiária no Sul Global, servindo a terra como lastro dos novos títulos de dívida, e saciando a voracidade de investidores institucionais, como fundos de pensão e investimento por um portfólio de longo prazo, mais seguro e rentável para seus investimentos.

Soma-se a essa infraestrutura institucional os emergentes incentivos explícitos à emissão de títulos verdes. São exemplos o aparato da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (instituída pela Lei 14.119/2021) – que previu os green bonds (títulos verdes) como uma das modalidades de pagamentos (art. 3º, inciso IV<sup>33</sup>) – e o Projeto de Lei 2626/2020 – que prevê incentivos fiscais para títulos verdes em que a alocação de

recursos seja destinada a projetos “certificados por entidade nacional ou internacional como projetos relacionados ao desenvolvimento sustentável”.

Por fim, a emissão destes títulos pressupõe alguma definição sobre o que deve ser entendido por ‘verde’, a quarta instância de disputa política identificada. Nesse sentido, a chegada dos títulos verdes em território brasileiro adiciona uma nova camada de governança, que se relaciona à definição das atividades que devem ser financiadas. No Brasil, assiste-se à consolidação de arranjos regulatórios privados<sup>34</sup>, nos quais representantes de empresas e entidades financeiras globais lideram a prerrogativa de definir o significado do que é ‘verde’ (ver quadro explicativo, abaixo).<sup>35</sup>

---

33. A Lei utiliza a nomenclatura em inglês “Green Bonds”.

34. Park, S. K. 2018, ‘Investors as regulators: green bonds and the governance challenges of the sustainable finance revolution’, *Stanford Journal of International Law* 54 1-47.

35. Manning, S. & Reinecke, J. 2016. ‘A modular governance architecture in-the-making: how transnational standard-setters govern sustainability transitions’, *Research Policy* 45 618-633.

## A governança privada dos Títulos Verdes

Com a exceção de algumas poucas jurisdições que hoje possuem algum tipo de regulação pública, na maioria dos países a governança dos títulos verdes é privada. Isso significa que são regras e critérios formulados por entes privados (empresas e investidores) que definem como deve ser feita uma emissão e o que deve ser aceito como “verde”. São exemplos dessas regras os Green Bond Principles (GBP)<sup>36</sup>, o Climate Bonds Standard and Certification Scheme (CBS)<sup>37</sup> e o sistema de assessoramento por Second Party Opinions (SPO), como o oferecido pela “Sitawi Finanças do Bem”.

O GBP lista alguns passos para garantir a transparência na emissão, mas não estabelece de forma taxativa quais atividades devem ser consideradas verdes. O CBS, diferentemente, prevê uma taxonomia, isto é, uma lista que identifica atividades, ativos e projetos que seriam compatíveis com as metas do Acordo de Paris e garante um “selo” (certificação) aos títulos alinhados com essa taxonomia. Além dessas regras que orientam a emissão, os emissores de títulos verdes podem contratar uma SPO, que nada mais é do que uma avaliação sobre a operação feita por uma empresa especializada, contratada pelo próprio emissor.

Por serem privados, esses mecanismos de governança são também voluntários. Pode ocorrer de o emissor do título optar por não observar nenhum. Na prática, a maioria alega que está seguindo alguma das regras, pois isso “fortalece” o título no mercado. Mas isso é feito de modo bastante fragmentado, não havendo uma uniformidade no que é etiquetado como “verde”.

---

36. International Capital Markets Association (ICMA) 2021. ‘Green Bonds Principles’, disponível em <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Bond-Principles-June-2021-140621.pdf>.

37. Climate Bonds Initiative, 2019. ‘Climate Bonds Standards – Version 3.0’, disponível em <https://www.climatebonds.net/climate-bonds-standard-v3>.

O setor da agricultura no Brasil, por exemplo, tem emissões consideradas “modelo” – como a da Rizoma Agro que implementa agricultura orgânica e agroflorestas<sup>38</sup> –, ao mesmo tempo em que tem emissões contraditórias como a da SLC Agrícola – em que a própria SPO<sup>39</sup> associou a empresa a crimes ambientais mas mesmo assim concordou com a classificação do título como verde.

Essa fragmentação é um sintoma desse sistema de governança privada, no qual a própria regulação se torna um mercado. Isso ocorre não só dentro da categoria dos títulos verdes, mas opera na geração de novas categorias de títulos temáticos. Por exemplo, quando uma emissão da Mafrig foi considerada difícil de ser vendida como um título verde, a opção foi por etiquetá-la como um título de transição, que em tese teria critérios menos rígidos.<sup>40</sup> O mesmo pode ser apontado sobre a proliferação dos Sustainability-linked bonds, cujos critérios são mais flexíveis.<sup>41</sup>

---

38. Climate Bonds Initiative, 2020. ‘Ecoagro and Rizoma Agro announce the world’s first Green Bond Certified under the Climate Bonds Standard for Agriculture’, disponível em <https://www.climatebonds.net/resources/press-releases/2020/09/ecoagro-and-rizoma-agro-announce-worlds-first-green-bond-certified>.

39. O documento pode ser acessado em [https://isecbrasilsiteblob.blob.core.windows.net/ri-files/EMISSÕES/ISEC/CRA/EMISSAO%2020%20SERIE%2001/RESULTANTE\\_SLC\\_Relatório%20Final\\_CRA%20Verde\\_24112020\\_v.2.pdf](https://isecbrasilsiteblob.blob.core.windows.net/ri-files/EMISSÕES/ISEC/CRA/EMISSAO%2020%20SERIE%2001/RESULTANTE_SLC_Relatório%20Final_CRA%20Verde_24112020_v.2.pdf).

40. Gore, G.; Berrospi, M. 2019. ‘Rise of controversial transition bonds leads to call for industry standards’, Reuters (6 de Setembro), disponível em <https://www.reuters.com/article/idUSL5N25X3IC>.

41. GRAIN, 2021. ‘A aliança suja entre agronegócio e grande capital financeiro é tudo, menos “verde”’, disponível em <https://grain.org/e/6748>.

Os arranjos de governança privada não são exatamente uma novidade, nem constituem um aspecto exclusivo das finanças verdes, ou mesmo do campo 'ambiental'.<sup>42</sup> Mas, nesse campo, os regimes privados de governança com diferentes partes interessadas (em inglês chamados de 'stakeholders'), encontraram um cenário bastante favorável com a agenda de desmonte do tradicional aparato de proteção ao meio ambiente levada a cabo pelo governo Bolsonaro.<sup>43</sup> Além disso, esta governança privada liderada por empresas e agências especializadas internacionais também operam um processo de 'transnacionalização do direito',<sup>44</sup> que dificulta em muito a judicialização e execução de potenciais decisões judiciais.

No caso brasileiro, pode-se observar como o aparato privado de governança dos títulos verdes se agrega e expande essa lógica de autorregulação na seara ambiental. Por um lado, os títulos verdes

incorporam outros mecanismos privados relativamente consolidados, como certificações FSC ou Ceflor (no caso do setor florestal).<sup>45</sup> Por outro, as próprias instituições que controlam o mercado de títulos verdes também constroem ativamente o significado do que é 'verde'. É o caso do setor da agricultura, em que os critérios de "agricultura sustentável" formulados pela organização privada Climate Bonds Initiative foram reconhecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.<sup>46</sup>

Nesse arranjo regulatório, os atores financeiros assumem o papel de "guardiões epistêmicos"<sup>47</sup>, ou seja, de agentes definidores do que é "verde" e "sustentável". Para além disso, na própria estrutura de financiamento via mercado de capitais, o setor financeiro assume o controle sobre os fluxos de dinheiro no mundo e o protagonismo da "transição verde". Ao Estado, é relegada a função de garantir

---

42. Kampourakis, I. 2021. 'The postmodern legal ordering of the economy', *Indiana Journal of Global Legal Studies* 28 101-152.

43. Prol, F. et al. 2020. 'Finanzas verdes y hundimiento de la regulación ambiental al servicio de la extrema derecha em Brasil', *Ecología Política* 59 57-66.

44. Hayvaert, V. 2017. 'The transnationalization of law: rethinking law through transnational environmental regulation', *Transnational Environmental Law*, 6 (2) 205-236.

45. Miola, I. et al. 2021. 'Bonos verdes en la ecología-mundo: capital, naturaleza y poder em la expansión financierizada de la indústria forestal em Brasil', *Relaciones Internacionales* 46 161-180.

46. Climate Bonds Initiative, 2020, 'Unlocking Brazil's Green Investment Potential for Agriculture', disponível em [https://www.climatebonds.net/files/reports/brazil\\_agri\\_roadmap\\_english.pdf](https://www.climatebonds.net/files/reports/brazil_agri_roadmap_english.pdf).

47. Gabor, D. 2021. 'The Wall Street Consensus', *Development and Change* 52 (3) 429-459.

as condições, assumir os riscos e criar incentivos necessários para atrair o capital privado. Nesse processo, os setores-chave para novas relações socioecológicas são transformados em classes de ativos – agricultura sustentável,<sup>48</sup> infraestrutura sustentável<sup>49</sup> –, em um processo de financeirização, cuja arquitetura não garante nem mesmo uma filtragem de projetos verdes de acordo com seus próprios padrões. Valida-se, assim, a assertiva de que o “a lavagem verde é uma característica e não uma falha, da descarbonização liderada pelas grandes finanças”<sup>50</sup>.

Assim, apesar da aparente “revolução” das finanças verdes e sustentáveis<sup>51</sup>, a lógica do capital financeiro global não se altera, garantindo a continuidade do acesso a fontes de financiamento a grandes corporações e projetos com impactos

ambientais negativos. As muitas lacunas da governança permitem a manutenção das mesmas práticas comerciais, com a diferença que a linguagem da sustentabilidade abre espaço para que novas formas de expropriação se concretizem,<sup>52</sup> sob o argumento da promoção de uma “transição verde”.

Para concluir, aponta-se para o papel catalisador e unificador exercido pela pandemia. Em meio a brados por uma “retomada verde”, a frente de atuação das finanças verdes e sustentáveis ganhou ainda mais tração, com a consolidação não apenas dos títulos verdes, mas também dos diversos títulos temáticos, para a atuação para além da ‘frente ambiental’.<sup>53</sup> Articulando-se com a desregulamentação de políticas de estado, esses processos expandem o papel do mercado

---

48. Climate Bonds Initiative, 2021, ‘Análise do mercado de financiamento sustentável da agricultura no Brasil’, disponível em [https://www.climatebonds.net/files/reports/cbi\\_brazil\\_agrisotm\\_port.pdf](https://www.climatebonds.net/files/reports/cbi_brazil_agrisotm_port.pdf).

49. Climate Bonds Initiative, 2021, ‘Modelagem financeira de gestão consorciada: oportunidade para o Brasil financiar estrutura subnacional sustentável’, disponível em <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Modelagem-financeira-de-gestao-consorciada-Oportunidade-para-o-Brasil-financiar-infraestrutura-subnacional-sustentavel.pdf>.

50. Tradução livre “Greenwashing is a feature, not a bug, of big finance-led decarbonisation” (Gabor, D. ‘Private finance won’t decarbonize our economies – but the ‘big green state’ can’, The Guardian (June 4<sup>th</sup>), disponível em <https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/jun/04/private-finance-decarbonise-economies-green-state>).

51. Park, S. K. 2018, ‘Investors as regulators: green bonds and the governance challenges of the sustainable finance revolution’, *Stanford Journal of International Law* 54 1-47.

52. GRAIN, 2021. ‘A aliança suja entre agronegócio e grande capital financeiro é tudo, menos “verde”’, disponível em <https://grain.org/e/6748>.

53. Climate Bonds Initiative, 2021. Sustainable debt – Global state of the Market 2020, disponível em [https://www.climatebonds.net/files/reports/cbi\\_sd\\_sotm\\_2020\\_04d.pdf](https://www.climatebonds.net/files/reports/cbi_sd_sotm_2020_04d.pdf).

de capitais em diferentes setores e fazem avançar mecanismos de financeirização da própria vida social.

O presente artigo é fruto de um amplo mapeamento sobre aspectos institucionais relacionados à recuperação econômica e a retomada verde. Considerando a amplitude do tema, a autora optou por um recorte que permitisse a considera-

ção das importantes transformações institucionais em curso, particularmente com relação às finanças verdes. Assim, tomando como objeto inicial os títulos verdes no Brasil, foram mapeados importantes atores e iniciativas, que então foram apresentados em 4 diferentes blocos no relatório final, sendo indicados abaixo links relevantes para eventuais consultas.



## Atores ligados à promoção das finanças verdes no Brasil:

- Climate Bonds Initiative: <https://www.climatebonds.net/resources/reports/análise-do-mercado-de-financiamento-sustentável-da-agricultura-no-brasil>
- B3: [https://www.b3.com.br/pt\\_br/b3/sustentabilidade/produtos-e-servicos-esg/green-bonds/](https://www.b3.com.br/pt_br/b3/sustentabilidade/produtos-e-servicos-esg/green-bonds/)
- FEBRABAN: [https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Guia%20Explicativo%20da%20Taxonomia%20Verde%20da%20FEBRABAN\\_2021.pdf](https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Guia%20Explicativo%20da%20Taxonomia%20Verde%20da%20FEBRABAN_2021.pdf)
- LAB: <http://labinovacaofinanceira.com/financas-verdes/>
- GIZ: <https://www.giz.de/en/worldwide/76093.html>
- Plataforma de financiamento verde para América Latina e Caribe: <https://greenfinancelac.org/pt-br/sobre-gfl/>
- GVCes: [http://mediadrawer.gvces.com.br/publicacoes/original/2\\_febraban\\_portugues\\_gb.pdf](http://mediadrawer.gvces.com.br/publicacoes/original/2_febraban_portugues_gb.pdf)
- CEBDS: <https://cebds.org/publicacoes/guia-para-a-emissao-de-titulos-verdes-no-brasil/#.YalfjS35T0o>

- Banco Central: <https://www.bcb.gov.br/en/financialstability/sustainability>
- BNDES: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-cria-nova-estrutura-para-emissao-de-bonus-verdes-sociais-e-sustentaveis>
- Sitawi: <https://www.sitawi.net>



## Os fundos climáticos e a orquestração das finanças privadas

- International Climate Initiative: <https://www.international-climate-initiative.com/en/issues/cross-cutting-topics/climate-financing>
- Partnership for action on green economy: <https://www.un-page.org/latin-america-and-caribbean-green-finance-state-market-2019>
- Green Climate Fund: <https://www.greenclimate.fund/news/climate-investments-critical-post-covid-recovery-gcf-conference-highlights-mobilisation-private>



## Modelos de negócio sustentáveis e de impacto

- 'Climate Smart Mining': <https://www.worldbank.org/en/topic/extractiveindustries/brief/climate-smart-mining-minerals-for-climate-action>
- 'Climate Smart Agriculture': <https://www.worldbank.org/en/topic/climate-smart-agriculture>

- 'Plano ABC': <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc>
- FAIRR Initiative: <https://www.fairr.org>
- Critérios setoriais de agricultura (CBI): <https://www.climatebonds.net/standard/agriculture>
- Sistema B: <https://www.sistemabrasil.org>
- Instituto de Cidadania Empresarial: <http://ice.org.br/chamada-ice-bid/>
- ENIMPACTO: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/inovacao/enimpacto>



## O Estado e a retomada/transição verde:

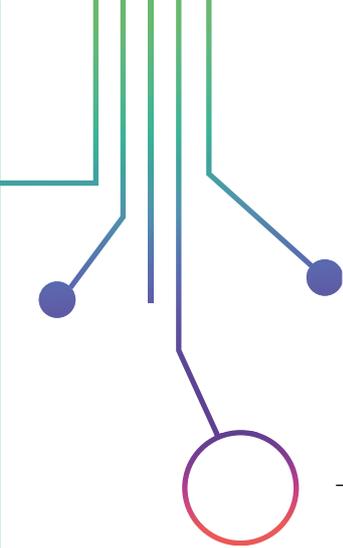
- Green New Deal EUA: <https://www.congress.gov/bill/116th-congress/house-resolution/109/text>
- Green Deal Europeu: [https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal\\_en](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en)
- Korean New Deal: <https://english.moef.go.kr/pc/selectTbPressCenterDtl.do?boardCd=N0001&seq=4948>
- France Relance: <https://www.gouvernement.fr/france-relance>
- Retomada verde (Reino Unido): <https://www.gov.uk/government/news/pm-commits-350-million-to-fuel-green-recovery>

# 3. **Capítulo 2:** **O “ecossistema” financeiro de um agronegócio verde facilita a captura de terras e bens comuns no Brasil**

Orlando Aleixo de Barros Junior<sup>54</sup>



54. Bacharel em Relações Internacionais, doutorando de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - UFRRJ. Pesquisador do Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas - GEMAP/CPDA/UFRRJ. Atua como consultor junto a organizações e movimentos sociais nacionais e internacionais. Desenvolve projetos de pesquisas e consultoria nas áreas de financeirização da terra e do agronegócio, atores políticos e sociais transnacionais, land grabbing e mercado de terras. Contato: junior.aleixo1@gmail.com



## Introdução

---

*“O Brasil pode ser o principal player para investimentos verdes no mundo”<sup>55</sup>*

Teresa Cristina, ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

O controle e as transações financeiras sobre os bens comuns estão sendo reconfigurados por Estados<sup>56</sup>, instituições financeiras públicas<sup>57</sup> e privadas, conglomerados agroalimentares<sup>58</sup>, fóruns globais e organizações internacionais multilaterais (a exemplo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) capitaneado pela Organização das Nações Unidas e a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), através da legitimação das corporações e de

investidores institucionais do mercado financeiro para conduzir a transição para uma economia verde. O novo selo *Environmental, social and corporate governance* (sigla em inglês ESG) aplicado às empresas que sigam critérios de conduta de governança ambiental, social e corporativa seria a escada de acesso para a nova piscina de dinheiro das finanças verdes em troca da introdução de bens até então comuns dentro das formas do mercado, como novos ativos ambientais.

---

55. Fala na abertura do 20° Congresso Brasileiro do Agronegócio (2021) da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).

56. No Brasil, a Lei do Agro 13.986/2020 é um marco para garantir segurança jurídica para os investidores e tem sido usada para construir rótulos em torno do financiamento verde do agronegócio na figura dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio Verdes – CRA Verde, voltado, exclusivamente, para produção de *commodities* agrícolas sustentáveis.

57. A exemplo da Rede de Bancos Centrais e Supervisores para tornar o sistema financeiro mais verde que visam a criação e financiamento de projetos de desenvolvimento da gestão de riscos ambientais e climáticos. Mais informações disponíveis em: <https://www.ngfs.net/en/about-us/membership>.

58. Exemplos como ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus (LDC) e Cofco International.

Embora os mecanismos de territorialização dos projetos de retomada verde no país pareçam, em certa medida, pulverizados, há um fio condutor que possibilita a atuação de determinadas diretrizes globais nas ações locais e territoriais. O nexu entre as iniciativas globais sobre mudanças climáticas e mudanças no uso do solo está estreitamente interligado com as novas práticas de governança privada financeira e corporativa.

As principais corporações agroalimentares e os investidores institucionais bancários e não bancários, como fundos de pensão e de investimentos estabelecidos no Brasil, estão redesenhando suas estratégias produtivas e de mercado a partir da narrativa de melhores práticas ambientais a fim de, simultaneamente, aumentar uma elevação já em curso na produção e exportação de *commodities* agrícolas, em especial na cadeia da soja, ao mesmo tempo em que se pretende garantir maior rentabilidade dos investimentos financeiros em ativos “verdes” ancorados em terra, recursos naturais e na cadeia agroalimentar.

A integração das principais corporações agroalimentares ADM, Bunge, Cargill, Cofco International, Glencore Agriculture e Louis Dreyfus Company (LDC) ao Soft Commodities Fórum (SCF); com ações de instituições bancárias internacionais como o Rabobank, e os maiores bancos



privados no Brasil como o Bradesco, Itaú Unibanco e Santander; assim como as práticas dos investidores institucionais não bancários sintetizados pelo Brookfield Asset Management, o fundo de pensão Teachers Insurance and Annuity Association of America (TIAA-CREF), o Pátria Investimentos e o Harvard Endowment Management Company (HMC), exemplificam as estratégias em comum para desenvolver soluções “sustentáveis” para legitimar a expansão da produção monocultural de soja e eucalipto, o controle e a especulação sobre a terra, sobre a produção e as florestas plantadas.

Essas movimentações buscam construir uma narrativa comum de que a agenda 2030 em torno dos ODS não será atingida se não houver um engajamento dos atores privados financeiros e corporativos que possam angariar fundos para aplicações em soluções que tenham retornos financeiros cumulativos. Segundo esse discurso, apenas esses atores poderiam conduzir à transformação necessária para uma retomada econômica verde, por

concentrarem o dinheiro, o poder, um conhecimento estratégico em matérias de financiamento, captação de recursos e influência em espaços governamentais.

Por traz da farsa da repetida narrativa típica da economia neoliberal, está a tragé-

dia histórica que a sustenta: é justamente a captura e controle do orçamento e dos bens públicos e comuns o que torna possível esta concentração de dinheiro e poder nas mãos de poucas corporações e investidores institucionais.

## Soft Commodities Forum (SCF):

---

**A**s orientações do Soft Commodities Fórum (SCF) estão sob escrutínio de uma das principais coalizações globais no tocante à temática da mudança no uso do solo, a Coalizão para Alimentação e Uso da Terra (em inglês The Food and Land Use Coalition (FOLU))<sup>59</sup> e está subordinado ao Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (World Business Council for Sustainable Development (WBCSD))<sup>60</sup>. Essas diretrizes estão organizadas verticalmente e in-

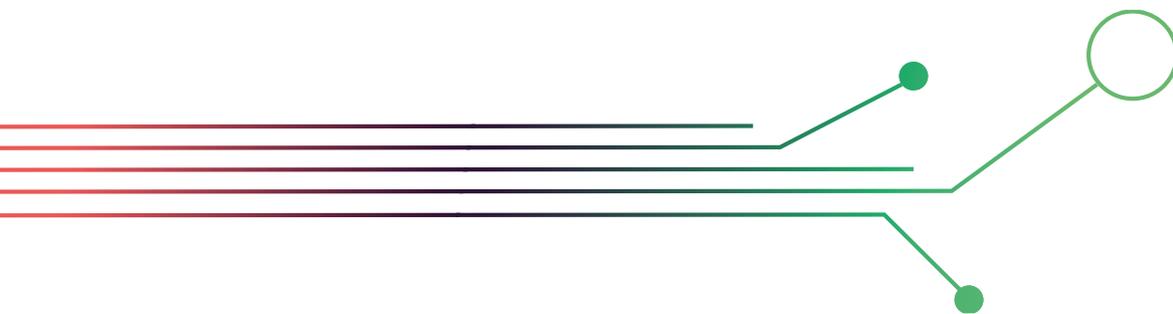
dicam soluções e modelos de negócios a partir da valorização monetária e introdução de bens comuns em mercados, como por meio dos mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), mercados de REDD+, criação de novos ativos financeiros “verdes” (green bonds, CRA verde, debentures verdes etc.), financiamento e linhas de créditos privados para a produção agrícola e florestal sustentável, regenerativa e com intensiva aplicação de tecnologias de ponta<sup>61</sup>.

---

59. Fundada em 2017 reúne cerca de 30 organizações, setores públicos e privados, que estão propondo táticas para o uso sustentável da terra em temáticas como mudanças climáticas. Os principais financiadores do FOLU são: Gordon and Betty Moore Foundation, Fundação MAVIA, Norway's International Climate and Forest Initiative (NICFI) e o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID). Possui parceria com o Banco Mundial, FAO e USAID, universidades, entre outros. Mais informações disponíveis em: <https://www.foodandlandusecoalition.org/about/>

60. Os financiadores do WBCSD são: Climate-KIC, EAT, Fundação Ford, GIZ, Fundação Gordon and Betty Moore e We Mean Business.

61. Desde projetos de blockchain, georreferenciamento, utilização de drones e maquinário computadorizado.



No contexto do avanço de ações sobre a agricultura 4.0, financeirizada e integralmente subordinada aos processos de digitalização, esses complexos agroalimentares estão investindo em monitoramento e rastreabilidade<sup>62</sup> a partir de sistemas de inteligência territorial e georreferenciado<sup>63</sup> que, por sua vez, reúnem dados econômicos, sociais e ambientais dos territórios prioritários<sup>64</sup>. Paralelo aos

processos de digitalização em curso, tem havido uma elevação no fornecimento de financiamento privado<sup>65</sup> a partir de fundos<sup>66</sup> captados ao redor do mundo que garantem empréstimos a longo prazo aos fornecedores, com vistas a construir uma cadeia de suprimentos sustentáveis. A digitalização e a rastreabilidade das cadeias vem sendo condição para acesso às finanças verdes.

---

62. No tocante a digitalização e aplicação de tecnologias de rastreamento, a Bunge lançou um aplicativo “AgroApp Bunge”, cuja funcionalidade é fornecer informações do CAR. No total, estão monitorando 8.300 fazendas em 14 milhões de hectares.

63. Mais informações disponíveis em: <https://www.agroideal.org/>. Ver também: <https://agroideal.org/soja/wp-content/uploads/2019/05/Estudo-de-Caso-BUNGE-PT.pdf>.

64. Os estados e municípios prioritários são: Maranhão (4 municípios: Balsas, Carolina, Mirador e Sambaíba); Tocantins (10 municípios: Peixe, Lagoa da Confusão, Porto Nacional, Goiatins, Pium, Santa Rosa do Tocantins, Mateiros, Aparecida do Rio Negro, Campos Lindos e Monte do Carmo); Piauí (4 municípios: Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves e Currais); Bahia (5 municípios: Formosa do Rio Preto, Correntina, Riachão das Neves, Jaborandi e São Desidério); Mato Grosso (2 municípios: Planalto da Serra e Campos de Júlio).

65. A Cargill criou em 2019 um fundo de 30 milhões de dólares para financiar projetos de agricultura sustentável e projetos de reflorestamento da América do Sul com base na rastreabilidade da cadeia de suprimentos, com foco principal no MATOPIBA. Mais informações em: <https://www.cargill.com/doc/1432166413206/soft-commodities-forum-progress-report-june-2020.pdf>

66. Em julho de 2019, a Cofco International anunciou um plano de negócios para agricultura sustentável a partir de um consórcio assinado com 21 bancos globais para um empréstimo no valor de 2,1 bilhões de dólares. De acordo com a empresa, é o maior empréstimo da história vinculado à projetos de sustentabilidade fornecido para uma *trader* agrícola. Mais informações em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2019/07/16/cofco-contrata-emprestimo-us-21-bilhoes-atrelado-a-sustentabilidade.ghml>

## Emissões de títulos verdes pelo Agronegócio

O primeiro título verde (CRA verde) lançado no Brasil em 2016, tratava-se especificamente de um título voltado para o setor de monocultura florestal (papel e celulose) emitido pela Suzano Papel e Celulose que lucrou no mercado de capitais cerca de R\$ 1 bilhão<sup>67</sup>. Apenas no ano de 2020 os títulos verdes passaram a ser integrados ao setor de produção agrícola no Brasil, e no mesmo ano, a SLC Agrícola, umas das maiores produtoras de soja e conhecida por ilícitos ambientais, emitiu título verde no valor de R\$ 400 milhões, com destino para investimentos em digitalização da agricultura e práticas de baixo carbono.

Além disso, o Brasil se tornou o primeiro no mundo a emitir títulos verdes para agricultura com base nos critérios do *Climate Bonds Standard*<sup>68</sup>, além de ser, também, o primeiro a emitir um CRA Verde a partir de um grupo de produtores rurais<sup>69</sup> e não por um conglomerado agroindustrial. Desse modo, apesar do pouco tempo dessas transações, o setor de agricultura brasileiro já acumula operações históricas com esse rótulo e se posiciona como o maior mercado de títulos verdes da América Latina, o que acaba por configurar avanços qualitativos e quantitativos dos lucros obtidos nos mercados de capitais<sup>70</sup>.

67. Mais informações disponíveis em: <https://www.sitawi.net/noticias/suzano-capta-1-bi-com-titulo-verde-no-brasil/>.

68. *Climate Bonds Standard* é o conjunto de critérios e orientações produzido pela *Climate Bonds Initiative*, uma organização internacional que promove investimentos e constrói certificações para práticas de baixo carbono, credenciais verdes para certificação de títulos financeiros, envolvendo limites de emissão de gases de efeito estufa, impactos na mudança do uso dos solos, agricultura regenerativa, florestas plantadas, bioenergia etc. Mais informações disponíveis em: [https://www.climatebonds.net/files/reports/cbi\\_brazil\\_agrisotm\\_port.pdf](https://www.climatebonds.net/files/reports/cbi_brazil_agrisotm_port.pdf). Sobre esse tema, ver também o capítulo 1 de autoria de Gabriela Junqueira, na presente publicação.

69. Mais informações disponíveis em: <https://valor.globo.com/um-so-planeta/noticia/2021/03/08/grupo-de-produtores-capta-r-636-milhoes-em-cra-verde.ghtml>.

70. Mais informações disponíveis em: <http://www.tlon.com.br/cra/jornal/artigos/14294-cra-verde-como-o-titulo-do-agro-tem-impactado-o-financiamento-de-projetos-no-setor>.

Como visto, as linhas de financiamento<sup>71</sup> promovidas por esses conglomerados também passam pela narrativa da construção de uma economia regenerativa e de baixo carbono. Nesse sentido, tem havido inúmeros direcionamentos para um empreendedorismo verde a partir de planos de ação para redução da emissão de gases de efeito estufa por meio de boas práticas agrícolas, investimentos em energias renováveis (biomassa da cana de açúcar, por exemplo), florestas plantadas para compensação de emissões por meio da negociação em mercados de crédito de carbono com startups climáticas etc.<sup>72</sup>.

Os signatários do SCF a partir desta agenda também têm destinado grandes quantias de capital para financiar a inscrição de parte dos fornecedores em projetos de regularização ambiental a partir do

Cadastro Ambiental Rural (CAR). Sendo assim, podem alegar que recebem uma produção de soja reconhecidamente sustentável em áreas que respeitam à legislação ambiental brasileira, sem, ao menos, indicarem as inúmeras contradições e sobreposições que ocorrem no CAR no Brasil, como revelou o estudo do GRAIN<sup>73</sup>.

Essas ações estão integradas ao que se compreende enquanto o novo espírito inclusivo do capitalismo, cujo principal mote se concentra nos investimentos privados de impacto. Esses investimentos percorrem as mais variadas parcerias, desde bancos internacionais privados, coalizões<sup>74</sup> às organizações não governamentais. Muitos desses empreendimentos em financiamento e ações verdes estão concorrendo a prêmios<sup>75</sup> de modo a gerar legitimidade

---

71. Em 2019 a LDC anunciou a primeira linha de crédito rotativo vinculada à sustentabilidade no valor US\$ 750 milhões para as Américas, com indicadores de reduções nas emissões de CO<sub>2</sub>, uso de água e resíduos sólidos enviados para aterros sanitários. Mais informações em: [https://www ldc com/br/wp-content/uploads/sites/3/2020/02/PR\\_LDC\\_announces\\_first\\_sustainability-linked\\_RCF\\_PT.pdf](https://www ldc com/br/wp-content/uploads/sites/3/2020/02/PR_LDC_announces_first_sustainability-linked_RCF_PT.pdf).

72. A Cargill tem investido na Climate Ventures, uma plataforma que se intitula multisetorial com um slogan de “Empreendedorismo climático”. O financiamento da Cargill tem contribuído para um mapeamento das mais de 500 startups em operação no país que trabalham com a temática do clima.

73. Mais informações disponíveis em: <https://grain.org/en/article/6219-regularizacao-ambiental-e-fundiaria-tensionam-pela-massiva-privatizacao-das-terras-publicas-e-territorios-coletivos-no-brasil>.

74. A exemplo do projeto Parceria para o Bom Desenvolvimento da Coalizão MATOPIBA com participação da ADM, com recursos do GEF e o International Finance Corporation (IFC) e colaboração da WWF e Fundação Brasileira para o Desenvolvimento (FBDS).

75. A Cofco a partir do fundo captado no valor de US\$ 2,1 bilhões com rótulo de sustentabilidade recebeu inúmeros prêmios no ano 2020. “Prêmio TXF 2019” de Negócio do Ano no Setor de Financiamento de Commodities, “Asset Asian Awards Triple A” de melhor empréstimo de sustentabilidade em mercado de capitais regionais, “Environmental Finance Bond Awards” de melhor empréstimo de sustentabilidade de 2020, “Global Trade Review” de melhor negócio e The Perfect 10 Deals of the Year 2019.

destas iniciativas de governança privada para se atingir as metas de sustentabilidade. Nesse sentido, as operações indi-

cadas pelo SCF passam a construir significados próprios e imperativos do que se entende por “sustentável”.

## Investidores institucionais não bancários

---

**D**e acordo com o relatório coordenado pelo instituto de pesquisa WRI Brasil e a The New Climate Economy intitulado “Uma nova economia para uma nova era: elementos para a construção de uma economia mais eficiente e resiliente para o Brasil”<sup>76</sup>, os ativos de investimentos sustentáveis chegaram a cerca de 161 trilhões de reais globalmente no ano de 2020, com uma elevação de 34% em apenas dois anos. Os investidores institucionais não bancários vêm construindo seus portfólios com base nos valores de sustentabilidade e governança corporativa, com a perspectiva de construir uma alavancagem em suas operações em um

contexto de oportunidades em transações especulativas com títulos verdes e sustentáveis, mercado de carbono e produção agrícola sustentável.

O Patria Investimentos (controlado pelo fundo estadunidense Blackstone<sup>77</sup>) possui em seu portfólio a Hidrovias do Brasil<sup>78</sup> e tem demonstrado interesse na concessão da Ferrogrão<sup>79</sup> por se tratar de projetos de infraestrutura anunciados como de baixo carbono. O TIAA, pela primeira vez, em 2019, publicou seu relatório anual com base na ESG<sup>80</sup> e vem gradativamente captando divisas financeiras em projetos de impacto socioambiental.

---

76. Disponível em: <https://wribrasil.org.br/pt/publicacoes/nova-economia-brasil-eficiente-resiliente-retomada-verde>.

77. Desde 2010 o Blackstone Group detém 40% do controle do Patria Investimentos, e é considerada uma das maiores empresas do mundo no ramo de *Private Equity*.

78. A característica fundamental da narrativa para a Hidrovias do Brasil é sobre um projeto sustentável de transporte hidroviário mais eficiente e mais sustentável.

79. É um dos principais interessados na concessão da Ferrogrão, com a narrativa de que o ativo possui uma importância ambiental a partir de um projeto de ferrovia descarbonizada e passível de emissão de títulos verdes. A estimativa de redução de CO2 com a Ferrogrão é de 1 milhão de toneladas por ano. Mais informações disponíveis em: <https://terraenegocios.com/noticia/711/ferrograo-e-tema-de-roadshow-com-investidores>

80. Mais informações disponíveis em: <https://www.nuveen.com/en-us/thinking/responsible-investing/2020-farmland-report>

A HMC, o fundo de dotação da Universidade de Harvard, passou a compor o rol de organizações que desenvolvem narrativas sobre sustentabilidade, desde os Princípios para Investimentos Responsáveis (PRIs)<sup>81</sup> até projetos de redução de emissão de carbono. O Brookfield, por sua vez, além de possuir um extenso portfólio em energias renováveis<sup>82</sup>, tem instrumentalizado alguns dos seus projetos no Brasil a partir da emissão de Debênture Sustentável, por intermédio da principal empresa de saneamento básico privado no país, a BRK Ambiental<sup>83</sup>.

As próprias ações dos investidores institucionais não bancários voltadas para operações sustentáveis expressam as principais características de soluções estritamente financeiras para problemas de caráter estrutural, porque estão ancoradas categoricamente em processos de aquisição, fusão e controle de empresas nacionais; criação de subsidiárias, a formação de sociedades entre duas empresas (*joint venture*), fundos que investem e gerenciam empresas não listadas em bolsas de valores (fundos de *Private Equity*), gestão e administração de fundos, além da transformação de terras públicas e recursos naturais em patrimônios privados para servir de lastro para emissão destes novos ativos vinculados à sustentabilidade, como os títulos verdes.



81. Tornaram-se membros do Grupo de Trabalho de Investidores do PRI no Corporate Climate Change Lobbying, uma iniciativa que incentiva as empresas a construírem lobbies sobre mudanças climáticas.

82. De acordo com o relatório da gestora, cerca de 16 bilhões de reais estão sob gestão em energia renovável, no Brasil. Isto representa 43 usinas hidrelétricas, 19 parques eólicos e quatro instalações de usinas de biomassa de cana-de-açúcar.

83. Com o controle de 70% do Brookfield, a BRK Ambiental emitiu uma Debênture Sustentável que teve a Sitawi Finanças do Bem como SPO (secod part option), parecer independente para reconhecer o Título como Sustentável. A justificativa foi que se enquadraria nos ODS e nos Green Bond Principles (GBP), prevenindo a contaminação dos corpos hídricos e do solo.

## Bancos privados

---

**A**s estratégias dos bancos privados estabelecidos no Brasil para estímulo às cadeias globais sustentáveis, assim como para projetos de “ecomudança”, estão fundamentadas na alegação de que preenchem uma lacuna entre a necessidade dos produtores em construir soluções para os impactos das mudanças climáticas e a limitação dos bancos públicos em fornecerem créditos. Deste modo, essas instituições passaram a financiar projetos, como o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) e projetos de Integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), com foco em testar produtos financeiros e sistemas agrícolas considerados inovadores e sustentáveis<sup>84</sup>, além de também financiarem inscrições de produtores no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

As políticas de créditos de importantes instituições internacionais que lideram rankings globais de sustentabilidade<sup>85</sup>, como é o caso do Rabobank, são diversas. Em 2018 o banco assumiu um acordo<sup>86</sup> com o Sicredi para fornecimento de crédito para produção agrícola sustentável. No entanto, cabe destacar que o principal fundo de captação do Rabobank em parceria com a Organização das Nações Unidas é o fundo AGRI3<sup>87</sup> criado em 2018, classificado exclusivamente para práticas sustentáveis de uso da terra em grande escala, produção agrícola sustentável e proteção florestal.

Nesta mesma perspectiva, em 2020, o Bradesco, Itaú Unibanco e o Santander criaram o Conselho Consultivo da Amazônia em parceria com pesquisadores, organizações e entidades de classe<sup>88</sup>.

---

84. Mais informações disponíveis em: [https://www.rabobank.com.br/pt/content/sobre\\_o\\_rabobank/sala\\_de\\_imprensa/2018/ParceriaWWF.html](https://www.rabobank.com.br/pt/content/sobre_o_rabobank/sala_de_imprensa/2018/ParceriaWWF.html)

85. Mais informações disponíveis em: <http://agroinforme.com.br/2019/02/21/rabobank-lidera-ranking-global-de-sustentabilidade/>

86. Esse acordo foi assinado dentro do programa Kickstart Food na categoria “terra”. Mais informações disponíveis em: <https://www.rabobank.com/en/raboworld/articles/collaboration-stimulates-brazilian-farmer-self-reliance.html>

87. Mais informações disponíveis em: <https://www.idhsustainabletrade.com/landscapes/agri3-fund/>.

88. Como a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura e a Sociedade Rural Brasileiro (SRB). Mais informações disponíveis em: Mais informações disponíveis em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2020/08/epoca-negocios-bradesco-itaunibanco-e-santander-criam-o-conselho-consultivo-daamazonia.html#:~:text=Fa-zem%20parte%20do%20conselho%20Adalberto,do%20Centro%20de%20Empreendedorismo%20da> Sobre esse tema, ver também o capítulo 4 de autoria de Mariana Reinach, na presente publicação.

Dentre os projetos previstos, serão ofertadas linhas de financiamento agrícola e diferentes ferramentas financeiras e não financeiras para o desenvolvimento sustentável da região. A ideia é fomentar um mercado de ativos e instrumentos financeiros com lastros verdes, impulsio-

nando, assim, a chamada bioeconomia<sup>89</sup>. Além disso, um dos primeiros objetivos do Conselho é financiar políticas de regularização fundiária e ambiental (CAR), sobretudo àquelas que alegam que foram doadas desde a década de 1970 e que até hoje não possuem escrituras.

## Conclusão

---

**N**as últimas décadas, criou-se um mercado de fundos financeiros com base em práticas sustentáveis e serviços ambientais que disputam entre si uma narrativa de que o meio ambiente e a biodiversidade só poderiam ser restaurados ou conservados a partir do mercado. Todas essas categorias e instrumentos são usados, a princípio, para legalizar e legitimar a captura e o controle dos bens comuns por esses atores, operando a transformação destes recursos naturais e funções ecossistêmicas, como a regulação dos recursos hídricos, as florestas nativas e a biodiversidade, em patrimônios privados e ativos financeiros.

As iniciativas aqui apresentadas ancoradas, em primeira instância, na concessão e oferta de crédito no mercado financeiro, só são possíveis porque encontram no Estado brasileiro garantias e contrapartidas supostamente seguras para que esses investimentos possam auferir retornos consideráveis. A Lei da grilagem 13.465/17, a Lei do Agro 13.986/2020, a Lei de Pagamentos por Serviços Ambientais 14.119/2021 e o CAR são representações concretas dessa dinâmica já que: i) transfere massivamente terras públicas (os recursos e serviços ecossistêmicos sobre elas) para iniciativa privada, podendo ser ofertados

---

89. A concepção de bioeconomia defendida por essas narrativas, em linhas gerais, significa a possibilidade de criar alternativas e soluções para um desenvolvimento sustentável que visa fazer frente às crises ambiental e climática a partir da mercadorização e privatização dos bens comuns e da natureza atreladas à aplicação intensiva de biotecnologia industrial. Mais informações disponíveis em: [https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer\\_public/78/86/7886aeb1-57a8-4be2-9ad9-f8f31b176a8f/bioeconomia\\_uma\\_agenda\\_para\\_brasil.pdf](https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/78/86/7886aeb1-57a8-4be2-9ad9-f8f31b176a8f/bioeconomia_uma_agenda_para_brasil.pdf).

em garantia de dívida; ii) abre a possibilidade de captação e financiamento – bancário e no mercado de capitais - para um agronegócio que tem tomado a narrativa verde como uma de suas principais bandeiras e, iii) cria uma falsa segurança jurídica por classificar a produção e os territórios em conformidade com a legislação fundiária e ambiental, por instrumentos de autorregulação e governança privada, pavimentando o caminho para a sua captura pelo sistema financeiro internacional. Ao que tudo indica, com base nas práticas aqui apresentadas, o terreno para a afirmação da ministra Teresa Cristina reproduzida no preâmbulo deste texto já está sendo lavrado.

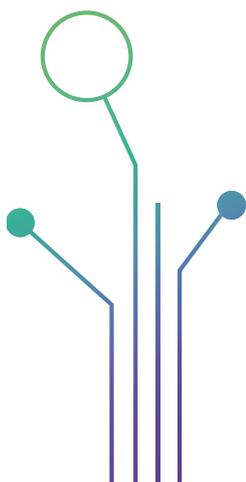
Até aqui, é inegável que todas essas soluções estão respaldadas por um diagnóstico do mercado financeiro e de poucas corporações para a captura e controle de terras no país, realizando uma acelerada digitalização e financeirização da economia, da política de crédito agrícola e de bens ambientais comuns. A manobra desta narrativa pretende a qualquer modo encobrir as repetidas tragédias geradas pela estrutura deste modelo econômico e produtivo baseado em um princípio mineroagroexportador que provoca: roubo de terras e do orçamento públicos, intensa espoliação de recursos e trabalho, destruição ambiental e despossessão dos povos e comunidades do Sul Global da gestão dos bens comuns.

## Para saber mais sobre as propostas e ações:

---

### **Coalizão para Alimentação e Uso da Terra (Food and Land Use Coalition - FOLU):**

- Página oficial: <https://www.foodandlandusecoalition.org/about/>
- Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (World Business Council for Sustainable Development (WBCSD): <https://www.wbcsd.org/>



### **Soft Commodities Forum (SCF):**

- Página Inicial: <https://www.wbcsd.org/Programs/Food-and-Nature/Food-Land-Use/Soft-Commodities-Forum>
- Relatórios disponíveis sobre o progresso das ações das empresas mapeadas no SCF: <https://wbcsdpublications.org/scf/pt/sobre-este-relatorio/>.
- Relatórios da ADM no SCF: <https://www.adm.com/sustainability/sustainability-progress-tracker/soy>
- Relatórios da Bunge no SCF: <https://www.bunge.com/soft-commodities-forum>
- Relatórios da Cargill no SCF: <https://www.cargill.com/sustainability/sustainable-soy/collective-action>
- Relatórios da Cofco no SCF: <https://www.cofcointernational.com/sustainability/sustainability-reporting/soft-commodities-forum-reporting/>
- Relatórios da LDC no SCF: <https://www ldc.com/sustainability/responsible-supply-chain/sustainable-soy/>

### **Investidores Institucionais:**

#### *Patria Investimentos:*

- Página inicial: <https://patria.com/a-empresa>
- Blackstone (portifólio): [https://www.blackstone.com/wp-content/uploads/sites/2/2020/09/BX\\_ESG-Brochure\\_.pdf](https://www.blackstone.com/wp-content/uploads/sites/2/2020/09/BX_ESG-Brochure_.pdf)

#### *Teachers Insurance and Annuity Association of America – TIAA:*

- Página inicial: <https://www.tiaa.org/public/>
- Relatório anual do TIAA sobre terras agrícolas: <https://documents.nuveen.com/Documents/Nuveen/>

[Default.aspx?uniqueid=5D871A76-9A9F-437E-9EB2-D4EC57A677F6&subid=4%7C7](https://www.harvard.edu/about-harvard/endowment/)

#### *Harvard Endowment Company:*

- Página inicial: <https://www.harvard.edu/about-harvard/endowment/>
- Ações sobre mudanças climáticas do fundo de dotação: <https://green.harvard.edu/topics/climate-change-energy>

#### *Brookfield Asst Management:*

- Página Inicial: <https://www.brookfield.com/pt-br>
- Último relatório do Brookfield em 2020: <https://www.brookfield.com/pt-br/node/19844>

#### *Rabobank:*

- Página inicial: <https://www.rabobank.com/en/home/index.html?languageDoesNotExists=pt>
- Último relatório do Rabobank e 2020: <https://www.rabobank.com/en/images/02-interim-report-2020.pdf>
- Para mais informações sobre o fundo AGRI3: [https://www.rabobank.com/en/images/AGRI3Fund\\_leaflet.pdf](https://www.rabobank.com/en/images/AGRI3Fund_leaflet.pdf)

#### **Conselho Consultivo da Amazônia:**

- Itaú (Plano Amazônia): <https://www.itaubank.com.br/sustentabilidade/show.aspx?idCanal=InVF1ApDIrEh13B5pE9jdA=&linguagem=pt>
- Bradesco: <https://banco.bradesco/html/classic/sobre/sustentabilidade/internas/noticias/noticia5.shtm>
- Santander: <https://www.santander.com.br/sustentabilidade/plano-amazonia>

# 4. **Capítulo 3:** **A arquitetura da** **“economia verde”** **nas políticas** **ou programas** **dos estados da** **Amazônia Legal**

Andrei Cornetta<sup>90</sup>



90. Possui graduação (2006) em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado (2010) e doutorado (2017) em Geografia Humana pela mesma universidade. Pós doutor (2019) pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG/Unicamp), desenvolvendo pesquisa sobre as dinâmicas da fronteira agrícola na Amazônia mato-grossense. Contato: andrei.cornetta@gmail.com

**N**as últimas décadas, têm chamado atenção as diversas iniciativas tomadas pelos estados que compõem a região amazônica brasileira no que se refere aos processos de ressignificação econômica da floresta, particularmente no contexto das mudanças climáticas e, mais recentemente, no contexto de retomada econômica pela via “verde”.

Aparentemente, este cenário tem contrastado com a atual negligência por parte do governo federal em relação ao desmatamento recorde da região<sup>91</sup>, situação que se acentua com o desmonte progressivo dos órgãos de fiscalização ambiental<sup>92</sup>. No entanto, nota-se que mesmo os gover-

nos estaduais alinhados politicamente com o governo federal – a exemplo das atuais administrações do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima –, estes estados têm preservado sua ligação com a perspectiva internacional sobre o tema, sobretudo no que se refere ao entendimento sobre valoração dos chamados “serviços ecossistêmicos” ou “ambientais”.

Em relação ao âmbito federal, ao mesmo tempo em que o atual governo retrocede em relação às metas de emissões<sup>93</sup>, assim como no próprio posicionamento do país frente às políticas sobre mudanças climáticas, avança no caminho de mercantilização da floresta.

---

91. De acordo com o Boletim de Desmatamento da Amazônia Legal, publicação mensal do Imazon, “considerando o calendário de desmatamento 2021, que compreende o período de agosto de 2020 a julho de 2021, o desmatamento na Amazônia Legal foi de 10.476 quilômetros quadrados, o que corresponde a um aumento de 57% em relação ao mesmo período do calendário anterior. Em julho de 2021, o SAD detectou 2.095 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia Legal, um aumento de 80% em relação a julho de 2020, quando o desmatamento somou 1.163 quilômetros quadrados (IMAZON/SAD, 2021). Disponível em: <[https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/08/SAD\\_Julho\\_2021.pdf](https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/08/SAD_Julho_2021.pdf)>

92. Paralelamente aos recordes de desmatamento na Amazônia, cortes de verbas de órgãos como o Ibama e ICMBio vem sendo registrados desde 2019. Os passos para o desmonte dos órgãos ambientais federais estão denunciados pelos servidores no dossiê “Cronologia de um desastre anunciado: Ações do Governo Bolsonaro para desmontar as políticas de Meio Ambiente no Brasil”. O documento pode ser acessado em: <[http://www.ascemanacional.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Dossie\\_Meio-Ambiente\\_Governo-Bolsonaro\\_revisado\\_02-set-2020-1.pdf](http://www.ascemanacional.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Dossie_Meio-Ambiente_Governo-Bolsonaro_revisado_02-set-2020-1.pdf)>

93. Em dezembro de 2020 o MMA anunciou a redução de 43% nas emissões do Brasil em 2030 em relação a 2005 e a perspectiva de neutralidade em carbono na economia apenas em 2060. De acordo com dados levantados pelo estudo “Brazil’s new climate target backtracks and allows an increase in deforestation”, a esta meta apresentada pelo Brasil ao Acordo de Paris, permite uma ampliação do desmatamento de 13,4 mil km<sup>2</sup> por ano da floresta amazônica até 2025. Esta projeção corresponde a um crescimento de 78% em relação aos 7,4 mil km<sup>2</sup> projetados em 2018, antes do início do atual governo federal (RAJÃO *et al.*, 2021). Na COP-26, realizada em Glasgow, Escócia, a referida meta foi atualizada para uma redução de 50% de emissões de GEE até 2030, usando a mesma linha de base do ano de 2005 tendo como referência o 4º Inventário Nacional de Emissões. No entanto, o anúncio mantém os mesmos níveis de redução de emissões assumidos em 2015, consideradas insuficientes para alcançar o objetivo de manter o aumento da temperatura do planeta em até 1,5°C comparado a níveis pré-industriais. Ver: COP26: Revisão do Brasil para meta de emissões é “compromisso vazio”. Brasil de Fato. 02 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/11/02/cop-26-revisao-do-brasil-para-meta-de-emissoes-e-compromisso-vazio>>; Nova meta do Brasil no clima reduz pedalada, mas não a vergonha. Observatório do clima. 01 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/nova-meta-do-brasil-no-clima-reduz-pedalada-mas-nao-a-vergonha/>>.

Um dos exemplos mais proeminentes é a recriação da Secretaria de Mudanças Climáticas, a própria reformulação do regimento do CONAREDD+ (Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes de Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+), *cujo texto estabelece uma série de novas diretrizes em relação a uma maior participação do setor privado em ações voltadas à redução e emissões proveniente do desmatamento.*

Se, por um lado, tais práticas almejam um suposto “equilíbrio” entre as atividades econômicas e os recursos florestais, as mesmas possibilitam, por outra via, a manutenção das dinâmicas capitalistas de acumulação, na medida em que as atividades ligadas à mitigação de emissões de gases efeito estufa (GEE) e à ressignificação econômica das florestas no contexto das mudanças do clima vêm representando a criação de novas frentes de investimento para o capital acumulado.

Neste sentido, observa-se que a incorporação de ações sobre mudanças climáticas e serviços ambientais tem se mostrado como uma política que está sendo assimilada pelos estados, e não apenas uma política identificada com governos anteriores que introduziram a pauta da

“economia verde” na formulação de políticas territoriais.

No atual cenário, nota-se também a perpetuação do papel central de organizações internacionais – como TNC, WWF, GTZ, KFW, Forest Trends, entre tantas outras, – na atuação da formulação de políticas públicas voltadas ao tema. As iniciativas em curso são vistas como viáveis por meio da promoção de uma “economia verde”, ou de uma tendência de “descarbonização da economia”, o que tem levado, cada vez mais, a uma maior inserção de sujeitos não-governamentais no âmbito das políticas públicas.

Contraditoriamente, as relações que conformam as políticas sobre mudanças climáticas – das quais participam estados, instituições comunitárias, ONGs, empresas, movimentos sociais, organizações multilaterais etc. – fortalecem uma determinada ordem social capitalista, promovendo uma espécie de restauração das condições do capitalismo pela via ambiental.

Na medida em que novos canais de investimento surgem no contexto das mudanças climáticas, independentemente da ação em questão – seja com a geração de “energia limpa”, com o armazenamento ou absorção de GEE, com a preservação das florestas, entre outras inúmeras atividades que, de alguma maneira, estiveram ligadas (e ainda estão) às pautas populares –, restaura-se as condições

próprias do capitalismo, em que as leis do mercado devem prevalecer.

Seguindo esta perspectiva, as políticas para mudanças climáticas adotadas pelos estados da Amazônia Legal – conectadas em sua origem a ideia de “desenvolvimento sustentável” – estão direcionadas a projetos para pagamentos ou recompensa por serviços florestais, armazenamento, fixação de carbono, ou redução de emissões, e que também se conectam com diversos setores do agronegócio.

Alguns casos citados a seguir ajudam a compreender – sobretudo pela posição estratégica que a região amazônica exerce dentro do contexto geopolítico das mudanças climáticas – algumas das principais determinações envolvidas no processo de mercantilização da floresta e sua objetivação por meio da formalização de acordos, leis e regulamentações.

O Acre talvez seja o mais lembrado neste sentido, apontado como o estado que está na vanguarda das políticas ambien-

tais, especialmente pelo seu “Sistema de Incentivos por Serviços Ambientais - SISA”, instituído sob a lei n. 2.308 de 22 de outubro de 2010. A criação do SISA, durante o governo Tião Viana (PT), foi considerado internacionalmente como um programa exemplar no combate ao desmatamento por meio do pagamento por serviços ambientais<sup>94</sup>.

Como parte deste Programa – agregando-se à política de pagamento de certificação das propriedades rurais –, o Acre segue desenvolvendo um sistema de incentivo a serviços ambientais baseado em princípios e objetivos internacionalmente construídos para o fortalecimento de um mercado para floresta em pé e para a preservação dos diversos serviços e produtos ecossistêmicos.

Neste arcabouço, está o Programa ISA-Carbono (REM)<sup>95</sup>, cuja finalidade é apoiar com “financiamento ponte” implementadores de programas jurisdicionais de REDD+ para fortalecer sua “autonomia e sustentabilidade”<sup>96</sup>. Esse Programa segue

---

94. Ver: *Acre recebe prêmio alemão por combater desmatamento*. Terra. 5 fev. 2013. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/sustentabilidade/acre-recebe-premio-alemao-por-combater-desmatamento,77c9395e67bac310VgnCLD200000ec6eb0aRCRD.html>>.

95. Lançado na Rio+20, em 2012, o Programa Global *REDD Early Movers* (sigla em inglês REM) é uma iniciativa de remuneração de serviços ambientais baseada em resultados viabilizada de forma conjunta pelos Governos da Alemanha e Reino Unido. Premia nações comprometidas com a redução de emissões de CO2 por meio de ações de conservação de florestas. O REM contribui com a UNFCCC firmada na Rio 92. Para maiores detalhes a respeito deste programa, ver: <<https://www.giz.de/en/worldwide/33356.html>>

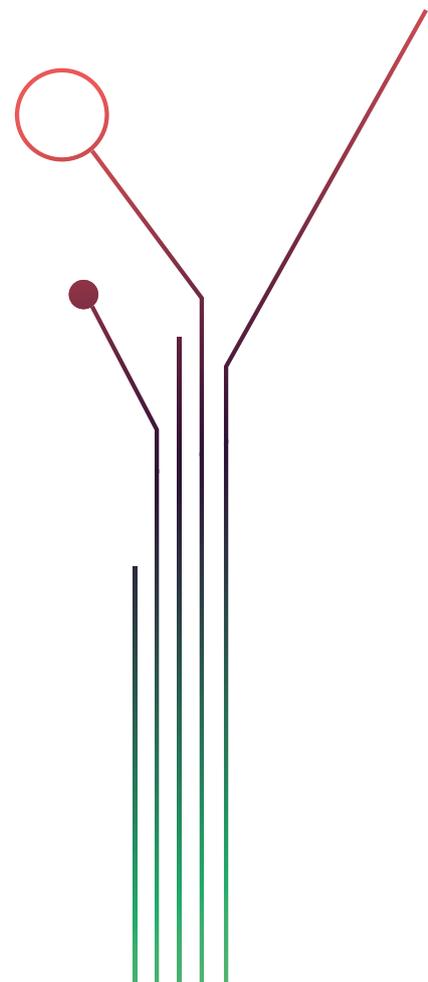
96. Para maiores detalhes sobre o programa REM, ver: <<http://imc.ac.gov.br/programa-para-pioneiros-em-redd-rem/>>.

com um papel chave dentro das atuais políticas adotadas pelo governo Gladson Cameli (PP), em sintonia não apenas com a diretrizes internacionais sobre estratégias de mitigação das emissões de GEE, como, também, com a contingência de entidades internacionais com forte influência sobre os novos usos das florestas no mundo.

Ao lado do Acre, o Amapá está entre os estados da Amazônia Legal que são reconhecidos por suas políticas ambientais. O estado é tido como o primeiro a implementar políticas na perspectiva do desenvolvimento sustentável, durante a gestão do governador João Capiberibe (PSB), através do Programa PDSA (Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá), em meados dos anos 1990.

Atualmente, chama a atenção as ações que o governo Waldez Góes (PDT) vem assumindo em relação às políticas e programas ligados à economia verde, a exemplo da adoção do programa Tesouro Verde. Tal iniciativa busca criar uma rede colaborativa para impulsionar a utilização de recursos naturais através da emissão de ativos ambientais (títulos verdes).

Trata-se de um mecanismo de emissão de certificados que poderão ser negociados no mercado financeiro por “produtores rurais, associações e planos de negócios individuais ou coletivos, desde que tenham como foco o desenvolvi-



mento de suas atividades com responsabilidade e preservação”<sup>97</sup>.

O governo do Amapá também tem apresentado o Tesouro Verde como uma nova fonte de receita compensatória, gerada a partir da preservação das florestas, e que tem sido oferecido para instituições que atuam na carteira de investimentos da Amapá Previdência (Amprev). Em 2020, o governo do Amapá certificou os bancos Itaú Unibanco<sup>98</sup> e BMG<sup>99</sup>, sendo as primeiras instituições do segmento a receberem o título por serviços de compensação ambiental feitos pelas agências no estado.

Seguindo o direcionamento de um arranjo institucional de maior vínculo entre o poder público, empresas privadas e organizações do terceiro setor na formulação de políticas ambientais, o Amazonas é um dos casos mais paradigmáticos, desde a antiga Câmara Florestal de Serviços Ambientais, criada durante o governo Omar Aziz (PSD), que

era coordenada pela ONG Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM).

O Programa de Clima e Carbono do Amazonas, criado pelo atual governo Wilson Lima (PSC), segue a mesma linha. Implementado junto com a nova Lei Estadual de Serviços Ambientais do Amazonas, o programa é supervisionado pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e executado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), além de uma série de parceiros e colaboradores de orientação não-governamental.

Em 2019 o governo regulamentou o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Serviços Ambientais<sup>100</sup>. Entre os dispositivos previstos estão a criação do Plano Estadual de REDD+, um sistema de registro, cuja finalidade passa por um forte controle territorial, por meio de inventários, cadastro, contabilização, rastreamento e plataformas de registro para transação e/ou

---

97. Para maiores detalhes sobre o Tesouro Verde no Amapá, ver: <<https://www.plataformasouroverde.com.br/estados/AP>>.

98. AMAPÁ. *Amapá certifica o Itaú com Selo Tesouro Verde por serviços ambientais*. 22 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2204/amapa-certifica-o-itaú-com-selo-tesouro-verde-por-servicos-ambientais>>.

99. AMAPÁ. *Banco BMG é certificado com selo do Tesouro Verde por consumir serviços ambientais do Amapá*. Tesouro Verde. 10 jul. 2020. Disponível em: <<http://tesouroverde.ap.gov.br/noticia/1007/banco-bmg-e-certificado-com-selo-do-tesouro-verde-por-consumir-servicos-ambientais-do-amapa>>.

100. Para a leitura completa do documento ver: <[https://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Estadual/Decreto%20Estadual/Ano%202019/DE%2040.768\\_19.htm](https://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Estadual/Decreto%20Estadual/Ano%202019/DE%2040.768_19.htm)>. [https://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Estadual/Decreto%20Estadual/Ano%202019/DE%2040.768\\_19.htm](https://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Estadual/Decreto%20Estadual/Ano%202019/DE%2040.768_19.htm).

compensação das unidades registráveis de serviços ambientais. A criação deste Fundo é expressão das políticas do Amazonas, baseadas em um arranjo burocratizado e que articula (juntamente com o setor privado) políticas para mudanças climáticas e para áreas florestais conservadas.

O estado também tem se voltado às experiências do “Programa Global REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) Early Movers” (REM), os pioneiros do REDD+, a exemplo do Acre. No final de 2019, o governo do Amazonas apresentou ao governo da Alemanha, o projeto REDD+ Pioneiros a ser implementado no estado para captação de recursos por meio da conservação ambiental. A proposta foi levada ao Ministério Alemão de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), em Bonn<sup>101</sup>.

Outro estado que também se destaca dentro desta iniciativa é o Mato Grosso. O Programa REDD Early Movers em Mato Grosso (Programa REM-MT)<sup>102</sup> conta com um recurso garantido de 44 milhões de euros do Governo da Alemanha

por meio do Banco de Desenvolvimento (KfW) e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, por meio da Secretaria de Negócios, Energia e Estratégia Industrial (BEIS).

Importante dizer que o REM-MT é parte de um conjunto de políticas voltadas a economia verde como o Sistema Estadual de REDD+, o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios Florestais (PPCDIF) e com o Instituto Produzir, Conservar, Incluir (PCI).

Este último, conforme vem sendo apontado nos documentos oficiais do governo estadual, desempenha um papel primordial nas políticas e ações voltadas às mudanças climáticas e à transição para uma economia descarbonizada. A iniciativa foi lançada pelo governo Pedro Taques (PSDB), durante a COP-21, com o objetivo de captar recursos para o Mato Grosso, visando “a expansão e aumento da eficiência da produção agropecuária e florestal, a conservação dos remanescentes de vegetação nativa, recomposição dos passivos ambientais e a inclusão socioeconômica da agricultura familiar”<sup>103</sup>.

---

101. Ver “Na Alemanha, Governo do Amazonas apresenta projeto de recompensas por manter a floresta conservada”. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/2019/11/na-alemanha-governo-do-amazonas-apresenta-projeto-de-recompensas-por-manter-a-floresta-conservada/>>.

102. Maiores detalhes sobre o REM MT podem ser lidos em: <<https://remmt.com.br/>>.

103. Para maiores detalhes sobre o PCI ver: <<http://pci.mt.gov.br/>>.

Tal discurso se expressa nos territórios por meio da incorporação nos sistemas produtivos do agronegócio de uma série de inovações voltadas para a economia verde, que vão desde a introdução de fontes energéticas “alternativas”, passando pela contabilidade de emissões de gases de efeito estufa, assim como dos estoques de carbono em manchas florestais, até o manejo de pasto, com objetivo de fixação de carbono no solo. Estas entre outras ações, que ampliam as possibilidades de canais de acumulação de capital, vem conferindo, de resto, uma conveniente imagem “ambientalmente responsável” a setores do agronegócio historicamente identificados por suas degradações.

As inúmeras iniciativas adotadas pelos estados que compõem a Amazônia Legal, de incorporar a mercantilização da floresta nas políticas para mudanças climáticas, e mesmo de capturar/distorcer certas pautas populares, tem se mostrado como uma das formas atuais de penetração do capitalismo na região e que hoje, em um contexto de retomada da economia pós-pandemia, se recompõe como uma suposta “transição justa”.

Entretanto, os desdobramentos territoriais desta “transição justa”, não se difere em certos aspectos de outros momentos, sobretudo no que se refere a apropriação de bens comuns, a exemplo do que vem acontecendo com a ressignificação da “floresta em pé”.

De maneira semelhante a outros movimentos verticais, impostos a partir do centro de tomada de decisões do capitalismo financeiro mundial e dos interesses distantes, a perspectiva da economia verde que vem sendo incorporada na região amazônica pode comprometer (como já vem acontecendo) a autonomia dos atores locais na tomada de decisão sobre seus territórios.

Neste cenário, observa-se que as diretrizes inseridas no interior das políticas ambientais dos estados da Amazônia, vem revelando novos canais de inserção do capital internacional na região, assim como novas estratégias de apropriação do ideário político de movimentos sociais, como a distorção da luta dos seringueiros do Acre<sup>104</sup> pela posse coletiva da terra e pela manutenção da floresta em pé, para um modelo redefinido dentro daquilo que se configura atualmente como “economia verde”.

---

104. Para uma leitura sobre as maneiras pelas quais se deram a apropriação da luta dos seringueiros, especialmente da imagem de Chico Mendes, como legitimação da perspectiva do “desenvolvimento sustentável”, assim como as reações à esta apropriação por parte de alguns movimentos sociais ver: PAULA, E. A.; SILVA, S. S. Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes. Revista NERA, anos 11, n. 13 – julho/dezembro, 2008. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/13/11\\_paula\\_e\\_silva\\_13.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/13/11_paula_e_silva_13.pdf)>.

Percebe-se que o processo de cooptação do ideário dos movimentos sociais da Amazônia, que se inicia entre os anos 1980 e 1990, sobretudo a partir da amplificação da perspectiva do “desenvolvimento sustentável”, intensifica-se com a crescente inserção da pauta ambiental nas agendas políticas dos governos estaduais da Amazônia, ganhando importância cada vez maior com o tema das mudanças climáticas, assim como dos atuais interesses econômicos que surgem sobre as florestas.

Neste contexto, o processo de degradação ambiental, próprio de como o capitalismo se desenvolveu ao longo de sua história, volta-se internamente ao pro-

cesso de acumulação do capital e este passa a incorporar suas incongruências produtivas convertendo-as em novas fontes lucrativas – a exemplo das distintas atividades voltadas à compensação de emissões de GEE.

A necessidade constante que o capitalismo possui de dispor de algo “externo” às suas dinâmicas para a sua renovação, em certo sentido, é atendida com a chamada “crise ambiental”. É por meio das diversas políticas e difusões ideológicas que tal “crise” vem impulsionando a criação de novas mercadorias – como no caso da ressignificação econômica das florestas – arquitetando, assim, uma nova camada da territorialização do capital na Amazônia.

## Para saber mais sobre as iniciativas e políticas de retomada econômica verde nos estados da Amazônia Legal:

### Acre:

- Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais (ISA Carbono) e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecológicos do Estado do Acre. Lei n. 2.308, de 22 de outubro de 2010 <[http://imc.ac.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/Lei-2308-2010-SISA\\_PT\\_.pdf](http://imc.ac.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/Lei-2308-2010-SISA_PT_.pdf)>.
- Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC): <http://imc.ac.gov.br/sobre-o-imc-2/>

- REM/Acre: <http://imc.ac.gov.br/programa-para-pioneiros-em-redd-rem/>
- Subprograma Indígena: <http://imc.ac.gov.br/programa-para-pioneiros-em-redd-rem/subprograma-indigena/>
- **Subprograma Produção Familiar Sustentável:** <http://imc.ac.gov.br/programa-para-pioneiros-em-redd-rem/subprograma-producao-familiar-sustentavel/>
- Subprograma Extrativismo: <http://imc.ac.gov.br/programa-para-pioneiros-em-redd-rem/subprograma-extrativismo/>
- Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável: <http://imc.ac.gov.br/programa-para-pioneiros-em-redd-rem/subprograma-pecuaria-diversificada-sustentavel/>
- Salvaguardas socioambientais: <http://imc.ac.gov.br/unidade-de-situacao/>

## Amapá:

- Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA). Serviços Ambientais: <https://sema.portal.ap.gov.br/conteudo/servicos-e-informacoes/servicos-ambientais>
- [https://www.plataformatesouroverde.com.br/static/media/lei23532018InstituiOProgramaTesouroVerdeAmapa\\_20200129.eac47568.pdf](https://www.plataformatesouroverde.com.br/static/media/lei23532018InstituiOProgramaTesouroVerdeAmapa_20200129.eac47568.pdf)
- *Regulamentação do Programa Tesouro Verde:* <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=365899>
- Tesouro Verde/Amapá: <https://www.plataformatesouroverde.com.br/estados/AP>
- Relatório Economia Verde no estado do Amapá, Brasil. Avanços e Perspectivas: <https://pubs.iied.org/16575PIIED>

## Amazonas:

- Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM): <http://www.idesam.org.br/>
- Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável – PEMC-AM (Lei nº 3.135/07): <http://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%E7%E3o%20Estadual/Lei%20Estadual/Ano%202007/Arquivo/LE%203135%2007.htm>.
- Política do Estado do Amazonas de Serviços Ambientais e o Sistema de Gestão dos Serviços Ambientais, instituída pela Lei n. 4.266: [http://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%E7%E3o%20Estadual/Lei%20Estadual/Ano%202015/Arquivo/LE%204.266\\_15.htm](http://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%E7%E3o%20Estadual/Lei%20Estadual/Ano%202015/Arquivo/LE%204.266_15.htm)
- Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Serviços Ambientais: [https://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Estadual/Decreto%20Estadual/Ano%202019/DE%2040.768\\_19.htm](https://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Estadual/Decreto%20Estadual/Ano%202019/DE%2040.768_19.htm)

## Maranhão:

- Fórum Maranhense de Mudanças Climáticas foi instituído pelo Decreto Nº 22.735 de 29 de novembro de 2006: [http://forumempresarialpeloclima.org.br/wp-content/uploads/2012/11/MR\\_MA\\_FORUM.pdf](http://forumempresarialpeloclima.org.br/wp-content/uploads/2012/11/MR_MA_FORUM.pdf)
- Plano da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono no Estado do Maranhão: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/53079124/agricultura-de-baixo-carbono-tem-viabilidade-economica-e-ambiental-no-maranhao-conclui-estudo>
- Projeto Valorizando o Ativo Ambiental no Maranhão: Sistema Jurisdicional de REDD+ <https://sagrima.ma.gov.br/sagrima-participa-da-solenidade-de-assinatura-do-acordo-de-cooperacao-tecnica-valorizando-o-ativo-ambiental-no-maranhao-sistema-jurisdicional-de-redd/>.

## Mato Grosso:

- Plano Estadual de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas na Agricultura para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono de Mato Grosso (Plano ABC-MT): <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=316706>

- Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei Complementar Nº 582 DE 13/01/2017): <http://app1.sefaz.mt.gov.br/0425762E-005567C5/9733A1D3F5BB1AB384256710004D4754/54105124ABB50E4A842580AA005CE79B>

- Sistema Estadual de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+). Lei nº 9878, em 07 de janeiro de 2013: <http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=249723>

- Programa Global *REDD Early Movers* (REM/MT): <https://remmt.com.br>

- Instituto Produzir, Conservar, Incluir (PCI): <http://pci.mt.gov.br/>

## Pará:

- **Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará, ver:** <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/4093.pdf>

- Pará assina acordo para implementar o Projeto Floresta+: <https://agenciapara.com.br/noticia/30365/>

## Rondônia:

- Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais - PGSA (Lei n. 1125/2018: <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/L4437-PL.pdf>

Plataforma AmazoniAtiva: <https://www.amazoniativa.com/home>

## Roraima:

- REDD+ RORAIMA: <http://portal.rr.gov.br/index.php/component/k2/item/2550-redd-roraima-denarium-lanca-projeto-que-possibilita-captacao-de-recursos-por-preservacao-florestal>
- Seminário Mudanças Climáticas e REDD+: plano de monitoramento e vigilância das terras indígenas: [http://www.hutukara.org/images/stories/\\_seminario.pdf](http://www.hutukara.org/images/stories/_seminario.pdf)
- Relatório Empregos Verdes: Inserção de Refugiados e Migrantes na Economia Verde Brasileira: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/09/EmpregosVerdes\\_Portugues.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/09/EmpregosVerdes_Portugues.pdf)

## Tocantins:

- Política Estadual de Mudanças Climáticas, além de iniciar a formulação de uma Política Estadual de Serviços Ambientais e de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA): <https://central3.to.gov.br/arquivo/341211/>
- REDD+ Jurisdicional Tocantins: <https://central3.to.gov.br/arquivo/499874/>
- Plano Estadual de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC-TO): <https://central3.to.gov.br/arquivo/520405>
- Plano Tocantins 20-40. Estratégias para um Tocantins Competitivo e Sustentável: <https://central3.to.gov.br/arquivo/499876/>

# 5. Capítulo 4: Economia verde e sociedade civil: o capitalismo inclusivo sob a égide do mercado financeiro

Mariana Homem de Mello Reinach<sup>105</sup>



105. Graduada em Ciências Sociais (USP), doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) e mestre pela mesma instituição. Pesquisadora junto ao Núcleo de Estudos do Poder (NEP/CPDA), integra o projeto “Ecologia social dos recursos naturais: biodiversidade, território e autonomias no capitalismo extrativo”. Pesquisa e trabalha com agroecologia, povos e comunidades tradicionais, ecologia social e movimentos sociais do campo. Contato: mari.reinach@gmail.com

**A** presente síntese é resultado do mapeamento de iniciativas, propostas e plataformas voltadas à recuperação econômica e retomada verde pós-pandemia, elaboradas por Organizações Não-Governamentais (ONGs), movimentos sociais, redes e articulações (regionais e nacionais), fundações privadas e do setor corporativo e grupos de pesquisa no

Brasil<sup>106</sup>. A seguir, destacaremos aspectos relevantes das diferentes propostas levantadas – divididas em blocos temáticos – para depois analisar o discurso comum que atravessa a maior parte delas. Assim, buscamos delinear algumas tendências e compreender como a Economia Verde vem sendo incorporada por setores da sociedade civil na atualidade.

## As propostas

---

O primeiro bloco temático reuniu as propostas *Nossa América Verde*, *Iniciativa Retomada Verde e Inclusiva*, *Convergência pelo Brasil* e *Retomada Verde Pós Pandemia*. Tratam-se de iniciativas multisseto-

riais que convergem em direção à descarbonização da economia, elaboradas por coalizões de ONGs, organizações de filantropia, grupos de pesquisa e políticos<sup>107</sup>.

---

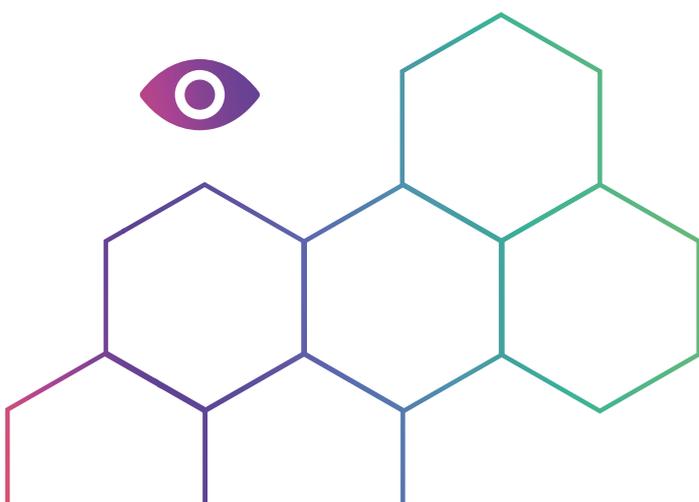
106. Inicialmente foram mapeadas vinte e nove iniciativas, das quais onze foram selecionadas para análise pormenorizada. A pesquisa baseou-se em fontes bibliográficas (documentos e declarações), matérias de jornais e de revistas, *websites*, entrevistas e *lives* encontradas na internet.

107. O *Nossa América Verde* foi elaborado pela Rede de Inovação Política na América Latina e pelo Instituto Update, ambas organizações que pautam a inovação política na América Latina por meio do desenvolvimento de tecnologias, de modo a “escapar das tradicionais trincheiras ideológicas”. A *Iniciativa Retomada Verde e Inclusiva* nasceu de um seminário promovido pelo ClimalInfo (ONG com enfoque na produção de informação jornalística e comunicação sobre clima), Observatório do Clima (coalizão de organizações da sociedade civil em torno da discussão sobre mudanças climáticas) e GT de Infraestrutura (Grupo de Trabalho que reúne mais de 40 organizações socioambientais para elaboração uma agenda técnica de infraestrutura sustentável para o Brasil). A *Convergência pelo Brasil* foi idealizada pelo Instituto Clima e Sociedade (ICS) e Instituto O Mundo Que Queremos (organização que está por trás do GT Infraestrutura e também do Instituto Conexus, que será apresentado adiante), e resultou em uma carta pública assinada por dezessete ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central. A *Retomada Verde Pós-Pandemia* resulta dos debates da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional.

Todas as propostas são baseadas em estudos que apontam o custo-benefício de uma transição para a economia verde, e propõem metas e políticas econômicas que alinhariam incentivos e expectativas para possibilitar a “ação sustentável” do mercado. Por ser internacional, o Nossa América Verde abrange aspectos da política externa e de integração latino-americana, enquanto as demais propostas se concentram no caso brasileiro. Todas elas passam pelos setores de energia (renováveis e eficiência energética); construção civil (com ênfase em projetos de habitação popular que incentivem a construção de novas casas ou reformas nas já existentes, seguindo padrões de sustentabilidade); agricultura de baixo carbono (na qual a “agroecologia” e a “agricultura familiar” coexistem com a intensificação sustentável de um agronegócio modernizado e eficiente); tratamento de resíduos (reciclagem e compostagem); água e saneamento (com as Soluções Baseadas na Natureza, NBS, por sua sigla em inglês); transportes (eletromobilidade e transporte

de baixo carbono para a criação das chamadas cidades sustentáveis); e criação de impostos e empregos verdes (com o argumento de direcionar postos de trabalho das indústrias poluidoras para indústrias mais sustentáveis).

De modo geral, percebe-se que as propostas defendem uma transição da base energética e tecnológica sem qualquer modificação na escala e intensidade da produção e consumo, e nem regulação quanto à democratização de seu acesso e controle. A mera substituição de matriz energética baseada em combustíveis fósseis para energias renováveis, com instalação de parques eólicos, energia solar, hidroelétrica, ou com base em agrocombustíveis, não apenas não soluciona a questão ambiental (apenas deslocando o impacto da demanda crescente por energia), como hoje representa um aumento sem precedentes na corrida por terras e recursos naturais dos países em desenvolvimento. Além disso, o novo pacote tecnológico “verde” com aplicação de direitos de propriedade intelectual recoloca as corporações como parte da solução para as crises, mantendo intacta a concentração econômica e de poder e, no caso da agricultura, aprofundando a apropriação da agroecologia pelo



grande capital agroindustrial<sup>108</sup>. Em termos sociais, embora haja notável nível de detalhamento em relação aos dados de custo-benefício de todas as propostas, não há informações básicas sobre as condições de trabalho fornecidas pelos chamados empregos verdes, como faixa salarial, jornada de trabalho ou direitos trabalhistas. Do mesmo modo, apesar de aparentarem almejar grandes transformações para a sociedade, as propostas não mencionam a necessidade de reformas agrária e urbana, em um país e continente cuja estrutura fundiária apresenta os maiores índices de concentração de recursos naturais e territoriais do mundo<sup>109</sup>.

O segundo bloco reuniu as iniciativas *Liga do Araguaia*, *Amazônia 4.0*, *Movimento Negócios Pela Terra* e *Coalizão Brasil Clima Florestas e Agricultura*, que representam diferentes modelos de atuação

dentro de uma mesma e forte tendência em defesa da intensificação sustentável e das cadeias de valor da sociobiodiversidade na produção agroindustrial.

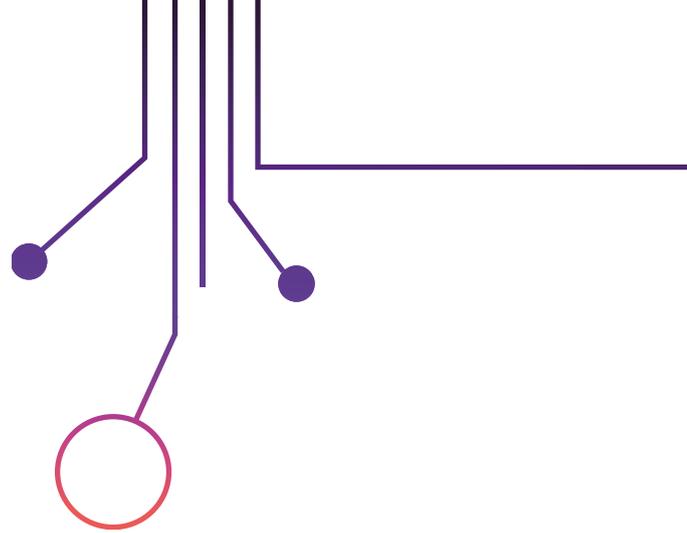
A *Liga do Araguaia* se autodenomina como um *movimento social do agronegócio*, cujo objetivo é estimular e replicar práticas de intensificação sustentável e alta tecnologia na pecuária da região do Vale do Araguaia. Reúne 63 fazendas de gado no Mato Grosso, que juntas ocupam 149 mil hectares – o tamanho da cidade de São Paulo. O trabalho da Liga<sup>110</sup> é voltado ao desenvolvimento e implementação de tecnologias de rastreabilidade e geração de dados de sequestro de carbono sobre as práticas de intensificação sustentável na pecuária, bem como de estímulo à regularização ambiental das fazendas, ambas ações que visam que os produtores recebam pagamentos por serviços ambientais.

---

108. A agricultura regenerativa ou de baixo carbono pretende inserir a agroecologia como um sistema de produção de larga escala, de modo inclusive a incorporar a nova geração de biotecnologias, como os bioinsumos e biofertilizantes com edição genética. Isto significa reposicionar as grandes corporações da biotecnologia, de sementes e agrotóxicos (como a Corteva - fusão da Dupont e Dow - maior detentora de patentes da nova tecnologia de edição genética) como fornecedoras dos novos *inputs* verdes para a transição para uma agricultura regenerativa e de baixo carbono, inclusive de modo a controlar o mercado de produtos orgânicos e agroecológicos.

109. Para dados e mais informações sobre a desigualdade fundiária e como ela está na raiz de grande parte dos problemas socioambientais da atualidade, ver o relatório “Uneven Ground: land inequality at the heart of unequal societies”, da International Land Coalition. Disponível em: <https://bit.ly/2U7z5Z9> – acesso em outubro de 2021.

110. A Liga do Araguaia estabelece parcerias com grandes empresas do setor agroindustrial (Dow, JBS/Friboi, Corteva Agriscience) empresas voltadas aos chamados negócios sociais (Raízes Desenvolvimento Sustentável), ONGs (The Nature Conservancy e Imaflora), órgãos de assistência técnica e instituições de pesquisa (como EMBRAPA, IPAM e World Resource Institute – WRI), e recebe apoio de organizações como o IDH - The Sustainable Trade Initiative.



Ao mesmo tempo, buscam aumento na margem de lucro com a produção de uma carne diferenciada e certificada e com a exploração do agroturismo, promovendo leilões e “dias de campo”.

A Liga do Araguaia ilustra bem a lógica ganha-ganha da Economia Verde. Através do mercado de carbono, grandes poluidores podem manter suas taxas de crescimento “compensando” a degradação ambiental decorrente de suas atividades por meio de grandes fazendas de gado como as da Liga<sup>111</sup>, que por sua vez também recebem pagamentos por serviços ambientais e agregam valor mediante a certificação diferenciada da carne<sup>112</sup>. Assim, os fazendeiros “verdes” da Liga do Araguaia e as empresas a eles associadas beneficiam-se duplamente com a persistência da “economia marrom”: tanto através dos mecanismos de compensação, quanto

pela agregação de valor à produção certificada “verde” ou “carbono neutra”, inserindo-se na lógica de nicho de mercado. Ainda assim, a Liga do Araguaia se apresenta orgulhosamente como uma *solução empresarial* para deter o desmatamento na Amazônia e no Cerrado.

Sob a mesma justificativa de contenção do desmatamento, mas em uma outra frente de atuação, está o *Amazônia 4.0*<sup>113</sup>, representando as propostas da bioeconomia e da aliança que vem se formando entre a exploração econômica da “floresta em pé”, dos conhecimentos tradicionais a ela associados, e do arsenal tecnológico da

---

111. Os *benefícios climáticos* apurados com as medidas de redução adotadas por um dos projetos da Liga (o Projeto Carbono Araguaia), por exemplo, foram disponibilizados e vinculados ao programa de mitigação de pegada de carbono dos Jogos Olímpicos Rio 2016, liderado pela Dow.

112. A fala do engenheiro agrônomo José Carlos Pedreira de Freitas, consultor do projeto ilustra bem a mentalidade dos fazendeiros envolvidos: “[A Liga do Araguaia] é um case concreto de um grupo econômico em determinado bioma que, percebendo as dimensões social e ambiental, em uma perspectiva de vantagem competitiva, não olha estes atributos como um passivo e sim como um ativo capaz de gerar valor e diferenciação, ao tempo em que contribui para a perenidade de seus negócios” - <https://www.sna.agr.br/liga-do-araguaia-quer-tornar-regiao-de-mt-um-polo-de-pecuaria-sustentavel/> - Acesso em outubro de 2021

113. A iniciativa tem origem em estudos liderados pelo pesquisador Carlos Nobre e pelo empreendedor peruano Juan Carlos Castilla-Rubio, engenheiro bioquímico da Universidade de Cambridge e presidente da Space Time Ventures, empresa especializada em inovações da quarta revolução industrial.

indústria 4.0. O projeto pretende fazer da floresta amazônica um polo de inovação tecnológica em grande escala que elimine o desmatamento ao transformar espécies de uso tradicional em ativos biológicos valiosos e rentáveis para uso industrial, gerando produtos de alto valor agregado e novas soluções tecnológicas a partir da biomimética. Dentre suas propostas, estão o uso de robôs para coleta e envio de dados de partes remotas da Amazônia, *drones* para entrega de produtos retirados da floresta, realidade aumentada para treinamento e capacitação da população local (para que façam o sequenciamento genômico de espécies de uso tradicional), e câmeras 360° para “aproximar consumidores de produtores”, de modo que consumidores acompanhem em tempo real os produtores trabalhando a milhares de quilômetros de distância (com claro potencial para que as empresas possam controlar, remotamente, o trabalho de seus funcionários amazônicos).

Em sintonia com esse tipo de proposta, proliferam organizações que atuam como intermediárias entre os povos indígenas e comunidades tradicionais e empresas in-

teressadas na exploração de seu trabalho e de seus saberes. O Instituto Conexsus é uma delas e torna-se especialmente emblemático pois, através do *Movimento Negócios pela Terra*, em parceria com a *Become*<sup>114</sup>, não só faz a ponte entre comunidades e empresas, como atua diretamente na modelagem dos denominados negócios comunitários. Sob sua assessoria, a produção local se volta às cadeias priorizadas pelo mercado<sup>115</sup>, se adequa a exigências comerciais (volume, práticas de gestão, estrutura organizacional, certificação, padronização, processamento, etc), e se integra ao mercado financeiro. Isso porque, além de um Instituto, o Conexsus também possui um fundo de investimentos privado, o Fundo Socioambiental Conexsus, que supre as demandas de capital de giro e presta assessoria financeira às comunidades envolvidas na iniciativa.

Assim, o Instituto Conexsus não só representa as principais características de um sofisticado modelo de integração vertical voltado às cadeias produtivas da sociobiodiversidade, como aponta para uma nova tendência de organizações não-governamentais híbridas, que

---

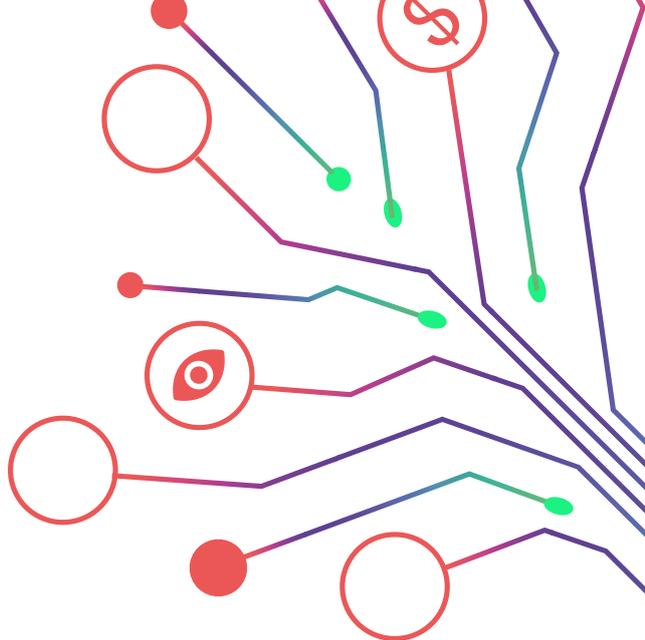
114. A *Become* se autodenomina como “um hub de inteligência em inovação e sustentabilidade com o propósito de mudar a forma de se pensar e de se fazer negócios”, fundado por Renata Puchala, conselheira do Sistema B Brasil.

115. Segundo o levantamento realizado pelo Movimento, 80% da demanda por produtos da sociobiodiversidade concentra-se em cinco cadeias: açaí, grãos diversos, castanhas, hortaliças, leite e derivados. O restante está pulverizado em outras 65 cadeias, com destaque para borracha e algodão.

dividem simultaneamente um CNPJ sem fins lucrativos e um CNPJ com fins lucrativos, estabelecendo um *continuum* entre as ONGs e as chamadas “empresas com impacto socioambiental positivo”<sup>116</sup>. Tanto o *Amazônia 4.0* quanto o *Movimento Negócios Pela Terra* apontam para uma trama de interesses que mira com força os povos originários e comunidades tradicionais. As corporações de biotecnologia, a indústria 4.0 e o mercado financeiro capitaneiam um modelo de negócios no qual os saberes e sabores da sociobiodiversidade, desenvolvidos por séculos de co-evolução entre comunidades e ambiente são incorporados de maneira subordinada nos quadros de acumulação, de modo que as comunidades tornam-se passivas consumidoras de insumos/tecnologia de capital intensivo, adequando seu modo de vida e de produção às exigências do mercado.

Por fim, a *Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura* unifica as iniciativas desse bloco, expressando o poder e a incidência da articulação entre o capital agroindustrial e ONGs ambientalistas sobre

a estrutura política brasileira. Formada em dezembro de 2014 e lançada oficialmente em junho de 2015, A Coalizão se apresenta como a maior articulação multissetorial brasileira dedicada a tornar o Brasil um líder global na transição para uma economia sustentável e de baixo carbono, especialmente focada nos setores agropecuário e de produção florestal. Seu propósito é influenciar a criação de políticas públicas e incentivos econômicos voltados à economia verde, a partir da geração de consensos e convergências entre o agronegócio e ambientalistas. Hoje, a Coalizão reúne mais de 200 membros, entre representantes do agronegócio, organizações da sociedade civil, setor financeiro e academia/pesquisa, e atua, principalmente, por meio de *advoca-*



116. Outros exemplos de organizações similares são a ReNature ou a SITAWI Finanças do Bem. Esse tipo societário, já bastante difundido em outros países, é uma tendência crescente do “filantropocapitalismo”/“multistakeholderismo”.

cy junto aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Segundo sua *Plataforma Visão 2030-2050: O Futuro das Florestas e da Agricultura no Brasil*, a Coalizão dedica-se a seis ações prioritárias: florestas públicas não destinadas; valor econômico das florestas; matriz energética de baixo carbono; agricultura de baixo carbono; Código Florestal; e monitoramento e uso do solo. A partir dessas temáticas, a Coalizão promove Fóruns de Diálogo para elaboração de propostas a serem encaminhadas por forças-tarefa, que atuam junto ao Estado e à sociedade para sua difusão e implementação<sup>117</sup>. Os Fóruns de Diálogo hoje ativos são: *Agropecuária e Silvicultura* (sob liderança da Imaflora, Bayer, Klabin, WWF, JBS e ABAG, focados em *ATER e Finanças Verdes*); *Floresta Nativa* (sob liderança da Amata, Atina, Imaflora, WRI Brasil e Imazon, focados em *restauração, silvicultura de nativas, bioeconomia e concessões florestais*); *Desmatamento*

(sob a liderança da Bayer, Amaggi, TFA, Instituto Centro de Vida, IPAM e Agropalma, focados em *dados de desmatamento, rastreabilidade da carne e florestas públicas não-destinadas*); e *Políticas Públicas e Instrumentos Econômicos* (sob a liderança de Pinheiro Neto Advogados, BVRio, IFC, IPAM, Unicamp/IGT, Climate Policy Initiative, Partner Desenvolvimento e Agroicone, focados em *pagamento por serviços ambientais, mercado de carbono, monitoramento e ordenamento territorial, regularização fundiária e estratégia internacional*). Por sua vez, as forças-tarefa congregam dezenas de entidades, empresas e especialistas. Seria necessário um estudo à parte para analisar a atuação da Coalizão em cada uma dessas frentes, mas essa breve análise nos dá ideia do tamanho do investimento que está sendo levado à cabo visando a implementação de mecanismos políticos e financeiros em prol da Economia Verde no Brasil, e revela quais os temas prioritários dessa agenda.

---

117. Em 2019, a Coalizão foi responsável, junto com o Instituto Pensar Agropecuária, por articular lideranças das Frentes Parlamentares Ambientalista e da Agropecuária, resultando na criação da Subcomissão Agroambiental, vinculada à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados. Promoveu também diálogos entre os Ministérios da Agricultura, da Economia e do Meio Ambiente para construir uma estratégia de destinação de mais de 65 milhões de hectares de florestas públicas na Amazônia “que hoje não possuem finalidade definida” e também para integrar o Código Florestal a instrumentos de incentivos públicos para a agricultura, como o crédito rural e o Plano Safra.

O terceiro bloco foi dedicado a iniciativas do campo popular. Analisamos o *Finapop*, instrumento de financiamento da agricultura familiar lançado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e também amplas articulações entre movimentos sociais e acadêmicos da América Latina e do Brasil, como o *Pacto Ecosocial Del Sur – América Latina y Caribe* e o *Chamado para uma Transição Ecosocial no Brasil*.

O *Finapop* é uma iniciativa do MST para a construção de ferramentas de financiamento do Movimento e de suas cooperativas através do mercado de capitais. A proposta (inspirada em “bancos éticos” como o europeu Triodos) é que os investidores, ao invés de financiarem empresas cujas práticas não correspondem a seus valores pessoais, possam escolher financiar projetos (no caso, do MST) de acordo com “o mundo que querem” para si, tendo como contrapartida o pagamento de juros, assim como qualquer outro título de dívida<sup>118</sup>. De seu lado, as cooperativas do MST devem produzir com margem de lucro suficiente para garantir a remuneração dos investidores, colocando a produção ou patrimônio como garantias. Em

setembro de 2021, o Movimento captou R\$17,5 milhões com a emissão de títulos CRA (Certificado de Recebíveis do Agropênjcio), realizada pela securitizadora Gaia Impacto e distribuídos pela corretora Terra Investimentos.

No caso do *Finapop* do MST – assim como no caso de negócios comunitários apoiados pelo Conexsus - o mercado de capitais aparece como instrumento de mobilização de recursos diante de um contexto bastante adverso de desmonte de políticas públicas de acesso à crédito para a agricultura familiar, como o Pronaf, e de mercados institucionais, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Ainda assim, é possível perceber que existe na iniciativa a expectativa de que o mercado financeiro possa ser democratizado de modo a beneficiar a classe trabalhadora e as lutas sociais. A proposta, impensável décadas atrás, reflete um novo momento histórico e representa, desde o campo popular, uma mudança importante de perspectivas em relação ao mercado financeiro e às disputas que se espera fazer dentro dele, ou por meio de sua instrumentalização.

---

118. Para mais informações sobre como funcionam os títulos de dívida, ver o capítulo 1 de autoria de Gabriela Junqueira, na presente publicação.

Por outro lado, embora ainda sejam muito incipientes (sendo mais um chamado à construção do que propostas fechadas), as iniciativas dos *Pacto Ecosocial Del Sur – América Latina y Caribe*<sup>119</sup> e o *Chamado para uma Transição Ecosocial no Brasil*<sup>120</sup> aparecem como vozes dissonantes ao restante do mapeamento. São as únicas iniciativas que apontam questões estruturais - como a lógica de funcionamento do sistema capitalista e a concentração de poder e de recursos - como raízes dos problemas socioambientais. Propõem a construção de soluções de baixo para cima, a serem elaboradas pelos povos, comunidades e trabalhadores do campo e das cidades, ao invés de serem impostas por governos, ONGs ou empresas.

Grande parte dos atores e movimentos sociais que estão construindo essas iniciativas foram responsáveis pela popu-

larização do termo “capitalismo verde”, como forma de denunciar a economia verde como nova etapa de acumulação capitalista<sup>121</sup>. Nesse sentido, os Pactos Ecosocialistas do Sul e do Brasil se apresentam como instrumentos do campo popular para seguir travando a disputa em torno da crise socioambiental, denunciando o que chamam de “falsas soluções” difundidas pela vertente hegemônica do combate às mudanças climáticas. Suas propostas recolocam, na agenda ambiental, a centralidade de pautas históricas dos movimentos sociais populares, como a transformação tributária solidária, a anulação das dívidas externas dos países do Sul Global, a renda básica universal, a soberania alimentar, a transição para matrizes energéticas descentralizadas e desmercantilizadas, a reforma agrária popular, entre outras.

---

119. O manifesto do *Pacto Ecosocial Del Sur* é assinado por mais de 1400 pessoas e mais de 300 organizações da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Honduras, México, Nicarágua, Peru e Venezuela. Nas assinaturas individuais se destaca a presença de profissionais e pesquisadores ligados às ciências humanas e à ecologia política. Obteve apoio da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) e do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

120. O *Chamado para uma Transição Ecosocial no Brasil* é uma carta-manifesto com mais de 400 assinaturas. Não tem site oficial, apenas uma página no *facebook*. O lançamento da iniciativa se deu em dezembro de 2020, através do canal do Youtube do Fórum Popular da Natureza.

121. Ver verbete “Capitalismo Verde” de Larissa Packer e Camila Moreno, p. 208-213. in DIAS, Alexandre Pessoa et.al. Dicionário de Agroecologia e Educação: Expressão Popular. Rio de Janeiro. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2021.

Entretanto, percebemos que a retórica crítica em relação à economia verde e ao sistema capitalista é acompanhada de outras propostas que algumas vezes não parecem tão diferentes da narrativa dominante de descarbonização da economia. Possivelmente, isso se deve ao fato dessas articulações contarem com a presença de apoiadores que também estão por trás das

iniciativas anteriores. Embora não tenha sido parte deste levantamento, foi possível identificar financiadores comuns a todos os três distintos blocos analisados, o que revela a presença de um poderoso *lobby* internacional que busca formar uma narrativa comum ao redor do diagnóstico e das soluções para crise climática, de modo a atravessar todo o espectro político<sup>122</sup>.

## Análise geral dos discursos

---

**S**aindo da especificidade de cada uma das iniciativas apresentadas anteriormente, trataremos agora de elementos que despontaram como narrativas comuns. A análise simultânea dos discursos levantados nos permitiu observar que a Economia Verde carrega consigo a franca incorporação e reconhecimento, por parte de grande parcela da sociedade civil (com exceção de determinados atores que compõem o terceiro bloco analisado), do papel reservado ao Estado e ao Mercado sob o neoliberalismo. É preciso lembrar

que o neoliberalismo não pressupõe o fim do Estado, mas sim, o fim do papel do Estado enquanto garantidor de direitos sociais, deslocando para o Mercado a prerrogativa de garantir esses direitos<sup>123</sup>.

Nesse contexto, observamos que nos casos em que as propostas da sociedade civil voltam suas demandas ao Estado, o fazem em uma linha específica: ao Estado caberia o papel de criar um ambiente favorável, como dinamizador da economia verde, enquanto que o mercado

---

122. De forma geral, percebemos grande influência do Instituto Clima e Sociedade (ICS), Instituto Arapyau, Instituto Humanize, Instituto Update, WRI Brasil, Fundação Good Energies, Fundação Gordon & Betty Moore, Fundação Friedrich Ebert, Fundação Arymax, WWF, TNC, Climate and Land Use Alliance, entre outras. Seria interessante, como sugestão de pesquisa futura, buscar entender os nexos de origem entre os diferentes projetos.

123. Ver DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. A Nova Razão do Mundo. Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

financeiro e determinados setores econômicos são eleitos como atores políticos importantes para liderar a construção de um outro “tipo” de capitalismo, mais consciente e sustentável. O mercado ganha centralidade diante da expectativa de que a transformação da sociedade possa ocorrer “por dentro” de suas estruturas: por meio do consumo, da construção de mercados “conscientes” ou da financeirização dos direitos sociais, valores éticos e morais.

Nessa mesma linha, grande parte das iniciativas expressa uma visão pretensamente ingênua, que escamoteia relações de poder entre blocos de países<sup>124</sup> ou entre os diversos atores sociais. Em consonância com o capitalismo de partes interessadas (em inglês, *stakeholders*), muitas propostas sugerem que povos e comunidades tradicionais, trabalhadores, empresas e governos devem “sentar e discutir juntos” as melhores saídas para uma “transição justa para todos”. Há evidente negação do conflito de classes e de interesses que revestem as disputas atuais em torno do controle e exploração dos recursos naturais, de modo a despolitizar o debate socioambiental.

Por outro lado, todas as iniciativas – cada uma à sua maneira - buscam identificar-se como progressistas, modernas e racio-

nais. Fazem forte apelo à ciência, buscando legitimidade por meio da apresentação de estudos e de dados quantitativos. Apelam também para um sentido de urgência, dado o cenário catastrófico esperado com as mudanças climáticas. Assim, todas elas apresentam-se em oposição ao “negacionismo climático” e ao “isolacionismo”, enquanto alternativas razoáveis contra “inimigos maiores” (as mudanças climáticas, os extremismos, as indústrias “sujas” de combustíveis fósseis).

Observamos, ainda, que muitas das propostas buscam construir a imagem do Brasil como “potência agroambiental”, país apto a liderar a transição sustentável por suas “vantagens comparativas, naturais e geográficas”. Esse discurso é similar àquele que defendia que teríamos uma “vocação natural” para a produção de *commodities* de exportação. Da mesma forma que o neodesenvolvimentismo prometia que a agroindústria garantiria a justiç a social e ambiental, agora a mesma promessa   renovada pela indústria verde com a construção de ativos ambientais.

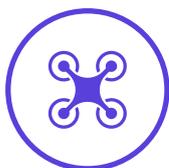
Por fim, algo que chama a atenção em grande parte dos documentos analisados, é o uso de um vocabulário comum, cujas palavras de ordem são “transição”, “inovação” e “inclusão”:

---

124. O “Nossa América Verde”, por exemplo, chega a defender que a América Latina, continente cujo controle tem centralidade estratégica em termos ambientais, corte pela metade todos os seus gastos militares em cinco anos, em nome da “paz”.



**Transição:** Todas as iniciativas apontam para a necessidade de uma “transição”. Se por um lado, a noção de transição refere-se a um caminho, ou passo a passo em direção a um objetivo, por outro, sugere que não se vislumbra uma ruptura com o modelo de acumulação vigente, mas sim, um longo processo de coexistência entre a economia “marrom” e a “economia verde”, o capitalismo “do mal” e o capitalismo “do bem” - coexistência esta, viabilizada (e estimulada) por mecanismos de compensação e de mercado.



**Inovação:** A maior parte das propostas enfatiza a “inovação política”, com a premissa de que a instrumentalização do mercado representaria uma modernização, positiva, de formas tradicionais de mobilização política, vinculadas a disputas ideológicas tidas como “ultrapassadas”. Junto dela estão a “inovação ecológica”, a “inovação financeira”, e a “inovação tecnológica” fortemente associadas ao arsenal da quarta revolução industrial, com suas tecnologias disruptivas, processos de digitalização, *big data*, inteligência artificial, mecanismos de rastreabilidade, monitoramento e vigilância. Como em tantos outros momentos históricos, o desenvolvimento técnico é apresentado como redentor da humanidade, pressupondo que em qualquer contexto a inovação tecnológica é capaz de garantir crescimento econômico com a manutenção da escala e intensidade do modo de produção e consumo.



**Inclusão social:** Na economia verde não só a natureza é considerada um “capital natural” que provê serviços ecossistêmicos mensuráveis e financeirizáveis, mas também o conhecimento de povos e comunidades tradicionais é explorado como um ativo de valor econômico. Assim, na maior parte das propostas a “inclusão social” corresponde à integração de setores empobrecidos, comunidades tradicionais e de seus conhecimentos às redes mercantis. É nesse contexto que se insere a narrativa da “redução/mitigação” das desigualdades (nunca o seu fim) e da “valorização” genérica de povos e comunidades tradicionais.

## Conclusões

---

**A** partir do material coletado percebe-se como a narrativa hegemônica da Economia Verde vem sendo largamente incorporada por grande parte da sociedade civil, em uma perspectiva neoliberal que não questiona fatores econômicos e relações de poder que estruturam a acumulação capitalista. Ao nomear este movimento como “capitalismo verde”, determinados atores que compõem o terceiro bloco (campo popular) vêm construindo uma crítica e oposição às renovadas tentativas de apropriação privada, mercantilização e financeirização da natureza e da vida como falsa solução para as crises ambiental e climática. Entretanto, paralelamente, diversas outras organizações da sociedade civil estão assumindo o papel de monitorar e precificar ganhos ambientais e sociais, em sintonia com uma visão mercantil, utilitarista e quantitativista sobre a natureza, que preza pela eficiência e otimização de recursos bem como pela vigilância e controle.

Ideologicamente, essas organizações estão difundindo, massivamente, a ideia de que o mercado capitalista é uma instituição passível de ser democratizada, domesticada e colocada à serviço dos bens comuns. Nesse cenário, observamos a crescente fusão entre sociedade civil e mercado, da qual surgem movimentos sociais de empresários,

ONGs híbridas (metade empresa, metade ONG), soluções financeiras para movimentos sociais, e a mercantilização de modos de vida, saberes e valores. Há uma verdadeira força-tarefa que visa legitimar a liderança política do mercado financeiro, das corporações de biotecnologia e da indústria 4.0 para os próximos tempos, tendo a Economia Verde como principal justificativa.

Diante do caos ambiental e político em que nos encontramos, no qual setores econômicos ligados ao agronegócio convencional, à extração de madeira, à grilagem e à grande mineração avançam sobre os territórios degradando o ambiente e as condições de vida dos povos do campo, das florestas e das cidades, as propostas da economia verde podem parecer razoáveis. Certamente é uma conjuntura complexa, e são os movimentos populares que poderão avaliar seus espaços de manobra, táticas e estratégias de atuação. Porém, para aqueles que buscam transformações estruturais da sociedade capitalista, é fundamental compreender essas propostas e se atentar aos discursos, apropriações e alianças desejáveis, de modo a não perder de vista as lutas por terra e território, distribuição e descentralização do poder, que permanecem no centro das disputas socioambientais da atualidade.

## Para saber mais sobre as propostas:



### Nossa América Verde:

- Página oficial: <https://www.nuestraamericaverde.org/pt/>
- Rede de Inovação Política na América Latina: <http://redinnovacionpolitica.org/BR/>
- Instituto Update: <https://www.institutoupdate.org.br/>

### Iniciativa Retomada Verde e Inclusiva:

- Documento oficial: <https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn:aaid:scds:US:e1d55818-70c3-4635-9ac-1-43b9a462cdc5>
- ClimaInfo: <https://climainfo.org.br/>
- Observatório do Clima: <https://www.oc.eco.br/>
- GT Infraestrutura: <http://gt-infra.org.br/>
- Seminário: <https://www.youtube.com/watch?v=RFfV9N-chnn0>

### Convergência pelo Brasil:

- Página oficial: <https://convergenciapelobrasil.org.br/>
- Instituto Clima e Sociedade: <https://www.climaesociedade.org/>
- Instituto O Mundo Que Queremos: <https://omundoquequeremos.com.br/>

## Retomada Verde Pós-Pandemia:

- Página oficial: <https://www.frenteambientalista.com/retomada-verde-pos-pandemia/>
- Seminário: <https://www.youtube.com/watch?v=qRT2-A80EpM>

## Liga do Araguaia:

- Página oficial: <https://www.ligadoaraguaia.com.br/>
- Grupo Roncador: <http://www.gruporoncador.com.br/o-grupo>
- Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS): <https://gtps.org.br/>

## Amazônia 4.0:

- Página oficial: <http://amazoniaquatropontozero.org.br/>
- Artigo: [http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Futuribles2/Futuribles2\\_ProjetoAmaz%C3%B4nia4.0.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Futuribles2/Futuribles2_ProjetoAmaz%C3%B4nia4.0.pdf)

## Movimento Negócios pela Terra:

- Página oficial: <https://negociospelaterra.conexsus.org/>
- Instituto Conexsus: <https://www.conexsus.org/quem-somos/>
- Become: <http://become.net.br/>

## Coalizão Brasil Clima Florestas e Agricultura:

- Página oficial: <https://www.coalizaobr.com.br/home/>
- Resumo de lançamento: <https://www.youtube.com/watch?v=AvGUNpebSns>

- Documento fundador: <http://www.coalizaobr.com.br/home/phocadownload/Documento%20-%20Coalizo%20Brasil%20Clima%20Florestas%20e%20Agricultura.pdf>
- Plano de Ação - Plataforma Visão 2030-2050: <http://coalizaobr.com.br/planodeacao/>

### **Finapop:**

- Página oficial: <https://finapop.com.br/>
- Lançamento: <https://www.youtube.com/watch?v=YrYVjl-JHHFE>
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): <https://mst.org.br/>
- Notícias do MST sobre o Finapop: <https://mst.org.br/tag/finapop/>

### **Pacto Ecosocial del Sur – América Latina y Caribe**

- Página oficial: <https://pactoechosocialdelsur.com/>
- Lançamento: <https://www.youtube.com/watch?v=3jEDqTGeF7s>

### **Chamado para uma Transição Ecosocial no Brasil:**

- Página do facebook: <https://www.facebook.com/ChamadoEcosocialNoBrasil/>
- Carta-manifesto: <https://forumdanatureza.org.br/t/chamado-para-uma-transicao-ecossocial-no-brasil/435>
- Lançamento: <https://www.youtube.com/watch?v=d5Rmr-q6SV20>
- Fórum Popular da Natureza: <http://forumdanatureza.org.br/quemsomos/>

# 6. **Conclusão:** Retomada Verde, integração digital e acoplamento 4.0 dos territórios: **um debate sobre soberania**

Camila Moreno<sup>125</sup>



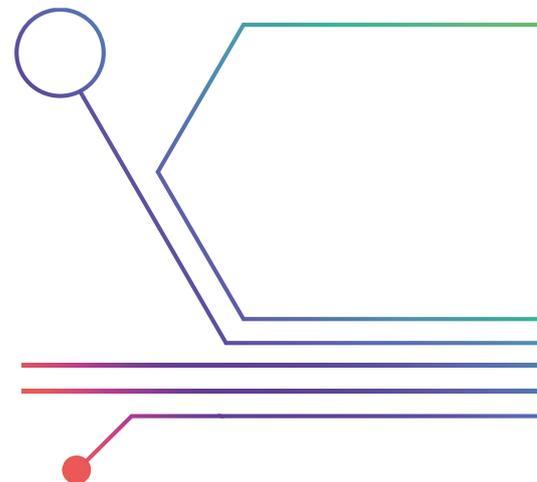
125. Graduada em Filosofia (UFRGS) e Direito (PUC-RS). É mestre e doutora em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Atualmente é pesquisadora de pós-doutorado na Universidade Humboldt, Berlim, Alemanha. Pesquisa a interface entre a ecologização do capitalismo e a governança ambiental global. Membro do Grupo Carta de Belém.

O ponto de partida do olhar apresentado aqui é que qualquer que seja a proposta de ‘retomada verde’, ela não acontecerá no vácuo: precisa ser situada e compreendida a partir da infraestrutura econômica e do contexto macro da conjuntura internacional. O inédito e excepcional momento histórico instaurado pela pandemia da Covid-19 marca uma aceleração forçada de transição de paradigma tecnológico e produtivo, com a transformação digital atravessando todo o tecido social e econômico ao redor do mundo, redefinindo e mediando todas as áreas da vida e sociedade.

A chegada da pandemia desestruturou economias locais em todo o mundo. As medidas para controle da Covid-19 adotadas por governos, com a imposição de *lockdowns* de duração e intensidade distintos e restrições à mobilidade de pessoas e cargas gerou um processo com efeito cascata na economia e com interrupções importantes nos fluxos das cadeias globais de suprimentos. A pandemia se somou e potencializou as várias crises já existentes, evidenciando os impactos indissociáveis do sistema agroalimentar industrial sobre a saúde das pessoas e

dos ecossistemas, em uma abordagem que vem sendo promovida sob o conceito de Saúde Única (*One Health*).<sup>126</sup>

O aprofundamento da crise econômica e do desemprego, potencializando situações de precarização e vulnerabilidade pré-existentes, somada à crise energética e às flutuações especulativas dos preços das commodities, acaba por recolocar a fome e a insegurança alimentar no centro das preocupações dos países em desenvolvimento. Este processo escancarou o alto grau de globalização da economia e do comércio internacional, a dependência de circuitos transnacionais controlados por corporações e da força de trabalho de trabalhadores migrantes (que afetou imensamente a agricultura e o abaste-



126. A Saúde Única representa uma visão integrada, que considera a indissociabilidade entre saúde humana, saúde animal e saúde ambiental. O conceito foi proposto por organizações internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), reconhecendo que existe um vínculo muito estreito entre o ambiente, as doenças em animais e a saúde humana.

cimento e transporte de cargas na Europa, por exemplo). Diante deste quadro, a intervenção dos Estados nacionais na economia se refletiu, de novo, no apoio e resgate bilionário a setores econômicos e corporações, como também na implementação (impensável até há pouco tempo) de diferentes programas de auxílio emergencial e de renda mínima em vários países. As medidas de controle sanitário implementadas por Estados nacionais também são excepcionais e têm incluído a imposição de restrições, vigilância e monitoramento/rastreamento sobre a circulação de pessoas, fechamento de fronteiras e toques de recolher, imposição de passaportes sanitários, etc. Medidas com claras consequências para o estreitamento dos processos democráticos nacionais, assim como para o agravamento da divisão internacional do trabalho e integração colonial, periférica e dependente dos países do sul global.

Embora já estivesse em curso, a transformação digital vem sendo imposta e tocada em frente com força total após a pandemia, causando profundas reconfi-

gurações em todas as dimensões da vida em sociedade e na instalação definitiva do capitalismo digital. Uma questão central neste processo é a transformação do próprio dinheiro – pense no PIX - com o fim de notas e moedas como meio circulante impresso e físico, a chegada das moedas digitais (criptomoedas) e as corporações de tecnologia, como o Facebook, anunciando suas próprias moedas, e como a regulação deste processo vem abrindo caminho para regulação de outros ativos digitais.<sup>127</sup>

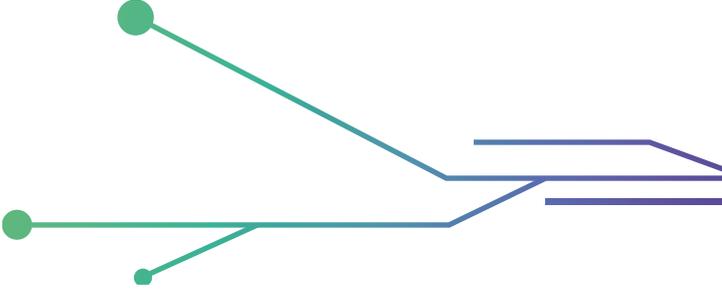
Por outro lado, as análises críticas produzidas pela sociedade civil sobre a chegada da indústria e agricultura 4.0, a digitalização do agronegócio, a integração vertical das cadeias, etc., mostram que é urgente entender de modo mais integrado em que implica esta transformação e o que ela nos mostra de um padrão que está chegando em todas as partes<sup>128</sup>. Qualquer projeto de retomada verde que se pense acontecerá invariavelmente no contexto social em que este macroprocesso da digitalização e da financeirização estão se dando de maneira acelerada.

---

127. <https://www.dinheirovivo.pt/empresas/tecnologia/estados-da-ue-acordam-legislacao-para-regular-mercado-dos-ativos-digitais-14350512.html>

128. Ver dentre outros: *La insostenible agricultura 4.0* <https://www.etcgroup.org/es/content/la-insostenible-agricultura-40> e *Controle digital: a entrada das Big Techs na produção de alimentos e na agricultura (e o que isso significa.)* <https://grain.org/e/6604>

Em muitas formas o contexto internacional instaurado pela pandemia é absolutamente extraordinário. Mesmo em pandemias anteriores na história, nunca antes a humanidade viveu uma experiência que alterou dramaticamente a vida em sociedade em todo o planeta de modo simultâneo, e com condições de acompanhar esta crise global em tempo real, online, e em tempo integral, graças à digitalização e à onipresença da mídia e das redes sociais. A esta percepção coletiva e compartilhada do drama social trazido pela pandemia, se soma o cenário da pior recessão desde o final da Segunda Guerra Mundial, segundo o Banco Mundial.<sup>129</sup>



É este contexto extraordinário que vem conferindo um novo sentido de urgência global, discurso legitimador, justificativa social e tração política para uma série de propostas que pudessem ‘reiniciar’ a economia - assim como se reinicia (reset) um computador ou celular que travou. Em função da economia altamente globalizada e do grau de interdependência que a pandemia deixou evidente, este ‘reinício’ e esta retomada precisa ser um processo global e coordenado.

## 6.1. Como o Brasil entra neste processo de retomada verde?

O leilão do 5G do Brasil, ocorreu no início de novembro de 2021 e foi o maior leilão de radiofrequências da história do país e a maior oferta pública de capacidade para a tecnologia móvel de

quinta geração no mundo até hoje. Foram a leilão faixas de frequência em quatro bandas: 700 MHz; 2,3 GHz; 3,5 GHz e 26 GHz.<sup>130</sup> Estas faixas são como rodovias no ar por onde circulam os dados envia-

129. <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/06/08/covid-19-to-plunge-global-economy-into-worst-recession-since-world-war-ii>

130. O leilão arrecadou R\$46,7 bi, as empresas vencedoras incluem as já conhecidas Tim, Vivo e Claro, às quais se somam: Cloud2U, Winity, Brisanet, Consórcio 5G Sul, Neko Serviços e Flylink. [https://sei.anatel.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?eEP-wqk1skrd8hSlk5Z3rN4EVg9uLJqrLYJw\\_9INcO6OyR-D8iqL9S9Xn8pP7\\_7nZL7eBIQWeOiWAZmPzrP88GsKp4NawWkp9n0q\\_6bMePRxnAsc5z5FRrIZQdkKAcHw](https://sei.anatel.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?eEP-wqk1skrd8hSlk5Z3rN4EVg9uLJqrLYJw_9INcO6OyR-D8iqL9S9Xn8pP7_7nZL7eBIQWeOiWAZmPzrP88GsKp4NawWkp9n0q_6bMePRxnAsc5z5FRrIZQdkKAcHw)



dos e recebidos por robôs, sensores, drones empregados na linha de produção além de dispositivos conectados como smartphones, tablets e computadores. Com o leilão deste espectro, é como se estradas estivessem sendo oferecidas à iniciativa privada.<sup>131</sup> É com base nesta infraestrutura, por exemplo, que está sendo colocado em marcha o modelo de “cidade inteligente” (*Smart City*), um modelo global de gestão, vigilância e controle dos centros urbanos e das populações, abrindo gigantescas oportunidades para as corporações associadas à transformação digital em segmentos de energia, transporte, saúde, construção, infraestrutura, gestão de resíduos, segurança, etc.

Em particular, o acesso à tecnologia 5G é absolutamente estratégico para toda a cadeia de valor do agronegócio brasileiro – em especial do complexo da soja e de

carne e leite e suas repercussões para o complexo produtivo no Cone Sul - para o controle dos corredores de logística, para viabilizar os esquemas de rastreabilidade e atender aos requisitos de transparência das commodities – temas chave para o futuro do comércio internacional e o atual processo de adequação/compatibilização das mercadorias ao regime internacional de mudanças climáticas.

Um exemplo disso é a possível imposição de barreiras comerciais não tarifárias a partir do carbono. Em julho de 2021 a Comissão Europeia adotou uma proposta para um novo *Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira* (CBAM, na sigla em inglês), que estabelecerá um preço de carbono nas importações de uma seleção direcionada de produtos. Segundo a Comissão, a taxa das importações que não comprovem neutralidade de carbono pretende implementar uma ação climática ambiciosa na Europa que não resulte em “vazamento de carbono” (*leakage*), de modo a garantir que as reduções de emissões europeias contribuam para um declínio global das emissões, ao invés de impulsionar a produção com uso intensivo de carbono fora da Europa. Mas para

---

131. <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/02/08/5g-vem-ai-por-que-o-leilao-do-brasil-vai-ser-o-maior-do-mundo.htm?cmpid=copiaecola>

isso, os principais exportadores de commodities deverão comprar e se submeter a todo o pacote tecnológico com propriedade intelectual da agricultura 4.0.

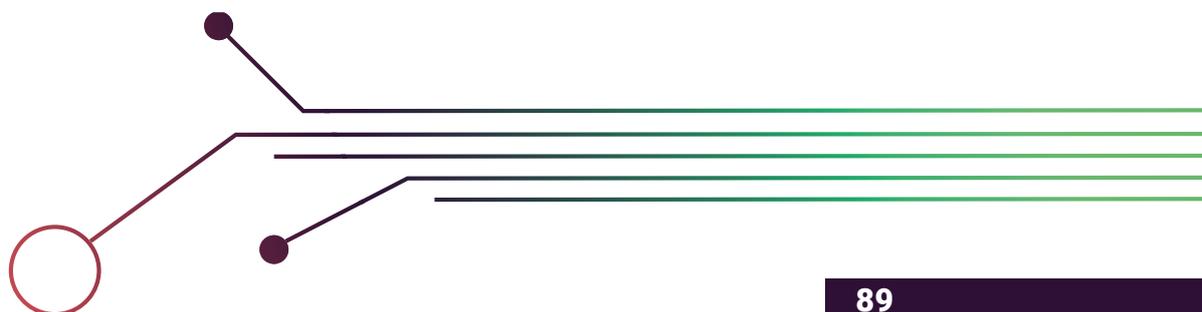
Esta questão é chave, por exemplo, no âmbito do Acordo de Livre Comércio entre União Europeia e Mercosul e na implementação de novas taxas aduaneiras para o ajuste do conteúdo de carbono em nome de regular o impacto climático e ambiental das commodities (como no exemplo do CBAM) e na complexa convergência entre políticas de clima e regulação do comércio internacional.

A pressão por cadeias de valor sustentáveis - carbono zero, livres de desmatamento, etc. - vem sendo incorporada como narrativa e estratégia de ação de atores corporativos, financeiros, nacionais e estrangeiros como resposta aos retrocessos ambientais do governo Bolsonaro e servem, desta forma, para legitimar acordos de comércio e a crescente liderança de atores privados, em especial do setor financeiro, como força positiva junto a setores da sociedade civil e da opinião pública. Este movimento vem angariando respaldo para a necessidade e

crescente aceitabilidade de uma co-governança, isto é, do crescente atrelamento das políticas públicas ambientais à responsabilidade social e ambiental corporativa e à governança ambiental e social das corporações (ESG).

Neste processo, a integração vertical das tecnologias digitais ao agro configura um novo momento de expansão e controle tecnológico e sobre o território brasileiro, considerado o maior mercado mundial para produtos e serviços da AgTech (tecnologias digitais relacionadas à agricultura), em uma renovada integração dependente e subordinada do país à economia global.

Este avanço da digitalização no campo traz consigo novas relações de dependência vinculadas às tecnologias que estão sendo acopladas às infraestruturas produtivas e que colocam grandes desafios para a soberania sobre os territórios. Além de sementes, fertilizantes e agroquímicos, inclui-se agora uma geração de FinTechs (empresas focadas no acesso a mercados, serviços financeiros, incluindo crédito e seguros contratados diretamente por aplicativos) e a possibilidade de assistência técnica rural remota e privada (e



potencialmente um mercado competitivo de oferta desses serviços no país, inclusive para atores internacionais). Estas inovações trazem consigo novos pacotes digitais que incluem drones, sensores, registros de terras digitais para acelerar regularização fundiária de mercado, assim como novos modos, digitais, de cercamento.<sup>132</sup> Tudo isso vem configurando uma nova infraestrutura em escala para controle e monitoramento do território e das populações, por atores privados.

A operacionalização efetiva da infraestrutura 5G servirá sobremaneira para viabilizar de maneira decisiva o mercado de carbono e pagamento de serviços ambientais (PSA), que dependem das tecnologias digitais necessárias para medir, reportar e verificar os novos ativos intangíveis, como o carbono. Um avanço estrutural nesta direção é a viabilização do mercado de carbono dos solos, no bojo da promoção da ‘agricultura restaurativa/regenerativa’. Em 2020 a Embrapa e a Bayer (que adquiriu a Monsanto) firmaram uma

parceria para desenvolver um método científico de aferição dos estoques de carbono fixados no solo durante a safra de soja e milho 2020/21, com o objetivo de estabelecer uma metodologia padrão, onde “os agricultores vão co-criar o mercado de carbono com a Bayer”.<sup>133</sup> Para a emissão de créditos de carbono dos solos, a COFCO, *trader* estatal chinesa que controla uma fatia significativa da soja brasileira, assinou protocolo de intenções com a Bayer. A iniciativa Carbono Bayer faz parte da estratégia que busca enfatizar o potencial do agronegócio para ajudar na solução da crise climática.<sup>134</sup>

Nos últimos anos, houve uma mudança significativa da narrativa climática que conseguiu tirar o foco do mundo industrial, da imagem negativa da fumaça das chaminés de fábricas e da combustão de combustíveis fósseis, para rerepresentar a questão da ação climática sob uma ótica positiva e focada nas soluções. Neste movimento foi instaurada a narrativa das Soluções Baseadas na Natureza (NbS,

---

132. Cercas digitais: cercamento financeiro das terras agrícolas na América do Sul. GRAIN,2020. <https://grain.org/e/6531>

133. <https://www.bayer.com.br/pt/blog/agricultores-va-co-criar-mercado-de-carbono-com-a-bayer>

134. Ver por exemplo, a série promocional “Carbono: a evolução da agricultura sustentável” no canal da Bayer: [https://www.youtube.com/playlist?list=PLxBxiy5rB4sf3b2RgLOGCJWkc\\_C0SAZLt](https://www.youtube.com/playlist?list=PLxBxiy5rB4sf3b2RgLOGCJWkc_C0SAZLt)

por sua sigla em inglês) que trouxe a agricultura, e as emissões dos sistemas alimentares (e que inclui tudo que é relativo à terra e mudança de uso da terra e florestas), como os grandes vilões climáticos – aportando, direta e indiretamente, entre 21% até 37% do total das emissões globais, segundo o IPCC (2019).<sup>135</sup> Por isso mesmo, como resposta, o agronegócio se mostra como grande correia de transmissão de soluções para o clima e setor capaz de capitanear ação climática e prover massivas reduções de carbono para outros setores como fornecedor de créditos para compensação, gerados, entre outros, através de práticas de agricultura regenerativa (incluindo a “intensificação sustentável”).

É emblemático, por exemplo, que após uma década e meia de trâmite o projeto de lei que regulamenta o PSA no Brasil, a Lei de Pagamentos por Serviços Ambientais, aprovada no congresso no apa-

gar das luzes de 2020, foi festejada como ‘marco legal para impulsionar a economia regenerativa’ e garantir a segurança jurídica do negócio da restauração no país.<sup>136</sup>

A implementação da Lei 14.119/2021 do PSA ainda está sendo discutida e, aguarda-se a definição de onde virão os recursos para financiar a economia da restauração e qual metodologia irá definir as áreas que serão de fato ambiental e economicamente aptas a receber pagamentos pela preservação. O texto da lei estabelece que o pagamento poderá ocorrer de várias formas, como por meio de pagamentos diretos (com valor monetário ou não); por meio de prestação de melhorias sociais a comunidades rurais e urbanas; por meio de compensação vinculada a certificação de redução de emissões por desmatamento e degradação; comodato; títulos verdes (*Green Bonds*) e Cota de Reserva Ambiental instituída pelo Código Florestal.

---

135. “If emissions associated with pre- and post-production activities in the global food system are included, the emissions are estimated to be 21–37% of total net anthropogenic GHG emissions (medium confidence)”. (p. 18) IPCC (2019) *Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems*. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/11/SRCCL-Full-Report-Compiled-191128.pdf>

136. <https://oglobo.globo.com/epoca/natalie-unterstell/coluna-congresso-aprova-base-legal-para-impulsionar-economia-regenerativa-1-24810420>; sancionada no início de janeiro de 2021, a Lei 14.119/2021.

Por fim, queremos chamar atenção que há algo específico nos novos espaços de acumulação da transição verde, que justamente reverte temas caros à noção de soberania.

Uma retomada verde no Brasil - qualquer que seja - terá lugar contra o pano de fundo mais geral, de acelerada desestatização e privatização estrutural das infraestruturas produtivas no país, processo articulado sob o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e cujo mapa de projetos dá a dimensão de como estamos entrando neste novo ciclo econômico como país.<sup>137</sup>

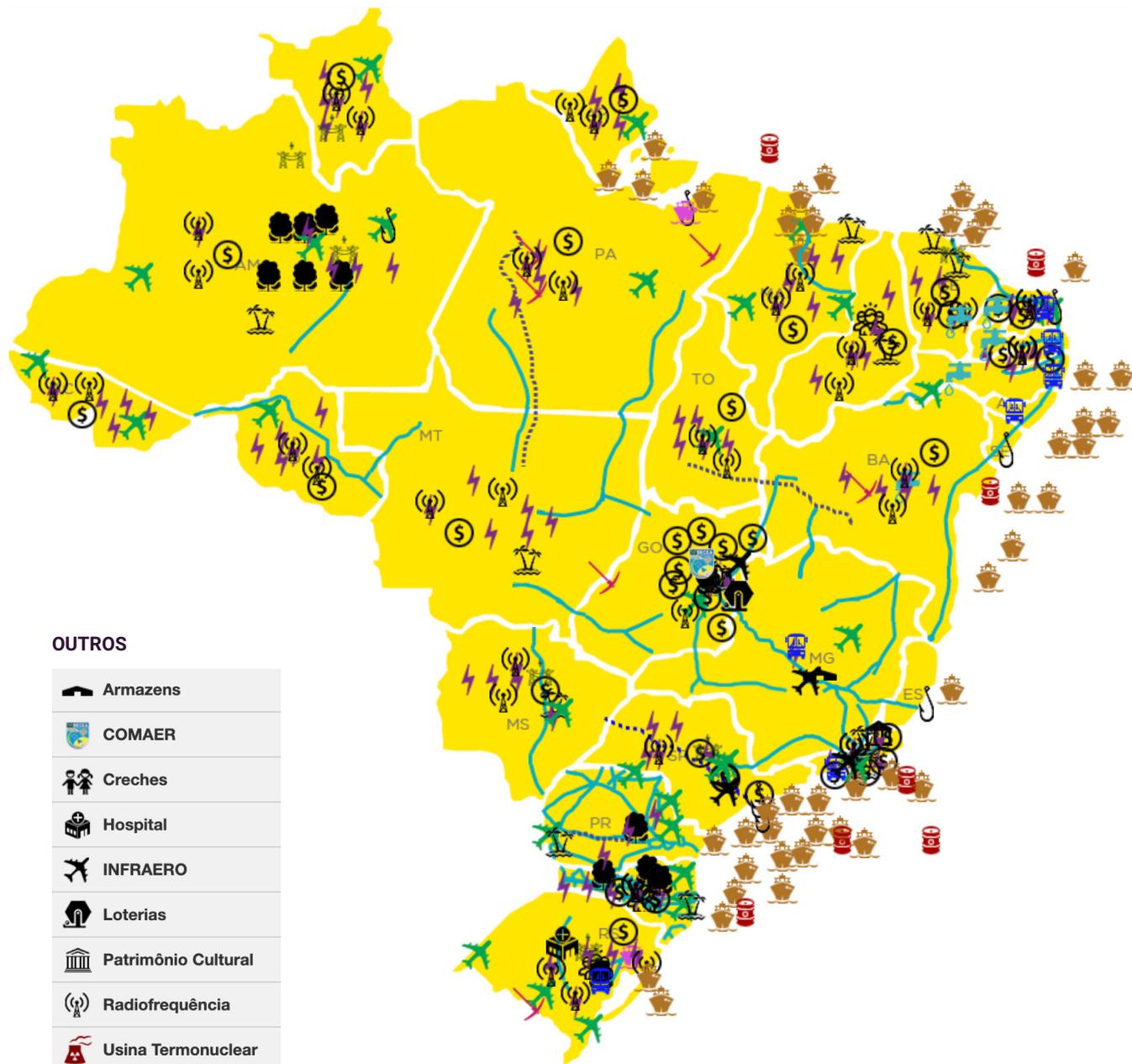
A infraestrutura estratégica para a base produtiva do país – como a Eletrobrás - está sendo ofertada para o setor privado.

Através do PPI, atores privados nacionais e estrangeiros estão em processo de abocanhar as oportunidades de negócios viabilizados por meio de contratos de parceria, concessões, parcerias público-privadas e privatizações. Entre estes, o leilão do espectro de radiofrequências para redes de telecomunicações de quinta geração (5G), recentemente realizado. São contemplados neste processo os projetos do Programa Nacional de Desestatização, que abrange setores como ferrovias, rodovias, aeroportos, portos, usinas hidrelétricas, energia elétrica e mineração; e também parques nacionais, florestas, hospitais, creches, armazéns, etc, até a radiocomunicação digital crítica de segurança e defesa. Todas estas iniciativas oferecem oportunidades para a privatização verde.

---

137. O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) foi criado, no âmbito da Presidência da República, pela Lei nº 13.334, de 2016. [www.ppi.gov.br](http://www.ppi.gov.br); <https://portal.ppi.gov.br/projetos1#/s/Em%20andamento/u//e//m//r/>

# Programa de Parceria de Investimentos (PPI)



	Aeroportos		Florestas		Mobilidade Urbana		Portos
	Área Social		Geração de Energia		Museu		Rodovias
	Desestatização		Hidrovia		Óleo e Gás		Terminal Pesqueiro
	Distribuição de Energia		Infraestrutura Hídrica		Parques Nacionais		Transmissão de Energia
	Ferrovias		Mineração				

Sob a arquitetura internacional de governança do clima vem sendo materializado um regime internacional para a transição verde e que tem como objetivo a descarbonização. Embora este processo tenha sua face mais visível nas COPs da UNFCCC em um processo multilateral, é um regime desenhado e liderado pelo capitalismo *multistakeholder*, pelas corporações e o mercado financeiro. E o regime da descarbonização implica fundamentalmente a padronização da contabilidade, do monitoramento das cadeias de valor e o controle dos territórios. Neste processo, a racionalidade perversa das emissões líquidas zero (*Net Zero*) busca conferir neutralidade e equivalência a processos que são profundamente desiguais

e que sob nova roupagem, reafirmam as equações coloniais.

Mas o que faz do Brasil, Brasil, para esse processo todo, é o território: a quantidade de terras agricultáveis, o regime de sol (para a fotossíntese e produção de biomassa ao longo de todo o ano), a disponibilidade de água, a Amazônia, a biodiversidade e o carbono.

Sem o Brasil entrando nesse processo de maneira subordinada, não há transição verde nos moldes como está proposto. O Brasil é fundamental neste edifício; mas sem o Brasil *em posição subordinada*, não há *Green Deal*, pois o principal “lastro” da financeirização ambiental global é o Brasil.

